

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ**  
**ESCOLA DE ARQUITETURA E DESIGN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA**

EVANDRO LIMA SANTIAGO

**TÁTICAS DE RESISTÊNCIA MOVIDA A DADOS: GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS  
E ATIVISMO DIGITAL EM FAVELAS**

CURITIBA

2022

EVANDRO LIMA SANTIAGO

**TÁTICAS DE RESISTÊNCIA MOVIDA A DADOS: GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS  
E ATIVISMO DIGITAL EM FAVELAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Linha de Pesquisa Planejamento e Projeto Urbano e Regional, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Urbana.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo José Firmino

CURITIBA

2022

Dados da Catalogação na Publicação  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná  
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR  
Biblioteca Central  
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

S235t  
2022 Santiago, Evandro Lima  
Táticas de resistência movida a dados : Geração Cidadã de Dados e  
ativismo digital em favelas / Evandro Lima Santiago ; orientador: Rodrigo José  
Firmino – 2022.  
178 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,  
Curitiba, 2022  
Bibliografia: f. 169-178

1. Gestão urbana. 2. Favelas. 3. Comunicações digitais. 4. Ativismo político.  
I. Firmino, Rodrigo José. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.  
Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

## TERMO DE APROVAÇÃO

### “TÁTICAS DE RESISTÊNCIA MOVIDA A DADOS: GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS E ATIVISMO DIGITAL EM FAVELAS”

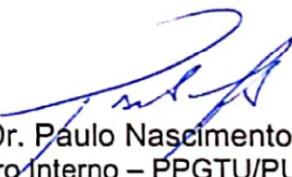
Por

**EVANDRO LIMA SANTIAGO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, da Escola de Belas Artes, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.



Prof. Dr. Rodrigo Firmino  
Coordenador do Programa – PPGTU/PUCPR  
Orientador – PPGTU/PUCPR



Prof. Dr. Paulo Nascimento Neto  
Membro Interno – PPGTU/PUCPR



Profª. Dra. Lalita Kraus  
Membro Externo – IPPUR/UFRJ

Curitiba, 07 de julho de 2022.

A todos os grupos, organizações, coletivos e demais associações, que trabalham incansavelmente na luta pela igualdade nas favelas brasileiras, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária para seus moradores.

## **AGRADECIMENTOS**

Em especial aos meus pais Maria de Fátima Lima Santiago e João Santiago pelo apoio incondicional recebido em todos os momentos da vida e por todas as oportunidades proporcionadas, que me fizeram e me fazem alcançar sonhos durante todos esses anos.

À minha irmã Mariane Lima Santiago pelo companheirismo, entendimento e parceria. Pela disposição em me ajudar e apoiar em todos os projetos idealizados e por sempre caminhar ao meu lado. Um agradecimento especial pelo esforço de ajuda realizado junto à finalização dessa pesquisa. Com certeza muito do que sou se deve a ela.

Aos meus familiares, principalmente aqueles que acompanharam a trajetória dessa pesquisa, por sempre estarem presentes e dispostos a ajudar nos momentos necessários.

Aos amigos e amigas, que se estiveram sempre presentes, cada qual a sua maneira, e fizeram dos momentos juntos, momentos alegres e felizes. Obrigado pela compreensão nos momentos de ausência durante a elaboração desta pesquisa. Agradeço a Daniel Brandão, Gabriela Santiago e Luísa Sampaio, com os quais pude contar nos momentos de maior necessidade. Muito obrigado, sobretudo pela amizade. Agradeço especialmente a Edson Villela, meu maior incentivador durante todo esse processo, desde antes de iniciá-lo.

Agradeço também ao prof. Clóvis Ultramari, que orientou o início da minha caminhada no mestrado. Sua contribuição foi fundamental para mim.

A todas as organizações que desenvolvem a GCD e que tornaram possível a realização dessa pesquisa, sobretudo a Comunidades Catalisadoras.

E por último, um agradecimento especial e importante ao meu orientador Rodrigo Firmino, por todo o auxílio e ajuda dedicados a mim ao longo desses mais de dois anos de pesquisa. Obrigado pela paciência e compreensão em todos os momentos. Obrigado por me permitir adentrar o mundo das tecnopolíticas urbanas e entender que elas podem sim construir e transformar realidades.

## RESUMO

SANTIAGO, Evandro Lima. **Táticas de Resistência Movidada a Dados: Geração Cidadã de Dados e Ativismo Digital em Favelas**. 2022. 178 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2022.

**Introdução:** Não é novidade que a pobreza e a marginalização são resultado de um processo político e de poder e são consideradas cada vez mais como fenômenos urbanos que desafiam as cidades na gestão e compreensão dos problemas sociais. As favelas, às margens da sociedade, no entanto, se constituem como espaços de luta, que traduzem uma perspectiva de atuação potente e criativa frente às dificuldades que são apresentadas no seu cotidiano. A partir disso, um novo modelo de produção e compartilhamento de conteúdo, no qual o cidadão é inserido como agente provedor de dados é estabelecido, sendo definido por alguns movimentos como Geração Cidadã de Dados (GCD), que pode ser entendido como um fenômeno cujos dados são conscientemente gerados pelos cidadãos e são usados com o objetivo principal de promover o debate acerca de problemas públicos, buscando soluções e ganhando caráter cívico. **Objetivos:** analisar a utilização da GCD no trabalho de grupos ativistas na disputa da produção de políticas urbanas e para a construção de alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades em territórios de favelas. **Métodos:** Levantar os grupos que desenvolvem a GCD e que a utilizam como ferramenta de ativismo digital no enfrentamento de problemas sociais em favelas e desenvolver um estudo de caso para a construção de análise acerca das táticas utilizadas, dos atores envolvidos, das barreiras encontradas e da inserção do território nas ações propostas. **Resultados:** Foram elencados doze grupos que desenvolvem a GCD em território nacional e foi selecionado o coletivo ComCat (Comunidades Catalisadoras) como estudo de caso. Através da análise do trabalho realizado, sobretudo a partir da plataforma Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, foi possível verificar que o levantamento de dados e posterior análise e divulgação é peça fundamental no monitoramento da pandemia de covid-19 nas favelas cariocas. A partir do estudo global do coletivo e da análise da aplicação da GCD no contexto da crise de saúde pública advinda da pandemia de covid-19, foi possível concluir que a GCD se estabelece para o ativismo cidadão como nova metodologia útil para a tomada de decisão acerca de problemas sociais e se constitui como ferramenta de ação política, e, no caso de favelas, como táticas de resistência desses territórios.

**Palavras-chave:** Geração Cidadã de Dados, Ativismo, Dados, Favelas, Paradigma da Potência, Gestão Urbana

## ABSTRACT

SANTIAGO, Evandro Lima. **Data-Driven Resistance Tactics: Citizen Generated Data and Digital Activism in Favelas**. 2022. 178 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Gestão Urbana) – Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana (PPGTU), Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2022.

**Introduction:** It is already widely accepted that poverty and marginalization are the result of a political and power process and are increasingly considered as urban phenomena that challenge cities in the management and understanding of social problems. Favelas, on the margins of society, however, constitute themselves as spaces of struggle, which translate a perspective of powerful and creative action in the face of the difficulties that are presented in their daily lives. From this, a new model of production and sharing of content, in which the citizen is inserted as a data provider agent, is established, being defined by some movements as Citizen Generated Data (CGD), which can be understood as a phenomenon whose Data are consciously generated by citizens and are used with the main objective of promoting debate about public problems, seeking solutions, and gaining civic character. **Objectives:** to analyze the use of CGD within the work of activist groups in the dispute over the production of urban policies and the construction of alternatives to face vulnerabilities in favelas territories **Methods:** Survey the groups that develop the CGD and that use them as a tool of digital activism to face social problems in favelas and develop a case study for the construction of analysis about the tactics used, the actors involved, the barriers encountered and the insertion of the territory within the proposed actions. **Results:** Twelve groups that use CGD in the national territory were listed and the CatCom (Catalyst Communities) collective was selected as a case study. Through the the analysis of job that they produce and the Covid-19 Integrating Panel platform in the Favelas, it was possible to verify that the data collection and subsequent dissemination is a fundamental part of the monitoring of the covid-19 pandemic in the favelas of Rio de Janeiro. From the global study of the collective and the analysis of the application of the CGD in the context of the public health crisis arising from the covid-19 pandemic, it was possible to conclude that the CGD is established for citizen activism as a new useful methodology for decision making about social problems and constitutes a tool for political action, and, in the case of favelas, as tactics of resistance in these territories.

**Keywords:** Citizen Generated Data, Activism, Data, Favelas, Power Paradigm, Urban Management

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Engajamento vs. Intensidade e durabilidade de participação, segundo Blakeley e Evans (2009) .....	66
Figura 2 – Esferas e conexões do ativismo cidadão .....	69
Figura 3 – ComCat – atividades e equipe .....	90
Figura 4 – Favelas com pontos de atuação da ComCat .....	91
Figura 5 – Páginas do site, Facebook, Instagram e Twitter da ComCat .....	92
Figura 6 – Eixos de trabalho da ComCat e suas relações .....	93
Figura 7 – Evolução temporal dos trabalhos da ComCat .....	95
Figura 8 – Comunidade do Vidigal às margens do litoral carioca.....	108
Figura 9 – Modelo do TTC vs. Modelo tradicional .....	110
Figura 10 – Oficina sobre o TTC na Comunidade Trapicheiros .....	115
Figura 11 – Imagem do site da RioOnWatch.....	116
Figura 12 – Compilado de Ilustrações feitas por moradores de favelas para a série da RioOnWatch sobre o antirracismo.....	118
Figura 13 – Objetivos temáticos definido para a Rede Favela Sustentável .....	120
Figura 14 – Embrapa Solos em palestra sobre inovação para a sustentabilidade da agricultura.....	121
Figura 15 – Favela Cineclube no Morro da Providência e Morro do Pinto .....	121
Figura 16 – Projeto Revolusolar .....	122
Figura 17 – Captura de tela Mapa da Rede Favela Sustentável .....	123
Figura 18 – Intercâmbio ComCat e Pratt Institute (EUA) (2019) .....	127
Figura 19 – Oficina Comunitária na comunidade Barrinha sobre o TTC (agosto 2018) .....	128
Figura 20 – 1º Encontro geral RFS (dezembro 2018) .....	129
Figura 21 – Oficina Comunitária na comunidade Pedra do Sapo (março 2020) .....	130
Figura 22 – Oficina Comunitária no Quilombo do Camorim (2019).....	133

Figura 23 – Captura de tela do site da ComCat com as publicações referentes a menções na mídia .....	134
Figura 24 – Painel Unificador Covid-19.....	142
Figura 25 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de identificação.....	143
Figura 26 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados - Óbitos .....	144
Figura 27 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados - Casos.....	145
Figura 28 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Visão Geral .....	145
Figura 29 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Autodeclarados .....	145
Figura 30 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Dados Disponíveis .	146
Figura 31 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Quadro resumo .....	147
Figura 32 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de informação .....	148
Figura 33 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de informação .....	153
Figura 34 – Painel Unificador Covid-19 – Planilha de Dados.....	155
Figura 35 – Charge produzida por Carlos Latuff para a campanha #VacinaPraFavelaJá .....	157

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema de seleção de autores para fundamentação teórica.....	22
Quadro 2 – Apresentação de autores utilizados na fundamentação teórica .....	23
Quadro 3 – Listagem dos grupos que se utilizam da GCD .....	73
Quadro 4 – Análise inicial dos grupos que se utilizam da GCD .....	75
Quadro 5 – Levantamento final dos grupos que se utilizam da GCD como tática de resistência em favelas.....	79
Quadro 6 – Desenvolvimento baseado em ativos vs. Desenvolvimento tradicional	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GCD	Geração Cidadão de Dados
TIC	Tecnologia de Informação e Comunicação
ComCat	Comunidades Catalisadoras
DCBA	Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IPP	Instituto Pereira Passos
ROW	RioOnWatch
RFS	Rede Favela Sustentável
TTC	Termo Territorial Coletivo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PESQUISA .....	18
1.2 OBJETIVO GERAL .....	18
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
1.4 JUSTIFICATIVA .....	19
<b>2 METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>21</b>
2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	21
2.2 LEVANTAMENTO DE GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD .....	24
2.2.1 Pesquisa dos grupos que se utilizam da GCD (ETAPA 1) .....	24
2.2.2 Definição dos grupos que se utilizam da GCD como tática de resistência (ETAPA 2) .....	25
2.2.3 Seleção do estudo de caso (ETAPA 3) .....	26
2.3 ESTUDO DE CASO .....	26
2.3 ANÁLISE DE RESULTADOS .....	27
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>28</b>
3.1 A GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS E O MEIO URBANO .....	28
3.1.1 GCD – Contexto, definições e objetivos .....	28
3.1.2 Reflexões sobre território e favelas .....	33
3.1.3 O ativismo cidadão com dados como forma de atuação e ação política .....	37
3.1.4 Estado, ações de caráter participativo e a GCD .....	40
3.1.5 GCD – Quem produz os dados? .....	43
3.1.6 A Construção de cidadania pela GCD .....	47
3.1.7 Componentes digitais da GCD .....	50
3.1.8 Os dados como ferramenta de atuação política .....	53
3.2 TÁTICAS DE ENGAJAMENTO .....	58

<b>3.2.1 Barreiras impostas aos processos participativos</b> .....	<b>58</b>
<b>3.2.2 Engajamento cívico e ativismo</b> .....	<b>60</b>
<b>3.2.3 Engajamento e ativismo situados</b> .....	<b>64</b>
<b>4 O CENÁRIO DA GCD NO BRASIL - LEVANTAMENTO DE GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD</b> .....	<b>71</b>
4.1 PESQUISA DOS GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD (ETAPA 1).....	71
4.2 DEFINIÇÃO DOS GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD COMO TÁTICA DE RESISTÊNCIA EM FAVELAS (ETAPA 2).....	74
<b>4.2.1. Análise preliminar dos grupos que se utilizam da GCD</b> .....	<b>80</b>
4.3 SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO (ETAPA 3).....	87
<b>5 COMCAT - ESTUDO DE CASO SOBRE A GCD INSERIDA NAS FAVELAS CARIOCAS</b> .....	<b>89</b>
5.1 POR DENTRO DA COMCAT (COMUNIDADES CATALISADORAS).....	89
5.2 O QUE É A COMCAT? .....	89
5.3 O MÉTODO COMCAT .....	94
5.4 O MÉTODO COMCAT E O PARADIGMA DA POTÊNCIA .....	102
5.5 OS TRABALHOS REALIZADOS.....	107
<b>5.5.1 Termo Territorial Coletivo</b> .....	<b>107</b>
<b>5.5.2 O RioOnWatch</b> .....	<b>115</b>
<b>5.5.3 A Rede Favela Sustentável</b> .....	<b>119</b>
5.6 COMCAT – ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA .....	125
5.7 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COMCAT .....	132
5.8 A QUESTÃO DA VISIBILIDADE DO COLETIVO.....	133
5.9 A GCD NA COMCAT – PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS ..	135
<b>5.9.1 A problemática da covid-19 nas favelas cariocas</b> .....	<b>135</b>
<b>5.9.2 Histórico e antecedentes e criação do painel</b> .....	<b>139</b>
<b>5.9.3 A plataforma do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas</b> .....	<b>142</b>
<b>5.9.4 A metodologia do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas</b> .....	<b>150</b>

<b>5.9.5 Os resultados do Painel.....</b>	<b>154</b>
<b>5.9.6 As limitações e dificuldades vivenciadas no dia a dia do Painel e o trabalho para contorná-las.....</b>	<b>156</b>
5.10 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	158
<b>6 CONCLUSÕES – GCD COMO TÁTICA DE RESISTÊNCIA POSSÍVEL.....</b>	<b>165</b>
<b>7 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>169</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Não é novidade que a pobreza e a marginalização são resultado de um processo político e de poder (HARRIS; WEINER, 2013), e são considerados cada vez mais como fenômenos urbanos que desafiam as cidades na gestão e compreensão dos problemas sociais, sobretudo aqueles relacionados à parcela mais pobre da população (PATEL; BAPTIST; D'CRUZ, 2012). Para algumas cidades brasileiras, o processo histórico de conformação do espaço público urbano, designou para essas pessoas as favelas como territórios para o estabelecimento das suas relações pessoais, sociais e de moradia.

O conceito de favela pode ser entendido, segundo o Observatório de Favelas (2009), como um território que constitui a cidade e é caracterizado, em parte ou em sua totalidade, a partir de um conjunto de características que historicamente construíram e definiram esses territórios, entre eles: supressão da atenção legal do Estado; estigmatização socioespacial nas relações de trabalho; espaço físico de moradias caracterizado pela autoconstrução; apropriação social do território, sobretudo em espaços sujeitos a um alto grau de vulnerabilidade física ambiental; indicadores socioeconômicos abaixo da média da cidade; densidade habitacional e demográfica alta; intenso estabelecimento de relações de vizinhança; população predominantemente negra (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, conforme e região em que se encontram; e com grau elevado de vitimização letal de seus moradores.

Esses territórios, normalmente às margens da sociedade, no entanto, se constituem como espaços de luta, nos quais contra-projetos de atuação, que podem ser entendidos como ações em que predominam o caráter de resistência frente a atuação de opressão e de ameaça aos direitos dos cidadãos, advindos sobretudo da ação corporativa e governamental (GUTIERREZ; MILAN, 2015), são introduzidos por iniciativas e traduzem uma perspectiva de atuação potente e criativa frente às dificuldades que são apresentadas ao seu cotidiano. Assim, muito mais que uma análise a partir das dificuldades encontradas, a favela pode ser entendida segundo o paradigma da potência, nos quais o estilo de vida, em sobreposição às condições cotidianas, é utilizado como referências para as ações propostas (FERNANDES; SILVA; BARBOSA, 2018). De fato:

“o Paradigma da Potência ilustra o poder inventivo das Periferias: manifesta-se em estratégias inovadoras de existência e soluções criativas na resolução de conflitos, assim como na produção cultural, no acúmulo de repertórios estéticos e em modos de trabalho centrados em convivências plurais” (FERNANDES; SILVA; BARBOSA, 2018, p. 9 e 10)

A partir dessa perspectiva de potência, um novo fenômeno para entender o contexto urbano das favelas gerou um recente interesse global na produção e compartilhamento de dados espaciais sobre a informalidade urbana, que pode ser entendida como uma nova forma de configuração política das relações existentes entre estado e cidade.

Entender a realidade informal vai além de representar fisicamente o espaço, e deve ser entendido como uma maneira de apresentar a espacialidade política que caracteriza determinado território, sendo uma importante forma de incluir socioeconomicamente comunidades e favelas (LUQUE-AYALA; MAIA, 2018). Se, ao longo do tempo, a função de mapeamento, obtenção e disseminação de dados, sobretudo geográficos, era reservada a agências oficiais, atualmente um novo modelo de produção de conteúdo, no qual os cidadãos assumem papel de protagonismo, é introduzido, e pessoas e comunidades são apresentados como coprodutores nesse processo (BOVAIRD, 2007; GOODCHILD, 2007). Seguindo nessa ideia, para Luque-Ayala e Maia (2018), moradores de favelas podem ser considerados como os principais agentes num novo modelo técnico-utópico de justiça social e inclusão econômica. Patel, Baptist e D’acruz (2012) reforçam essa ideia ao colocar que o envolvimento direto das comunidades com os formuladores de políticas públicas permite a abordagem de situações mais complexas relacionadas ao planejamento urbano, incluindo o enfrentamento de vulnerabilidades diárias, tais como problemas de saneamento básico, infraestrutura, moradia e segurança. Já Haddad (2015) reforça a importância da inserção dos cidadãos dentro desse processo, na medida em que permite que pessoas de baixa renda, que são indiretamente forçadas a morar em regiões mais carentes e pobres das cidades, tenham voz ativa para suas demandas.

Esse novo modelo de produção de conteúdo, na qual o cidadão é inserido como agente provedor de dados, é definido por alguns movimentos e grupos de ativismo,

como o coletivo Data\_labe<sup>1</sup>, no Rio de Janeiro, como Geração Cidadã de Dados (GCD) (SILVA; 2017). Sob uma abordagem inicial, a GCD é um fenômeno novo e não há ainda um consenso na literatura sobre a definição desse conceito (MEIJER; POTJER, 2018). Para essa pesquisa adotar-se-á a ideia de Silva (2017) e Meijer e Potjer (2018), que o entendem como uma ferramenta cujas informações são conscientemente geradas pelos cidadãos e são usadas com o objetivo principal de promover o debate acerca de problemas públicos, buscando soluções e ganhando um caráter cívico. São dados, em suma, públicos, uma vez que se busca influenciar intenções públicas e sociais. O que se coloca, então, é um surgimento de uma nova forma de prática social, que se configura como “tática” de resistência desses territórios às margens da sociedade. Nesse sentido, a conceituação enquanto “tática”, em detrimento de “estratégia”, ambas formas de atuação social, pode ser entendida a partir da ideia de Certeau (1998), que diferencia esses dois conceitos de atuação de acordo com o agente que desenvolve cada uma delas: enquanto a primeira se configura como prática social operada por grupos historicamente colocados às margens da sociedade, a segunda é desenvolvida por grupos ou sujeitos detentores de poder.

A GCD, então, se configura como uma forma de ativismo com dados de natureza participativa que pode ser entendida como uma série de ações que emergem a partir da sociedade e que conectam as dimensões sociais e tecnológicas da ação humana, cujo intuito é, além de se colocar como contraponto à coleta indiscriminada de dados pelos atores estatais e corporativos, possibilitar a exploração de dados com vista ao enfrentamento de problemas sociais (GUTIERREZ; MILAN, 2015).

Aqui, algo importante a ser levantado é que a geração de dados está intimamente ligada ao local onde o processo de levantamento de informações é realizado, sendo seus resultados dependentes do contexto social e geográfico apresentados (TAYLOR et al., 2015). Aliado a isso, tanto maior será o sucesso de determinada ação de natureza participativa quanto melhor for o trabalho voluntário de observar e relatar o ambiente ao redor realizado pelos cidadãos (LUKYANENKO; PARSON; WIERSMA, 2011). Para isso, compreender a GCD passa pelo

---

<sup>1</sup> Data\_labe - laboratório de dados e narrativas na favela da Maré – Rio de Janeiro. “A equipe é composta por jovens moradores de territórios populares que produzem novas narrativas por meio de dados”. (DATA\_LABE, 2020).

entendimento das razões que levam os cidadãos a participar ativamente das atividades de geração de informações. A participação cidadã nesse processo, entretanto, pode representar uma situação de complexidade, uma vez que não representa algo linear, envolvendo elementos como o contexto social, político e cultural dos cidadãos, que não são facilmente gerenciados (BIER et al, 2016).

Em relação aos resultados efetivos da GCD, Bovaird (2007) e Meijer e Potjer (2018) apontam que são entendidos de forma diferente entre cada um dos atores envolvidos. Segundo os autores holandeses, sob a perspectiva dos governantes, a colaboração com cidadãos e plataformas organizadoras contribui para efetivar a implementação de políticas públicas. Já sob a ótica popular, os dados gerados funcionam tanto como uma forma de colaborar com o poder público como para contestar posições de poder impostas. Assim, funcionam tanto com uma maneira de adição e legitimação de políticas atuais, como uma forma de cobrança, trazendo sempre para a discussão tópicos específicos do interesse público. Essa perspectiva de análise contribui com a ideia de Bovaird (2007) de que a formulação de políticas públicas absorve um novo e importante ator, que tira a característica tradicional de processo essencialmente hierarquizado de poder, passando a funcionar como modelo de negociação e interação de diferentes partes.

Para inserir a GCD como uma ferramenta política na gestão urbana é importante entender que a informação por si só não é responsável pela produção de conhecimento. Para o uso apropriado e completo das informações é preciso entender quais são as bases de dados e quais são as estruturas das informações, adentrando os tópicos de como coletar e como processar tais dados (PÉREZ-DELHOYO; MORA; PAREDES, 2018).

No que tange a discussão sobre o planejamento urbano e seu viés de participação cidadã colaborativa, Haddad (2015) coloca que existem três pilares fundamentais que são necessários para seu sucesso, sendo as inovações tecnológicas aplicadas, a primeira, a participação pública como forma de democratização, a segunda (ideia reforçada por Goodchild, 2007), e a discussão sobre a sustentabilidade a terceira. De toda forma a autora destaca que a interação entre esses três agentes ainda precisa de melhor entendimento. Também em relação aos aprofundamentos científicos necessários sobre o assunto, Meijer e Potjer (2018), apontam que ainda é necessário um entendimento teórico, empírico e sistemático

sobre a relação da GCD com o enfrentamento de problemas públicos sociais, bem como um melhor entendimento acerca da conexão de todos os atores envolvidos, isto é, os cidadãos, os grupos intermediários (movimentos, grupos de ativismo, ONG's etc.) e os órgãos do poder público.

Dessa forma, essa pesquisa visa entender, entre outros tópicos, então, como a GCD está inserida dentro da realidade informal de favelas, se atendo aos tópicos de como a informação é produzida, quais são os agentes envolvidos e como podem contribuir para o enfrentamento de vulnerabilidades diárias presenciadas por cidadãos dessas localidades. Partindo da ideia de que o território pode ser entendido como uma combinação de condições físicas e políticas, que muito mais que um espaço, enquanto objeto, deve ser entendido como um processo dinâmico de ação e reação (ELDEN, 2013) e que pode ser configurado digitalmente (LUQUE-AYALA; MAIA, 2018), pretende-se também entender sob quais perspectivas as noções de territórios estão inseridas dentro da GCD. A seguir será apresentada a estruturação desenvolvida para a pesquisa, elencando os tópicos sobre a problematização e questão de pesquisa proposta, os objetivos gerais e específicos, bem como a metodologia adotada para atingir cada um dos objetivos.

## 1.1 PROBLEMATIZAÇÃO E PERGUNTA DE PESQUISA

Partindo do pressuposto de que favelas se constituem como ambientes de coletividade excluída, nas quais são observados cada vez mais o surgimento de grupos e coletivos que atuam no sentido de trabalhar em prol do enfrentamento de vulnerabilidades diárias, cujos trabalhos são importantes para levantar, mapear e dar visibilidade a essas vulnerabilidades, e que a GCD se configura como uma dessas atividades, a problematização dessa pesquisa é entender como GCD está inserida dentro da realidade informal de favelas, se atendo aos tópicos que como os grupos de ativismo se utilizam dela dentro desses territórios, e qual o potencial de contribuição no enfrentamento de problemas urbanos dessas localidades.

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Na busca por responder à pergunta de pesquisa proposta para esse trabalho, este estudo tem como objetivo principal analisar a utilização da GCD dentro do

trabalho de grupos ativistas na disputa da produção de políticas urbanas e construção de alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades em territórios de favelas. Os seguintes objetivos específicos visam auxiliar a obtenção da resposta à questão central do trabalho.

### 1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Compreender, através de revisão sistemática de literatura, o estado atual da arte sobre o ativismo cidadão com dados, na qual se insere a GCD, sob as perspectivas de sua inserção enquanto tática de resistência, sobretudo quando aplicado em favelas;
- b) Identificar o cenário nacional dos grupos, movimentos, ações e iniciativas que usam a GCD para o enfrentamento de vulnerabilidades urbanas em favelas;
- c) Analisar, através de estudo de caso, como o território e o espaço urbano estão inseridos no contexto de atuação dos grupos que se utilizam da GCD e como se inserem como componentes nas ações estabelecidas de mobilização junto aos cidadãos;
- d) Analisar como a GCD está inserida na atuação do grupo selecionado como estudo de caso e como o cidadão é envolvido nas ações estabelecidas;

### 1.4 JUSTIFICATIVA

O ativismo cidadão baseado na produção de dados, proposto pela GCD, se justifica na medida em que as relações pessoais entre os cidadãos se dão de forma cada vez mais instantâneas, mediadas por interfaces digitais e dados sobre o contexto social no qual estão inseridos. Nessa perspectiva, o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sobretudo através do uso de plataformas digitais, se insere como ferramenta fundamental que auxilia e facilita o trabalho de grupos que promovem esse tipo de ativismo (GARCIA; LE DANTEC, 2018). Em relação ao uso desse tipo de dado nas ações para a solução efetiva de problemas públicos, tal análise ainda carece de estudos (MEIJER; POTJER, 2018).

Nesse aspecto, ao analisar o ativismo cidadão, incluído aqui aqueles no qual a geração voluntária de dados é tida como atividade principal, tão importante quanto a consideração de o quanto os indivíduos estão dispostos e capazes a se envolver em tais atividades é a análise da estrutura oferecida para esses indivíduos, que viabilizam

o caráter participativo do ativismo. O que se procura estabelecer aqui é que o estudo da GCD vai além da análise de como a mobilização é estabelecida e de quem a realiza, e engloba os tópicos de quais foram as oportunidades apresentadas a esses cidadãos, e se estão inseridas dentro de um plano amplo de ação, isto é, se foram taticamente implantadas para auxiliar a mobilização cidadã (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017). Nessa perspectiva, a GCD se configura como um fator oportunidade oferecido para a comunidade, que oferece a possibilidade de ação para o cidadão e trabalha no sentido de promover a informação sobre o problema público e gerar capacitação para o indivíduo.

Segundo Caballero (2019), o ativismo cidadão, e aqui inserida também a GCD, dentro do contexto de novos movimentos urbanos, que tem como objetivo de atuação a luta pelo desenvolvimento urbano e igualdade social, ainda se configura como um processo não linear na dimensão política, no caráter participativo do cidadão e nos modelos de organização e a ação coletiva, no qual tanto questões metodológicas quanto conceituais ainda carecem de abordagens aprofundadas ao adentrar no estudo desses fenômenos. A partir disso, segundo o autor, justifica-se a relevância em estabelecer novas formas de atuação e participação do cidadão, atuando sempre em direção ao objetivo principal do direito à cidade em todas as suas dimensões, bem como no direito próprio do exercício da cidadania, sobretudo daquela exercida dentro do mundo das redes.

Seguindo esses entendimentos, a realização de uma pesquisa e análise aprofundada sobre a GCD se justifica na medida em que, adentrar tópicos sobre a fundamentação desse modelo de ativismo, a partir do estudo de seus conceitos, objetivos, atores e demais itens que se relacionam a ele, bem como sobre quais são as barreiras encontradas e as táticas de engajamento utilizadas pelos grupos que desenvolvem o ativismo cidadão, como base para análise dos grupos que praticam a GCD dentro dos territórios de favelas, de forma a compreender como esse trabalho é realizado e como a GCD se insere como tática de resistência nesses territórios, é importante para consolidar esse tipo de mobilização dentro de favelas.

## 2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia proposta para essa pesquisa pode ser considerada como multimétodos, com início numa fundamentação teórica sobre a GCD, a ser desenvolvida através de revisão sistemática de literatura, com pesquisas sobre o tema chave da pesquisa [2.1]. Em seguida será realizado um levantamento (*survey*), não exatamente quantitativo, já que não se busca uma avaliação de variáveis ou generalizações; o objetivo é entender qual o cenário no Brasil que diz respeito à GCD [2.2], para que possa eleger um caso de interesse para um estudo aprofundado [2.3]. Cada uma das etapas da metodologia será detalhada a seguir.

### 2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para a definição das bases teóricas que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa foram abordados os tópicos que versam sobre o tema central do ativismo cidadão com dados. Para atender os temas principais da presente pesquisa, a fundamentação teórica possui ramificações dentro das áreas de estudo, as quais são permeadas por autores ligados a cada um dos assuntos.

A Fundamentação teórica versa, pois, sobre os principais documentos e trabalhos realizados a respeito do tema. Tem como base periódicos científicos, monografias e teses na internet. A considerar o volume de informações encontradas, foi desenvolvido um estudo bibliométrico em artigos publicados nas principais bases de dados em que são encontrados arquivos com a temática centrada no urbano.

Para a seleção dos artigos analisados foram definidas quatro palavras-chave que se relacionam com o assunto principal da pesquisa, sendo elas: *data*, *citizen*, *urban* e *activism*. Foram selecionadas, inicialmente, 24 referências para embasar teoricamente o estudo sobre a GCD. O quadro 1 a seguir sintetiza os critérios de inclusão e exclusão adotados para a seleção dos trabalhos utilizados.

Quadro 1 – Esquema de seleção de autores para fundamentação teórica

Etapa	Base de Dados	Crítérios	Incluídos / Mantido	Excluídos	
INCLUSÃO	1 <sup>a</sup>	Scopus	Palavras-chave: <i>data, citizen, urban, activism</i> <sup>1</sup>  Combinação das palavras-chave em grupos de três  Recorte temporal: 2009 <sup>2</sup> - 2021  Tipo de documentos: artigos completos e publicados  Língua: Português, inglês e espanhol	292	-
		Web of Science		176	-
		EBSCO – American Search Premier		136	-
		Scielo <sup>1</sup>		11	-
EXCLUSÃO	Todas	2 <sup>a</sup>	Duplicação de artigos	428	187
		3 <sup>a</sup>	Leitura dos títulos dos artigos: trabalhos cuja leitura dos títulos sugerissem conexão com o tema dessa pesquisa, tanto a partir das expressões e palavras utilizadas, quanto do assunto geral sugerido para o artigo	59	566
		4 <sup>a</sup>	Leitura dos resumos dos artigos: trabalhos cuja leitura do resumo sugerissem conexão com o tema dessa pesquisa, a partir das expressões e palavras utilizadas, do assunto geral do artigo e dos resultados obtidos em cada um	24	35
		5 <sup>a</sup>	Acesso ao artigo na íntegra	24	-

<sup>1</sup> – Para a base de dados Scielo também foram utilizadas as palavras-chave traduzidas para o português (dados, cidadão, urbano e ativismo)

<sup>2</sup> – Ano de publicação do artigo “*Who Participates, How and Why in Urban Regeneration Projects? The Case of the New 'City' of East Manchester*”, dos autores Blakeley e Evans, sendo o artigo com maior número de citações (33) que serve de base para o tema da dissertação.

Fonte: o autor, 2021.

Associados aos 24 artigos selecionados, também foram incluídos ainda novos trabalhos encontrados a partir das referências utilizadas em cada um, bem como a partir de leituras complementares, que se relacionam com o tema da GCD, como dissertações, teses e outros artigos científicos. Os trabalhos selecionados foram divididos em dois tópicos de acordo com o assunto geral tratado, sendo o primeiro a discussão sobre a GCD e o meio urbano, e o segundo a questão táticas de engajamento. Cada um desses tópicos será abordado separadamente no decorrer da fundamentação teórica. O quadro 2 sumariza o conjunto de autores utilizados para cada um dos assuntos definidos.

Quadro 2 – Apresentação de autores utilizados na fundamentação teórica

<p>A GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS E O MEIO URBANO</p>	<p>BLAKELEY; EVANS, 2009; FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009; ADAMSON, 2010; CÔRTEZ; SILVA; DRACHLER, 2011; SAXBY, 2015; ARCIDIACONO; REALE, 2016; BENGTSSON, 2016; BARASSI, 2017; BLOK et al., 2017; GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017; HAN; SPARKS; TOWERY, 2017; MERTIA, 2017; MILOSEVIC; ZEZEJ, 2017; GARCIA; LE DANTEC, 2018; GUTIÉRREZ; MILAN, 2019; LONGO, RIBAS, 2018; ARORA, 2019; CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019; GUTIÉRREZ, 2019; CABALLERO, 2019; LEHTINIEMI; RUCKENSTEIN, 2019; MACHADO; AZEVEDO, 2020; MARINELLI; PARISI, 2020; RICKER; CINNAMON; DIERWECHTER, 2020;</p> <p>*SANTOS, 2009; *BRULON; PECI, 2013; *GADENS; HARDT; FREY, 2012; *YAMAWAKI, 2013; *MEIJER; POTJER, 2018; *CORBETT, 2015; *GUTIERREZ; MILAN, 2015; *KNIGHT, 2015; *LENG TER, 2015; RIBEIRO, 2015; *LIM, 2018; *MEDRADO; SOUZA, GONÇALVES, 2018; *MILAN, 2018; *BERALDO; MILAN, 2019; *PELLEGRINO et al, 2019; *RICAURTE, 2019; *SEGURA; WAISBORD, 2019; *VALLADARES, 2020; *DANTAS; MICHELI, 2021;</p>
<p>TÁTICAS DE ENGAJAMENTO</p>	<p>BLAKELEY; EVANS, 2009; FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009; ADAMSON, 2010; GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017; HAN; SPARKS; TOWERY, 2017; MILOSEVIC; ZEZEJ, 2017; GARCIA; LE DANTEC, 2018; LONGO, RIBAS, 2018; GUTIÉRREZ; MILAN, 2019; GUTIÉRREZ, 2019; MACHADO; AZEVEDO, 2020;</p>

	*GUTIERREZ; MILAN, 2015; *COULDRY; MEJIAS, 2018; *MEIJER; POTJER, 2018; *MEDRADO; SOUZA, GONÇALVES, 2018; *MILAN, 2018; *CHENOU; CEPEDA-MÁSMELA, 2019; *KANNENGEIEßER, 2019
--	---

\* Autores adicionados a partir de leituras adicionais à busca feita para a revisão sistemática de literatura  
Fonte: o autor, 2021.

## 2.2 LEVANTAMENTO DE GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD

Esta etapa da pesquisa visa responder o segundo objetivo específico (*b*), como base de partida para o alcance dos dois subsequentes (*c* e *d*), e compreende um levantamento das situações, grupos, ações, ou iniciativas no Brasil envolvendo a GCD. Essa pesquisa / levantamento será feita pela internet (ETAPA 1), utilizando mecanismo de busca (*Google*), a partir de critérios pré-estabelecidos de inclusão e exclusão. Para o levantamento será utilizada também a técnica “bola de neve” (*snowball sampling*), na qual os grupos previamente encontrados contribuem com a apresentação de novos. Como resultado dessa etapa foi definida uma lista com os casos selecionados (ETAPA 2) e a seleção de um dos grupos para um estudo de caso aprofundado (ETAPA 3).

### 2.2.1 Pesquisa dos grupos que se utilizam da GCD (ETAPA 1)

Ao considerar o conceito geral de GCD, proposto por Silva (2017) e Meijer e Potjer (2018), enquanto movimento que se utiliza do cidadão como fonte voluntária e consciente de obtenção de dados acerca de problemas e vulnerabilidades urbanas, com o objetivo de promover o debate público acerca delas, a pesquisa inicial na ferramenta de busca Google utilizou palavras que giram em torno da ideia central desse tipo de movimento, como o próprio termo “Geração Cidadã de Dados”, juntamente com a combinação de outras terminologias que também se relacionam com o trabalho realizado, tais como “colaboração, colaborativo (e demais variações)”, “denúncia”, “mobilização”, “dados” e “plataformas e aplicativos”, a considerar a inserção de tecnologias digitais dentro desse processo. Assim, a partir da combinação desses termos uma listagem inicial de iniciativas que se utilizam a GCD será apresentada.

Aqui é importante considerar, que o critério de inclusão dos grupos nessa primeira etapa do levantamento é justamente a autodeclaração do grupo ou atividade promovida por eles de utilização do cidadão como fonte geradora de dados sobre problemas urbanos, independentemente das características das iniciativas que realizam esse trabalho ou do tipo de conteúdo produzido. Sendo, entretanto, um dos objetivos desse trabalho estudar a GCD enquanto tática de resistência e ativismo realizado dentro do território de favelas, a etapa 2 dessa pesquisa será responsável pela filtragem dos grupos encontrado, a partir de critérios de exclusão estabelecidos, detalhados a seguir.

### **2.2.2 Definição dos grupos que se utilizam da GCD como tática de resistência (ETAPA 2)**

Para a definição da lista de iniciativas que se utilizam da GCD como forma de mobilização dentro de territórios de favelas, os critérios de exclusão utilizados para a filtragem do levantamento inicial dos grupos seguem os 5 itens propostos por Meijer e Potjer (2018), incluindo um sexto que se refere à necessidade de atuação desses grupos dentro de favelas, de forma a mapear a diversidade de casos relevantes ao tema deste trabalho. São eles:

1. Grupos cujas práticas envolvam a produção de dados abertos, isto é, de uso universal, a partir do esforço voluntário de cidadãos;
2. Necessidade de os casos encontrados envolverem práticas em fase de implementação, já consolidadas, que estejam sendo aplicadas na prática, ou então que tenham sido praticadas ativamente como uma das ações do grupo;
3. Casos em que os dados sejam gerados por cidadãos e não por organizações. Ainda que os dados passem por algum tipo de organização, eles não são gerados por elas, apenas analisados e organizados;
4. Grupos cujos objetivos de atuação sejam em torno de questões relativas a problemas públicos;
5. Que existam informações disponíveis e suficientes para a análise;
6. Atuação das iniciativas dentro de territórios de favelas.

Em relação ao tópico 2, o trabalho realizado por Meijer e Pojter (2018) considera a necessidade de as práticas da GCD estarem em atuação no momento da análise realizada. Ao considerar, no entanto, a realidade de luta vivenciadas pelos grupos na prática da GCD dentro do território de favelas, que necessitam estabelecer soluções criativas para darem visibilidades as suas demandas (ARCIDIACONO; REALIE, 2016), e que para isso precisam superar inúmeras barreiras impostas ao seu trabalho (ADAMSON, 2010), incluindo aquelas decorrentes da pandemia de Covid-19, esse segundo item de análise foi adaptado de forma que práticas que não estejam em atuação no momento, mas que já foram realizadas e que ainda representam frentes de atuação como GCD também pudessem ser incluídas no levantamento.

Para responder esses questionamentos, serão utilizadas respostas diretas, como “sim” ou “não”, complementadas com informações adicionais necessárias para cada item. Grupos que apresentem respostas “não”, serão desconsiderados no levantamento final.

### **2.2.3 Seleção do estudo de caso (ETAPA 3)**

A partir da listagem definitiva dos grupos que se utilizam da GCD como táticas de resistência em favelas, para a seleção do grupo a ser trabalhado no estudo de caso, então, serão avaliados os seguintes tópicos:

- a) Resposta dos questionamentos abordados na etapa 2: priorizado o grupo com maior número de informações disponíveis;
- b) Relação do objetivo do trabalho do grupo com o enfrentamento de vulnerabilidades diárias em periferias e favelas, isto é, usados com o intuito de promover o debate acerca de problemas públicos;
- c) Inserção do território e espaço urbano dentro dos objetivos do grupo;

## **2.3 ESTUDO DE CASO**

O estudo de caso compreende um estudo aprofundado sobre o grupo selecionado na etapa anterior. O propósito do estudo é responder os objetivos específicos “c” e “d”, bem como atingir o objetivo específico desta pesquisa, ou seja, analisar a utilização da GCD dentro do trabalho de grupos ativistas na disputa da

produção de políticas urbanas e construção de alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades em territórios de favelas.

Para desenvolvimento deste estudo de caso serão utilizadas metodologias propostas por Meijer e Potjer (2018), como análise de fontes secundárias, bem como análise de informações encontradas em sites e meios digitais da iniciativa. Em suma, serão realizadas:

- a) Pesquisa documental – recolher a maior quantidade material sobre o caso selecionado, como reportagens e publicações em websites e blogs, postagens em mídias e redes sociais (tanto próprias do grupo, quanto de terceiros), e outros materiais encontrados em meio digital que sejam sobre o grupo ou ações propostas por eles. Essa coleta e organização envolvem tanto textos, quanto mídias digitais, como vídeos, imagens e áudios;
- b) Agrupamento e descrição das informações coletadas na etapa anterior: As informações obtidas serão agrupadas em formato de texto, quadros/tabelas, de forma a construir o raciocínio necessário para a análise proposta pelo objetivo geral.

### 2.3 ANÁLISE DE RESULTADOS

A etapa final da pesquisa terá como finalidade atingir o objetivo geral definido, isto é, analisar a utilização da GCD dentro do trabalho de grupos ativistas na disputa da produção de políticas urbanas e construção de alternativas para o enfrentamento de vulnerabilidades em territórios de favelas, a partir da retomada do referencial teórico à luz daquilo que foi observado no estudo de caso, buscando confirmações ou mesmo fragilidades daquilo tido como correto na literatura. Assim, a análise de como a GCD é utilizada pelo coletivo selecionado será realizada através da compreensão de como o trabalho é realizado pelos grupos e como o cidadão é inserido nesse contexto, fazendo associações com os conceitos já apresentados por autores que discutem o assunto

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **3.1 A GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS E O MEIO URBANO**

##### **3.1.1 GCD – Contexto, definições e objetivos**

O mundo globalizado, tal qual conhecemos hoje é resultado de um processo constante de mudanças, no qual, a cada novo momento histórico são introduzidas novas formas de agir e pensar aos diversos agentes modificadores do espaço urbano. A globalização econômica e cultural, o impacto das ciências advindas das TIC, e a reconstrução ideológica do capitalismo, baseada no consumo e no entretenimento, caracterizaram o final do século 20, mais precisamente a partir da década de 1970, e foram importantes agentes de transformação urbana (GADENS; HARDT; FREY, 2012; YAMAWAKI, 2013). A busca por um novo modelo de governança mais democrática, que inclui em suas políticas públicas a sociedade como um todo, em todos os seus territórios e expressões, fez surgir no mundo novos movimentos que se articulam na atuação em sentido do alcance desse novo modelo de democracia (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019).

O cenário atual global em que a dataficação, isto é, o uso de dados como ferramenta para o estabelecimento de ações, se apresenta como novo modelo de criação de narrativas e traços da rotina diária dos cidadãos, a utilização e geração de dados pelos diversos atores públicos se configuram como nova metodologia no auxílio da tomada de decisão acerca de problemas sociais (BLOK et al., 2017; PELLEGRINO et al, 2019; RICAURTE, 2019). A partir dessa ideia, um modelo de construção social pautado num sistema participativo e colaborativo de enumeração de demandas e geração de informações e dados é considerado como essencial para a ampliação da responsabilidade social, bem como para melhorar a oferta de serviços e soluções públicas (BLAKELEY; EVANS, 2009). Isso advém do fato que “A dataficação transformou a maneira como as pessoas participam da vida política” (GUTIERREZ, 2019, p.41). Nesse aspecto, a forma de participação dos cidadãos dentro das esferas da vida pública foi modificada, uma vez que, nesse universo de uso de dados, práticas inovadoras que conectam os universos digital e informativo são utilizados por ativistas, como uma nova ferramenta de trabalho em suas práticas (GUTIERREZ; MILAN, 2019).

O que esse modelo propõe é a inserção do cidadão comum dentro da zona de influência da produção e controle dos dados, no qual grupos de ativismo se utilizam do conteúdo gerado como ferramenta para criação de narrativas e histórias, e as utilizando para o estabelecimento de evidências, conscientização e mobilização, na tentativa de atingir o objetivo final de solução de problemas e a própria mudança social (GUTIERREZ; MILAN, 2018). Assim, a definição e o surgimento de novos modelos participativos, tanto a nível local quanto global, é responsável pelo surgimento de um novo contexto social no qual são introduzidas novas formas de atuação coletiva frente às necessidades urbanas insurgentes (CABALLERO; 2019).

A partir desse novo modelo, ao tratar do assunto dos dados gerados por cidadãos é importante verificar que diferentes entendimentos e interpretações podem surgir acerca da maneira como tais informações são geradas e como são tratadas. Segundo Meijer e Potjer (2018), apenas quando as informações produzidas e utilizadas na discussão de propósitos públicos, vislumbrando um debate em prol da solução de problemas comuns a um determinado grupo ou coletivo, é que as informações geradas assumem caráter cívico e passam a ser chamadas propriamente de dados gerados por cidadãos, e não puramente extraídos de suas atividades cotidianas, muitas vezes sem seu conhecimento. Para os autores, nesse contexto, os cidadãos são os atores responsáveis por contribuir com as informações na construção de um conjunto de dados necessários para o enfrentamento de uma determinada demanda.

O conceito abordado por Meijer e Potjer (2018), insere a GCD como uma forma colaborativa multi-atores, cuja atuação pode possibilitar a organização da ação coletiva em torno de determinado “assunto problema” envolvendo os grupos associados nesse processo. A partir desse entendimento, então, pode-se considerar que a GCD trabalha no sentido de mudança de paradigma de governança pública sob a ótica da solução de problemas, e se utiliza para isso dos dados gerados pelos cidadãos, que são resultado de uma colaboração entre esses e agentes intermediários, que, numa perspectiva teórica, desemboca suas informações no governo e em outros atores do domínio público.

No que tange à qualificação dos dados gerados pela GCD, Meijer e Potjer (2018) colocam que as informações produzidas se qualificam como uma nova forma de produção de conteúdo e conhecimento e que sua importância se revela na medida

em que se amplia o conceito de governança dentro da perspectiva multi-ator, na qual, além dos órgãos governamentais, empresas, ONGs e cidadãos podem gerar informação acerca de determinada demanda. Sob essa perspectiva, a produção de conteúdo se descentraliza do Estado e se aproxima mais do cotidiano da sociedade civil, o que pode permitir que demandas imediatas, que possam fugir da análise e observância direta do Estado, se apresentem dentro do conteúdo produzido nesse processo.

Ainda em relação a sua conceituação, a GCD pode ser entendida, também, a partir da ideia estabelecida por Gutierrez (2019, p.41-42), como um dos dois tipos de intervenção cidadã que surgiram, sobretudo a partir da era do *Big Data*, como uma “ferramenta para a ação política”. Para ele, nesse contexto, a participação cidadã, a partir da utilização de novas formas de tecnologias, se configura como uma maneira de superar barreiras impostas à participação. A outra categoria apresentada pelo autor, mas que não se refere à GCD de forma direta, é de “infraestrutura de dados”, na qual os cidadãos não participam de forma ativa, apenas contribuem na produção de dados de forma indireta, pela coleta de informação de forma involuntária através de suas atividades cotidianas.

Sob a ótica da construção social da cidade, então, as comunidades, enquanto agrupamento de cidadãos dentro de um mesmo território, que compartilham o cotidiano sob todas as suas faces, sejam elas boas ou ruins, é, segundo Caballero (2019), um espaço produzido e organizado a partir de trocas e lógicas, sob o qual há a necessidade de reestruturação da conexão entre esse espaço físico e os domínios subjacentes e imateriais, como os processos de domínio e poder, como ponto chave da elucidação, e posterior tomada de ação, acerca dos problemas contemporâneos advindos do pós-desenvolvimento.

No que diz respeito ao processo de organização em favelas é necessário considerar que a capacidade organizativa faz parte do próprio histórico de construção desses territórios. De fato, a necessidade da realização de associações e convergência dos diversos agentes que constituem esses territórios é condição quase que fundamental para a garantia de existência dessas comunidades. O que se coloca é que a necessidade imposta pelas condições físicas, sociais e econômicas apresentadas fez com que forças mobilizadoras fossem estabelecidas ao longo do processo de formação e consolidação das favelas, que resultou no surgimento de

inúmeros movimentos e iniciativas nesses territórios. É importante considerar que quanto maior os desafios e contextos históricos vivenciados maiores são (ou foram) os limites que são (ou foram) impostos a essas mobilizações (FIOCRUZ, 2020b).

Para o contexto urbano, então, a lógica da mediação política proposta para o desenvolvimento territorial caminha majoritariamente para uma distribuição de recursos e serviços mediados por interesses pessoais e demandas advindas dos setores próprios do capitalismo. Como resultado dessa atenção direcionada, e que privilegia setores específicos da sociedade, que se configura em sua essência como uma lacuna nas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social de todas as camadas da sociedade, o surgimento de processos alternativos se torna algo necessário como tentativa de rompimento desse processo desigualitário imposto. Sob esse ponto de vista, então, a participação cidadã em processos ativistas se configura como resultado de uma memória cultural, histórica e econômica, traduzida por cotidiano de políticas públicas deficitárias que estabelecem demandas sociais a serem resolvidas (CABALLERO, 2019).

Para a solução de problemas, entretanto, o processo de mudança social e construção de comunidades dotadas de infraestruturas e bens necessários ao completo desenvolvimento do cidadão, passa a depender também da capacidade de articulação democrática, a partir de setores da sociedade não conectados diretamente ao Estado, num processo de inovação e mudança social (CABALLERO, 2019). A inserção da GCD, então, como movimento de articulação democrática, em que predomina o caráter coletivo pode ser justificado na fala de Han, Sparks e Towery (2017, p.26), na medida em que: “se a escolha de participar está inserida nas interações sociais, organizações como grupos de cidadãos são lugares onde as interações sociais, que tornam a participação mais provável, podem ocorrer”.

Um outro entendimento que também qualifica a GCD como movimento de articulação democrática, diz respeito ao contexto tradicional global de dataficação, no qual quem detém os dados, processa e controla seus fluxos, exerce grande influência sobre a sociedade (GUTIERREZ; MILAN, 2019). Na medida em que a produção e controle dos dados se encontra, na maioria, nas mãos do Estado, a GCD se apresenta como agente de contraposição dessa ideia, que descentraliza a produção de dados e traz o cidadão de forma ativa para esse processo, transferindo essa influência também

para os cidadãos comuns e para os grupos que promovem a GCD sob forma de ativismo com dados.

Sob um contexto geral, então, a GCD pode ser entendida como uma forma de colaboração complexa que envolve, nesta sequência, os cidadãos, que são os responsáveis por gerar os dados, os grupos intermediários, que organizam, analisam, e distribuem os dados coletados e as diversas esferas de domínio público ou privado, que utilizam as informações obtidas na proposição de ações de melhoria e solução de problemas (MEIJER; POTJER, 2018). É importante salientar que essa forma se apresenta como um modelo teórico na qual o dado percorre um caminho ideal, partindo do cidadão e passando por todos os demais agentes até que a demanda inicial que promoveu a necessidade daquele dado seja solucionada. A prática, no entanto, ainda é dotada de diversas barreiras, que dificultam que esse modelo seja totalmente executado, em sua essência. É interessante destacar também, que a não finalização do percurso não inviabiliza o processo como um todo (BARASSI, 2017).

Para Garcia e Le Dantec (2018), o objetivo do ativismo cidadão com dados, entre eles a GCD, é variável e pode assumir diferentes conotações a depender da forma como o uso dos dados produzidos é destinado, variando desde o caráter primário de atuação para obtenção de melhorias comunitárias, com o foco em cobranças e parcerias com os governos locais e instituições, até chegar num viés de construção social, no qual o objetivo se pauta mais na capacitação social quanto ao problema público e do papel do cidadão nesse contexto, do que propriamente na solução dos problemas apresentados pelos dados. A solução do problema se constitui sim como um objetivo, mas não se restringe apenas a ela.

Ainda em relação aos objetivos da GCD, um dos focos do ativismo cidadão através de dados é possibilitar que o próprio indivíduo gere e compartilhe informações sobre os problemas urbanos que são impostos a ele no seu cotidiano, como forma de cobrança das autoridades locais. Através desse tipo de ativismo se busca a formação de um conjunto de dados suficientes que auxiliem, em teoria, o poder público no estabelecimento de medidas de solução e tomada de decisões (LONGO; RIBAS, 2018). Aqui, ainda que o objetivo majoritário da mobilização cidadã seja em torno de demandas coletivas da comunidade é necessária atenção às características individuais dos cidadãos, bem como do seu modo de interação com o ambiente físico a sua volta (FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009).

Compreender a GCD, em toda a sua complexidade passa pela análise dos múltiplos agentes, processos e fatores que estão relacionados a esse assunto. Na sequência serão discutidos tópicos que completam o entendimento geral sobre a GCD, como o processo de ativismo cidadão de forma ampla, sua relação com o Estado, enquanto setores separados, os atores envolvidos, a importância e qualificação dos dados, o papel da tecnologia e a qualificação do indivíduo enquanto cidadão ativista.

### **3.1.2 Reflexões sobre território e favelas**

A definição de favela, segundo o Observatório de Favelas (2009), é um território que faz parte da cidade, mas que é caracterizado por determinados tópicos que os configuram como únicos e que são responsáveis pelas dinâmicas e desigualdades diárias vivenciadas, como o histórico de falta de investimentos por parte do Estado, densidade habitacional alta, indicadores socioeconômicos normalmente abaixo da média da cidade e outras relações e conexões de informalidade.

Para Dantas e Micheli (2021) a favela deve ser entendida como um território formado por um espaço fértil, no qual as diversas esferas da vida de seus habitantes são moldadas também pelas ações comunitárias, que são propostas pelos coletivos e organizações que trabalham em prol das causas das favelas. Segundo os autores, esses territórios são também marcados por disputa constante pelo espaço urbano, causada pelo conflito existente entre aqueles espaços tido como próprios para a moradia, formados pelos bairros regulares das cidades, com aqueles nas quais a construção de habitações não é, ou não deveriam, ser permitida, numa tentativa de reação à assimetria de distribuição e concentração de renda, quando analisada a cidade como um todo.

O entendimento a respeito das definições de território é importante quando se busca entender a própria constituição das favelas e de que forma as mobilizações e ações propostas dentro delas atuam na busca pela diminuição das desigualdades sociais nas comunidades (BRULON; PECL, 2013). O entendimento desse conceito parte primeiramente da ideia de espaço, que, Segundo Santos (2009, p.63), pode ser entendido como um local “formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados

isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá", isto é, formado por um conjunto de objetos, agentes e ações, que se inter-relacionam na sua formação. O território, por sua parte, se constitui a partir da apropriação desse espaço e da inserção das relações de poder nessa ideia. Segundo Brulon e Peci (2013), é "a partir das relações de poder, que a ação humana afeta a materialidade dos territórios". Dessa forma, a busca por mudanças e melhores condições dentro das favelas parte da necessidade de reconfiguração desses territórios, e, por consequência, das relações de poder que estão estabelecidas.

No que diz respeito à favela, enquanto território, Ribeiro (2015) coloca que, juntamente com o conceito de periferia, representa uma categoria que usualmente é utilizada para caracterizar a segregação socioespacial nas grandes metrópoles brasileiras. Ainda que os dois conceitos sejam divergentes entre si e tenham surgidos em momentos históricos distintos, ambos são utilizados para representar interações e caracterizações sociais em relação a outros territórios, que se materializam no espaço físico, com o poder de denunciar as diversas formas de desigualdade sociais, e, nesse caso específico, representar também aquelas relacionadas ao espaço físico territorial, sendo fundamental para a caracterização do que hoje se entende por questão urbana.

A partir desses dois conceitos é importante considerar que o momento histórico em são formados e aquele no qual passam a ser considerados como questões urbanas das cidades são distintos. Para o processo de periferização, isto é, configuração dos primeiros territórios aos quais se entende por periferia, e que decorrem do processo de urbanização do país, na situação em que a ocupação de áreas mais distantes dos centros foi estabelecido, devido à falta de moradia nas proximidades das área centrais, seu surgimento segue o próprio processo de urbanização e metropolização do Brasil, com início na proximidade dos anos 1930 e ganha força na metade do século XX, entre os anos de 1950 e 1960 (RIBEIRO, 2015). Já para as favelas esse histórico de surgimento e constituição é mais antigo, e denota da virada entre os séculos XIX e XX. Ambas caracterizadas como territórios nos quais se observa grande carência de infraestrutura urbana, quase em sua totalidade em loteamentos clandestinos, foi apenas a partir da segunda metade do século XX que uma preocupação maior com esses territórios foi colocada em prática, e se estabeleceu entre as décadas de 1970 e 1980 (BRULON; PECI, 2013; RIBEIRO, 2015). Se, para tanto para a favela quanto para periferia, a questão da desigualdade

social passa ser considerada como ponto de atenção, para as favelas dois outros pontos principais são introduzidos, sendo eles a preocupação em relação a questões sanitárias, de saúde, e a preocupação estética com a conformação física e local de ocupação desses territórios (VALLADARES, 2000).

É importante considerar aqui que foram a partir desses momentos que uma percepção maior a cerca desses territórios, enquanto sistemas que escancaram desigualdades sociais, começa a ganhar algum destaque na sociedade, o que não representa, no entanto, que esses momentos históricos representam um ponto de virada na realidade desses territórios. Ainda que uma atenção seja estabelecida as ações realizadas em prol da diminuição das desigualdades sociais ainda está longe de atingir resultados expressivos. É sob essa perspectiva, então, que o trabalho de coletivos, movimentos e ONGs ainda é extremamente necessário na luta diária nesses territórios na busca de soluções de vulnerabilidades sociais diárias vivenciadas.

Em relação ao conceito de vulnerabilidade social a que os moradores de favelas são acometidos, Dantas e Micheli (2021) apontam que esse conceito é complexo, uma que vez precisa ser entendido a partir da realidade de cada território, que são, por sua vez formados a partir de características próprias e que trazem realidades específicas para cada favela, a partir de contexto histórico temporal analisado. O que se coloca é que, ainda que semelhantes ao olhar o espaço físico de maneira ampla, as favelas possuem particularidades, que fazem com as problemas e demandas apresentados sejam específicos para cada um. Pode-se considerar, entretanto, que algumas questões chave são responsáveis por intensificar essas particularidades de cada uma, sobretudo a precariedade de acesso a bens, serviços e infraestruturas públicas básicas, como acesso a saúde, educação, moradia, mobilidade e, também, lazer e cultura.

Sob essa perspectiva é importante considerar que muitas vezes a ideia de que apenas a oferta de serviços tido como essenciais, como infraestrutura básica de escolas e unidades de saúde, por exemplo, são postas como ponto de solução para o combate à desigualdade social, sobretudo nas ações propostas pelos poderes públicos municipais e estaduais. Não se pretende aqui colocar que esses tópicos não se configuram como importantes, e até mesmo essenciais, na busca por melhores condições de vida a moradores de favela. O que se apresenta é que somado a isso também é importante o estabelecimento de ações que se desenvolvam no sentido da

oferta de lazer, cultura e educação. É sob essa perspectiva então, que muitos trabalhos de organizações são desenvolvidos ao redor desse assunto.

Sendo, pois, então, a favela, conforme a ideia de Dantas e Micheli (2021) resultado de um espaço fértil, cujas ações propostas por movimentos possuem a capacidade de moldar o desenvolvimento desses territórios, a promoção de ações que visem o lazer e a cultura, que não necessariamente visem a solução de um problema físico e pontual, atua no sentido da formação de moradores, que podem se tornar muito mais aptos a construir de forma conjunta a busca por melhorias da comunidade, e, por consequência, serem considerados como potenciais cidadãos que contribuem com a GCD.

É importante considerar aqui que a caracterização enquanto fenômeno urbano apenas na segunda metade do século XX não significa que as favelas passaram despercebidas e sem nenhuma atenção governamental em anos anteriores. De fato, é antigo o entendimento por parte dos governantes sobre a necessidade de controle dessas porções de território e já nos 1930, a partir do surgimento do Estado Novo, a ideia de que era necessário conhecer para controlar foi estabelecida. Nesse primeiro momento uma política assistencialista foi estabelecida com esse pretexto e na sequência a inclusão das favelas dentro do censo demográfico, considerados como aglomerados subnormais, passou a contribuir para isso (RIBEIRO, 2015). A partir desse momento, então, mesmo muito antes da instituição dos mecanismos de dataficação, é possível perceber que o dado, enquanto ferramenta de conhecimento e dominação, já estava inserido dentro dos territórios das favelas.

É importante considerar que uma visão homogênea e semelhante das favelas como territórios que apresentam mesma realidade e condições sociais remontam desde os primeiros históricos de levantamento e tentativa de conhecimento desses territórios, desde os anos de 1930, e foi apenas a partir da inserção delas no censo que foi estabelecida uma ideia de que os fenômenos por ela apresentados tinham relação direta com as condições sociais de seus moradores, bem como com questão da dificuldade de moradia e acesso ao mercado de trabalho (RIBEIRO, 2015).

As cidades brasileiras, sobretudo as grandes metrópoles, são constituídas por territórios fragmentados, nos quais impera o contraste entre realidades completamente diferentes, que convivem lado a lado, onde pobreza e riqueza se intercalam para compor o mosaico que constitui essas cidades (BRULON; PECCI,

2013). Ainda que pertencentes a um mesmo espaço físico, isto é, o limite do município em que se insere, as principais oportunidades e infraestruturas não estão disponíveis a ambos e os que pertencem do lado no qual as oportunidades são menores precisam lutar diariamente para terem acesso aos serviços que a eles são necessárias. É nesse momento que o ativismo cidadão se coloca como situação fundamental dentro das favelas.

### **3.1.3 O ativismo cidadão com dados como forma de atuação e ação política**

A lógica de ativismo cívico se estabelece na medida em que o envolvimento de cidadãos se configura como uma nova forma de atuação na busca do estabelecimento de novos marcos e paradigmas dos modelos de governança pública, para possibilitar novas formas de planejar e definir a atuação política, de forma que o cidadão se insira como coprodutor nesse processo. Esse novo modelo se utiliza como base as redes existentes e novas plataformas digitais, como forma de permitir o acesso do cidadão comum a ferramentas que o transformem em agente ativo, com possibilidade de atuação frente à assuntos políticos. Dessa forma, rompe-se a lógica tradicional de dependência imposta pelo Estado (ARCIDIACONO; REALE, 2016). Segundo Gutierrez e Milan (2019) o ativismo cidadão com dados pode ser entendido como uma forma de engajamento popular na geração de dados, conceito no qual se encaixa a GCD. Nesse sentido, o estabelecimento de ações ativistas de caráter participativo, a partir da ideia de produção e utilização de dados, tem o potencial de tanto melhorar os processos participativos tradicionais quanto de estabelecer novos modelos de atuação (GUTIERREZ, 2019).

O ativismo cidadão com dados, sob suas múltiplas faces, se configura como uma nova ferramenta de ação popular, que envolve ação direta do indivíduo, numa cultura de resistência (GUTIERREZ; MILAN, 2015), na qual a atuação principal gira em torno do objetivo da contestação das relações de poder impostas em um determinado território. Para isso, se utiliza de uma nova infraestrutura e modelo de prática de dados, com um objetivo social definido, a partir de ações de caráter individual, mas que se inserem numa perspectiva coletiva, ou através de ações coletivas já na sua origem, (BERALDO; MILAN, 2019) de alcance de mudanças sociais, bem como do aumento e estabelecimento da conscientização pública

(SEGURA; WAISBORS, 2019). Aqui, ao analisar a evolução dos processos participativos, para entender a partir de qual momento a GCD pode ser inserida como forma de ativismo pautada na participação ativa de cidadãos na produção de dados, é importante entender que é a partir do estabelecimento das TIC e do próprio processo de dataficação que novos desafios e oportunidades surgiram e permitiram que novas formas de expressão da participação cidadã pudessem ser introduzidas (GUTIERREZ, 2019).

No contexto político de uma sociedade democrática, o processo de participação cidadã pode ser entendido como sendo aquele no qual os cidadãos participam de alguma maneira das tomadas de decisão nas esferas políticas, sociais ou em qualquer outra que tenha impacto sobre a vida pública. Aqui, a participação cidadã é considerada essencial para o processo democrático, uma vez que, além de influenciar interesses individuais e coletivos, também traz legitimidade para as ações e decisões estabelecidas (GUTIERREZ, 2019). Para o contexto social brasileiro, à medida em que cresce o entendimento da necessidade de participação mais ativa do cidadão nas tomadas de decisão e definição de políticas públicas, surgem novos grupos que trabalham em prol dessa inserção do cidadão em processos participativos e que se inserem como intermediadores entre o cidadão e aqueles que detêm o poder (CÔRTEZ; SILVA; DRACHLER, 2011).

O ativismo proposto pela GCD, nesses casos, pode se configurar, então, a partir do entendimento de Arora (2019), como parte integrante de contexto de direitos coletivos e de grupos e cooperativas que trabalham em prol de mudança social. De fato, essa ideia surge na medida em que uma necessidade de liberdade e de solução de problemas se torna ponto chave para que determinada população seja vista e ouvida perante governantes locais. O ativismo coletivo e cidadão proposto pela GCD pode ser entendido pela definição apresentada por Arora (2019, 722-723) como “ações cotidianas, deliberadas e que operam de forma gradual ou radical, contribuindo para minar os regimes opressivos”. A autora complementa:

“Não é de surpreender que o ideal de "igualdade de condições" dos mercados livres tenha sido rapidamente adotado através das fronteiras culturais ou que os direitos humanos universais se tornaram um modelo, um ideal e uma medida para uma boa vida para muitos seguirem. Nossas particularidades, no entanto, precisam de equilíbrio com o universal para alcançar uma sociedade justa. Universalismos de qualquer tipo são uma espada de dois gumes. Eles vêm com o achatamento de culturas e identidades e às vezes se tornaram uma

rubrica paternalista para justificar a opressão de certos grupos.”  
(ARORA, 2019, p. 723-724)

Na tentativa de rompimento de imposições opressivas, então, ativistas constroem suas identidades políticas através de práticas complexas de narrativas, que são moldadas pela percepção de uma grande variedade de pistas políticas que emergem de seu encontro com os outros ao longo de sua vida. Essas pistas podem ser extraídas a partir de sua experiência do contexto histórico e político, das instituições que convivem, ou da experiência vivida de eventos políticos específicos – e muitas vezes traumáticos (BARASSI, 2017).

Entender o ativismo cidadão em todas as suas esferas depende da compreensão de dois fenômenos que, ainda que interligados, divergem entre si na sua origem, sendo o primeiro o conjunto de táticas que é usado na busca pelo ativismo, juntamente aos cidadãos, e o segundo o padrão de atuação que surge no próprio conjunto de ações dos cidadãos. Assim, o que se discute é necessidade de entendimento tanto do trabalho dos cidadãos quanto da organização proposta, na medida em que este último deve ser desenvolvido de forma a se encaixar no padrão de atuação que determinada comunidade possui (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017). Não se pretende, a partir desse ponto de vista, limitar a atuação dos cidadãos a partir de limites específicos, apenas se coloca que o trabalho desenvolvido deve seguir sempre um caminho determinado e possível, e que, em situações nas quais a mobilização proposta esteja em dissonância com a comunidade, se faz necessário o estabelecimento de ações de capacitação, já como ponto de partida. Assim, o que se pretende é o estabelecimento do que Han, Sparks e Towery (2017, p.23) chamam de “estruturas de oportunidade”, como um elemento de construção que possibilita o estabelecimento do ativismo cívico dentro de uma comunidade.

A participação cidadã, em sua forma plena de atuação, nesse contexto, se configura como uma forma de compromisso democrático, de caráter radical e pluralista, que transcende traços culturais e sociais impressos por políticas regulatórias de gestão, armazenamento e distribuição de acesso a bens, serviços e oportunidades, nas quais novas diretrizes e práticas instrumentais de intervenção de grupos e coletivos sociais são introduzidas (CABALLERO; 2019). A participação cidadã dentro de uma comunidade é tido como um fator preponderante na construção de uma comunidade socialmente saudável, uma vez que essa forma de atuação é

capaz de desenvolver a capacitação dos indivíduos na busca pelo acesso pleno dos recursos e infraestruturas disponíveis ou necessárias a ele (FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009).

### **3.1.4 Estado, ações de caráter participativo e a GCD**

No que tange a aspectos de políticas participativas, a associação e participação cívica em processos de definição e tomada de decisão quanto ao estabelecimento de políticas públicas, cujo intuito seja trazer algum tipo de melhoria pública para o cidadão e para espaços urbanos, é considerada como um processo de “co-opção” perante o Estado. Nesse entendimento, no então, o caráter ativista de determinada comunidade passa ser considerado pelo Estado como uma extensão da sua atuação e se configura, para os cidadãos dessas localidades, como uma experiência não estimulante e de certa forma contrária ao empoderamento proposto, uma vez que incorpora em suas atuações um processo que vai muito além de ideologias de bem-estar comunitário e solução de problemas urbanos (ADAMSON, 2010), e incorpora tópicos de interesse do Estado, que, em muitas vezes, reflete o pensamento político do governante em atuação no momento. Dessa forma, ainda que todo tipo de produção voluntária de dados por cidadãos possa ser considerada como uma forma de geração de dados, inclusive aquele tipo que parte de ações do Estado, aqui entende-se a GCD como forma de atuação que parte de dentro da comunidade, cuja atuação do Estado se dá num extremo do processo, após a obtenção, estruturação e análise dos dados.

Para o Estado, o envolvimento do cidadão de forma colaborativa é entendido como modelo de governança participativa, no qual o surgimento de plataformas e aplicativos urbanos é tido como ferramenta capaz de viabilizar a realidade de determinado sistema sob a perspectiva do cidadão (MACHADO; AZEVEDO, 2020). É importante salientar que, ainda que esse tipo de visão apresente um viés de participação cidadã na geração de dados voluntário, esse modelo se diferencia da GCD proposta para esse trabalho, na medida em que a ação não se inicia dentro da comunidade, e, portanto, se distancia do estabelecimento de narrativas próprias daquele território. Ainda que represente dados que possam auxiliar na construção da análise de determinado problema, esse tipo de modelo traz ação de fora para dentro

da comunidade, que o configura como uma ação mais generalizada, que engloba determinado assunto de forma ampla dentro dos territórios de uma cidade. A GCD, em oposição, propõe um sistema que vai de dentro da comunidade para fora, o que permite o dado gerado parta da real necessidade de determinado grupo ou comunidade.

Como base de fundamentação dessa premissa, Arora (2019) coloca que a atuação do Estado não segue uma fundamentação de atendimento e proteção de todo e qualquer cidadão, e que os interesses particulares que delimitam a forma como os governos são conduzidos estão enraizados em “ideologias neocoloniais”, escondidos sob leis e regulamentações com interesses políticos e particulares explícitos. Segundo Arora (2019, p.720), países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, “não gozam de uma democracia liberal, e são infundidos com um espectro de regimes autoritários, instituições frágeis e um sistema legal sobrecarregado e muitas vezes fraco.”

Adamson (2010), aponta também que, ainda que seja defendida a posição de interesse do Estado sobre relações de caráter participativo com a sociedade civil, essa ideia pode levar ao entendimento de ação passiva de agentes comunitários, que, por muitas vezes não enxergariam ou perceberiam uma ação dominante do Estado. É importante salientar que não se objetiva estabelecer a ideia que sociedade civil e Estado não possam atuar de forma conjunta, apenas se coloca que essa ação, para a GCD, se dá sob a forma de agentes separados, na qual o produto da ação de um grupo entra como fonte para o trabalho do outro. O entendimento, então, de que tais relacionamentos podem sim influenciar ações governamentais, sobretudo em nível local, é válido.

No processo participativo, Estado e sociedade civil podem ser entendidas, então, como dois mecanismos, que, ainda que distintos, promovem uma dinâmica de controle e domínio, na qual para cada um são estabelecidos diferentes níveis de influência, e que, num sistema ideal, não há estrutura dominantes, uma vez que ambos se configurariam como complemento um do outro (ADAMSON, 2010). É importante considerar que esse entendimento segue um modelo teórico, cuja prática pode encontrar inúmeras barreiras.

Ainda considerando esse caráter de separação, segundo Adamson (2010), a visão de trabalho conjunto entre sociedade civil e Estado, sob o ponto de vista dos cidadãos das comunidades envolvidas, tem menos capacidade de gerar resultados

efetivos do que o trabalho na visão separada dos dois agentes. Com todos os limitantes, ainda há a percepção de que, mesmo que na teoria os objetivos sejam compartilhados, os interesses pessoais de cada grupo apresentam grande divergência quando sobrepostos. Em relação à população residente em porções de maior desatenção do Estado, e que, por consequência vivem em situação de maior propensão às vulnerabilidades diárias, a necessidade de chamar atenção para sua causa às colocam numa posição em que se faz necessário assumir riscos para se tornarem visíveis e serem ouvidas, ou para trazerem à luz suas demandas perante os agentes responsáveis pela realização de soluções de caráter público e urbano, no caso, o Estado.

Essa desatenção do Estado para com essas comunidades se faz presente sobretudo nos países do sul global, no qual os governantes no poder, muitas vezes constituídos pela elite local, se utilizam de instrumentos legais para legislarem de acordo com seus interesses (ARORA, 2019), deixando de lado, na maioria das vezes, comunidades de periferias e favelas, que se tornam territórios com demandas invisibilizadas perante os interesses pessoais de cada grupo no governo. A partir da realidade de invisibilidade seletiva e proposital, no que tange à problemática de infraestruturas e sistemas urbanos necessários ao cotidiano do cidadão, vivenciada por comunidades de periferia e favela, cabe a grupos e coletivos, reinventar formas de ativismo dentro da esfera pública para buscar melhorias e soluções para os cidadãos e para seus territórios (ARCIDIACONO; REALE, 2016).

Para o contexto do ativismo de dados, então, sendo o Estado um agente que deliberadamente exclui territórios de periferias e favelas de sua atenção legal, é importante se ater aos dados de regulamentação dos dados gerados para que tais informações não sejam utilizadas como base de sustentação para o sistema de opressão que é imposto, disfarçando a necessidade de dados para controle e manutenção da situação atual num falso sistema de harmonia social (ADAMSON, 2010).

Algo que é importante trazer à luz dessa questão de invisibilidade crônica é que a falta de voz se estende também a outras esferas que permeiam a sociedade, como o caso da mídia (ARORA, 2019). Ainda que cada vez mais as comunidades e periferias comecem a ganhar atenção e que atividades que demonstrem o potencial dessas localidades comecem a aparecer mais nos veículos de comunicação mais

tradicionais, como a televisão, a grande veiculação se refere ainda aos problemas e vulnerabilidades acometidos diariamente nesses locais. As plataformas digitais que se utilizam do cidadão como agente provedor de dados e que divulgam abertamente a todas as informações obtidas, se configuram como novas formas de visibilização dessas demandas, inclusive como conteúdo para divulgação em canais de mídia.

Para os grupos que promovem, então, o ativismo cívico sob forma de participação e geração de informação pelos próprios cidadãos, o modelo participativo que parte do cidadão se configura essencialmente como uma busca de poder e influência sobre as ações estatais que são executadas dentro dos seus territórios e para os seus próprios cidadãos, diluindo, ao se obter sucesso, os limites entre o Estado e a sociedade civil, agindo propriamente como esferas que se complementam. Esse modelo, no entanto, ainda se apresenta como utópico frente à experiência real observada de dominação do Estado e os sistemas de resistências comunitárias (ADAMSON, 2010).

### **3.1.5 GCD – Quem produz os dados?**

Ao considerar a GCD, então, como modelo que atua de forma separada do Estado, é importante compreender quais são os agentes que a desenvolvem, uma vez que se configura como um sistema que envolve associação e colaboração de múltiplos atores dentro do domínio público. Para essa atuação, que se configura também como um modelo de governança colaborativa, o cidadão é um dos atores específicos e os dados gerados por eles são as próprias bases de dados utilizadas. Nesse cenário se destaca, novamente, a importância da produção voluntária desses dados pelos cidadãos, uma vez que, na perspectiva de atuação participativa, os cidadãos são considerados atores ativos no processo como um todo, dos quais depende a qualidade da base de dados produzida pela GCD (MEIJER; POTJER, 2018). A partir desse ponto, discussões podem ser levantadas, já que o processo de geração, processamento e análise de dados se configura como uma atividade complexa, que requer habilidades específicas para entendimento de todos os processos que são envolvidos. Muito mais que colocar o cidadão como peça fundamental e jogar sobre ele a responsabilidade sobre a produção de dados, é importante fornecer subsídios que possibilitem a atuação dos indivíduos nesse modelo

de atuação. É sobre essa perspectiva que atuam os grupos que promovem a GCD, isto é, na busca de inserir, viabilizar e continuar a produção voluntária de dados pelos cidadãos. Meijer e Potjer (2018) conceituam esses coletivos como “agentes intermediários”, que se configuram majoritariamente como grupos advindos do terceiro setor.

No que diz respeito ao uso do cidadão como fonte geradora de dados, Garcia, Young e Dombrowski (2017 p.33) estabelecem que: “assim como as tecnologias por si só não são úteis, ter a contribuição de organizações sem consultar os cidadãos também é insuficiente”. Sob a perspectiva de necessidade de capacitação do cidadão comum, Longo e Ribas (2018) destacam que não se busca uma formação especializada do sujeito para a prática do ativismo, sendo requerida apenas a capacidade do cidadão em contribuir no seu cotidiano com a coleta de informações. Para isso, segundo os autores o emprego de plataformas e interfaces simples pode se inserir como solução para essa necessidade.

Um segundo questionamento levantado é sobre o tratamento dessas informações, uma vez que os dados, puramente enquanto “elementos isolados” não são capazes de gerar qualquer tipo de influência sob determinado assunto. Dessa forma, é necessária a compreensão acerca de como esse tratamento é realizado e quem é o responsável por essa atividade. Na GCD esse papel também é designado para as organizações intermediárias. Além desse papel organizativo, eles se constituem como agentes facilitadores da geração de dados pelos cidadãos (MEIJER; POTJER, 2018). No processo da GCD, a forma como a colaboração entre as organizações intermediárias, a comunidade e o próprio indivíduo acontece não apenas define o tipo de dado que pode ser obtido e compartilhado, como também estabelece as vantagens e as barreiras para cada um desses processos. Os dados, então, estão no centro dessa forma de atuação, e reconfiguram e mediam esse processo, desempenhando papéis diferentes, a depender do grupo que os utiliza e os traduz (GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017).

A forma de organização dos grupos que desenvolvem o ativismo cidadão, assim como as demais esferas da sociedade, evoluiu, e novas estratégias e metodologias de atuação se inseriram no contexto de mobilização. Nesse aspecto, essas novas formas de atuação que emergem a partir de novas demandas das sociedades não inviabilizam a atuação daquelas formas mais tradicionais, e

possibilitam que o ativismo aconteça sob múltiplas faces. Isso advém do fato que as formas de relação na sociedade civil mudaram e se tornaram menos burocráticas e acessíveis às intervenções dos indivíduos, que são capazes de gerar grande quantidade de informações, utilizadas no ativismo cidadão (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019). De uma forma geral, então, o que se propõe é um novo modelo de ação política, baseado na conexão entre agentes, na qual o cidadão está inserido, situação a qual Caetano, Castro e Rezende (2019) estabelecem como ação de caráter conectivo, que atua mais no sentido *bottom-up*, em contraste com as ações mais tradicionais de ação política, caracterizadas como ações do tipo *top-down*.

Ao levar em consideração, entretanto, o objetivo específico de determinado indivíduo, que o coloca como agente ativista, é necessário que as organizações intermediárias estabeleçam um modelo de atuação que viabilize, sempre que possível, o envolvimento de solicitações pontuais dentro de um contexto amplo e tático (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017), isto é, desenvolver um plano de ação no qual um conjunto de pedidos, que não necessariamente se interligam, construam um imaginário coletivo, que represente tanto a comunidade, como o cidadão específico, mas que mesmo assim tenha estrutura suficiente para que consiga se sustentar dentro das ações propostas.

Garcia, Young e Dombrowski (2017) descrevem a atuação de grupos de ativistas sob três linhas de atuação, sendo elas: a informação do público, isto é, do cidadão comum quanto ao problema social estabelecido; a partir disso, a solicitação de ação com o intuito de atuação prática de solução do problema, no caso da GCD a ação como forma geração de conteúdo e informação sobre o problema estabelecido; e por último a capacidade de construção, que diz respeito a forma como o trabalho é desenvolvido para tornar possível a ação e solicitação cívica, isto é, como se configuraria como a atuação final, com o objetivo de melhoria social a partir do conjunto de ações previamente estabelecidos. É importante ressaltar que para os autores, ainda que se configurem como ações distintas, essas práticas não acontecem de forma isolada, se cruzando e se conectando ao longo do processo. Aqui, o trabalho final de construção pressupõe a colaboração entre os atores envolvidos, isto é, comunidade e organizações intermediárias, com o objetivo de estabelecer uma compreensão coletiva dos objetivos de determinada comunidade. Essa atividade se configura, então, como uma co-criação entre esses dois grupos, que possibilita o

estabelecimento de linhas de ação, de como e quando conduzir os trabalhos estipulados.

Segundo Garcia, Young e Dombrowski (2017), as organizações que trabalham com o ativismo cidadão usam dados tanto na perspectiva de apoiar operações quanto na busca de incentivar mudanças sociais. A partir do problema social e da necessidade de busca pela solução de problemas urbanos, ativistas se utilizam de dados para entender e caracterizar o problema por eles envolvido, como forma de definir um diagnóstico tanto da escala quanto da tipologia do problema, com o intuito de possibilitar a determinação de uma linha de atuação que possibilite a melhor forma de solução do problema. A atuação conjunta entre organizações ativistas e a comunidade possibilita o estabelecimento de vínculos e conexões sociais entre esses dois grupos, o que reforça a capacidade de intervenção e atuação do grupo ativista, que representa o cidadão comum perante a sociedade (GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017). O cidadão, então, gera o dado a partir de uma demanda pessoal e coletiva, incentivada pela atuação do grupo ativista, e enxerga nesse coletivo uma possibilidade real de atuação perante a demanda por ele elencada.

Ainda em relação ao cidadão e do seu papel enquanto ativista, Milosevic e ZeZelj (2017) colocam que a atuação desses indivíduos dentro da sua comunidade pode se dar tanto num caráter prático e presencial, quanto através do uso de plataformas *on-line*. É interessante notar, entretanto, que segundo as autoras, ainda que se configurem como formas autônomas de participação, ambas se conectam na medida em que uma reforça a outra, já que indivíduos que se caracterizam como ativistas *on-line*, tendem também a praticar as formas presenciais de ativismo. De fato, ampliar formas atividades da vida real tendem a ampliar atividades *on-line* também. Nesse contexto de separação entre os movimentos *on-line* e *off-line*, a tecnologia se insere como uma ferramenta capaz de gerar uma rede complementar para outras formas de comunicação (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019).

Segundo Arcidiacono e Reale (2016) esse novo modelo de ativismo cívico, no caso da GCD pautado em dados, é mais observado entre a população mais jovem, e é nesse grupo de atuação que o engajamento e continuidade de atuação tende a continuar. Para os autores, para esses grupos o sistema político tradicional, dentro do qual podem ser inserir as esferas da política brasileira, são enxergados como

situações apáticas e desencorajadoras, na qual não vislumbram possibilidade de melhoria para seus problemas.

Ao considerar, então, o cidadão como ator fundamental dentro da GCD, é importante entender sob quais perspectivas esse indivíduo se insere dentro da sociedade e dos conceitos de cidadania, uma vez que é colocado dentro de uma nova perspectiva de atuação que diverge dos modelos tradicionais da sociedade.

### **3.1.6 A Construção de cidadania pela GCD**

A partir do fenômeno da dataficação, o surgimento do ativismo de dados, na figura de movimentos sociais que atuam na direção da busca do estabelecimento de políticas e ações em prol de mudanças sociais, ressignificou os conceitos de cidadão ao estabelecer práticas de resistência frente às atuações tradicionais de opressão que advém da ação corporativa e governamental (GUTIERREZ; MILAN, 2015), sobretudo sobre aqueles territórios postos às margens da sociedade. Aqui, então, o ativismo de dados pode ser entendido como um processo que “(re-) ativa e (re-) define” os conceitos de cidadania, ao permitir que os indivíduos se estabeleçam como cidadãos ativos no seu cotidiano a partir de uma experiência coletiva estabelecida entre outros cidadãos que co-habitam um mesmo território (BERALDO; MILAN, 2019, p.6). Bengtsson (2016) reforça que o conceito de cidadania está ligada a tópicos relacionados a identidade e senso de pertencimento dentro de uma comunidade e que disso deriva a necessidade de organização e adaptação aos direitos e deveres que estão relacionados a esse sentimento de pertencimento.

Garcia e Le Dantec (2018) inserem a produção cidadã de dados na chamada “ciência cidadã”, que consiste em utilizar a comunidade, enquanto coletivo que representa uma realidade, para observações e coleta de dados sob determinado objeto num determinado período, sendo esse esforço de caráter voluntário. Nesse cenário, para os autores, tópicos como engajamento, resiliência e confiança se configuram como pontos importantes na viabilização dessa ciência cidadã de produção de dados coletivos.

Côrtes, Silva e Drachler (2011), dividem a participação cidadã no âmbito de atores políticos, em atuações em organizações políticas e organizações não políticas. A primeira trata da atuação do cidadão comum no âmbito de grupos partidários, que

atuam diretamente na esfera política sob um interesse comum e específico. Já a segunda se caracteriza como grupo que defende as causas de um determinado grupo, inserido num contexto territorial e temporal, e que, por isso, não assume a luta por um interesse único, perspectiva na qual se insere a GCD e as demais formas de ativismo cidadão.

Machado e Azevedo (2020), citando Dalton (2009), apresentam distinção dos conceitos de cidadania dentro de uma sociedade em que o ativismo cidadão é estimulado, a qual parte da ideia tradicional de participação cívica do dever cidadão, enquanto sociedade na qual o indivíduo age dentro das leis estabelecidas e é dependente da ação do Estado, e cidadania engajada, na qual além do cumprimento de leis, um viés de independência e preocupação com o outro é introduzido para o cidadão. Os cidadãos, no contexto da GCD, conforme Machado e Azevedo (2020, p.23), “se tornam pensadores críticos, criadores, comunicadores e agentes de mudança social, e, podem ajudar a empoderar vozes cívicas para o futuro da democracia sustentável, tolerante e participativa”.

Associado a isso, ao adicionar o viés tecnológico nessa análise, uma nova forma de entendimento do indivíduo também é inserida, o de Cidadão Digital, isto é, aquele no qual a prática da cidadania se estende aos domínios da internet, tendo se tornado importante na definição de agendas sociais e econômicas de muitos países nos últimos anos (SAXBY, 2015). Entendendo, então, o indivíduo que participa numa das extremidades da GCD, isto é, aquela pessoa que gera o dado de forma voluntária, que de forma pronta faz o uso de TIC para participar da sociedade, enquanto cidadão digital (LENG TER, 2015) é necessário aprofundamento sobre as implicações desse conceito. Knight (2015) analisa esse tópico a partir de três abordagens. A primeira perspectiva apresentada pelo autor estabelece o caráter comunitário desse modelo de cidadania, no qual são enfatizados os laços afetivos e as relações estabelecidas numa comunidade, que se conectam e sugerem uma identidade comum para o espaço e, por isso, incorpora o senso de pertencimento do indivíduo, como membro daquela comunidade. A segunda abordagem é baseada nos direitos para a cidadania. Segundo o autor (p.165), esse viés se fundamenta no entendimento de que a cidadania é um “status que atrai indivíduos para um conjunto específico de direitos que, conseqüentemente, lhes permite participar dentro da comunidade”. A terceira

visão advém dessa última apresentada, que traz a abordagem de cidadania ativa e participativa, no qual o cidadão é agente ativo de transformação.

É importante considerar que cada uma dessas três perspectivas de cidadania digital é interdependente entre si, e que cada uma é peça fundamental da outra, de forma a possibilitar que a cidadania saia de noção e conceito teórico e potencial para ser praticada cotidianamente, com o objetivo de estabelecer a inclusão, o empoderamento e a participação para o cidadão (KNIGHT, 2015). Ainda sobre esse tópico de cidadania digital é necessário reconhecer a importância das TIC como ferramenta que permite a participação e/ou inclusão do cidadão nos diversos setores da sociedade, como o social, o econômico e o político. É necessário, no entanto, garantir que essas tecnologias sejam acessíveis ao cidadão comum, através do desenvolvimento de tecnologias de baixo custo, e que se insiram dentro das habilidades da comunidade enquanto grupo, ou então, que se promova capacitação (CORBETT, 2015). É nesse aspecto que as plataformas digitais e redes sociais se inserem como ferramentas que possibilitam a inserção do cidadão nas camadas de atuação da GCD. Para Knight (2015), o advento e expansão da tecnologia e o que o autor considera como “infosfera”, isto é, um mundo conectado por informações e dados, mudaram a maneira como a cidadania é exercida nos dias de hoje.

Como complemento dessa ideia, para Caballero (2019), o ativismo cidadão digital pode ser analisado sob duas vertentes: a primeira diz respeito ao caráter executivo e de infraestrutura de comunicação que está associado a ele, dentro do qual se estabelece a ótica hacker, própria desse processo, já a segunda se insere no estudo da dinâmica comunitária de estabelecimento de relações, na qual prevalece a cooperação social e participação cidadã nas linhas de atuação. É importante destacar, segundo Lehtiniemi e Ruckenstein (2019), que o ativismo cidadão através de dados, ao mesmo passo que possibilita o emprego da tecnologia na busca de justiça social e participação política, também pode apoiar, através de seus imaginários sociais, perspectivas e valores contrários à luta social proposta. Daí a necessidade de um trabalho metodológico e estruturado para esse tipo de ativismo.

A abordagem de cidadania digital, encontra um contraponto na pesquisa de Bengtsson (2016) na medida em que o autor apresenta que a presença do indivíduo num ambiente virtual não necessariamente o qualifica como cidadão digital, na medida em que esse conceito de cidadania estende o ambiente social para dentro de

plataformas digitais e internet, e somente através de utilização do ambiente virtual sob perspectivas sociais é que se pode considerar atuação cidadã dentro desse novo ambiente. Do contrário, o indivíduo *on-line* pode ser considerado apenas como mais um usuário do mundo virtual, tratado, na maioria das vezes como um consumidor de conteúdo. Essa dualidade de atuação dentro da internet e necessidade de configurar a pessoa conectada como cidadão, para cooperar e atuar, sobretudo na geração de dados, em prol da comunidade, estabelece a necessidade de ampliar o entendimento do espaço virtual como lugar (BENGTSSON, 2016) e do papel da tecnologia nesse processo.

### **3.1.7 Componentes digitais da GCD**

O contexto social, evidenciado sobretudo entre o final do século XX e início do século XXI, a partir do estabelecimento e aceleração dos processos de urbanização, trouxe em evidência o aumento da desigualdade social entre os diversos estratos da sociedade, ao mesmo passo que inseriu nesse contexto novas formas de tecnologia de informação e comunicação, que transformaram a cidade contemporânea num novo modelo no qual o ambiente físico construído e o espaço virtual se conectam e se confundem (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019), tendo aumentado cada vez a relação entre tecnologias digitais e participação cidadã em contextos políticos (BARASSI, 2017). Aqui, o ativismo digital apresenta múltiplas faces e está em constante evolução, e engloba novas formas de linguagem, de organização e expressão do conhecimento, definindo processos próprios que intervêm e reconfiguram o território, a sociedade e a própria política (CABALLERO, 2019).

Para o ativismo cidadão, na sua esfera digital, então, se estabelece um cenário de busca por visibilidade num âmbito de ação coletiva (MILAN, 2018), no qual infraestruturas tecnológicas armazenam e permitem a análise de uma grande quantidade de dados (PELLEGRINO et al, 2019) sobre a realidade informal. Beraldo e Milan (2019), entendem o ativismo digital com dados como ferramenta que desafia o monopólio do Estado sobre a infraestrutura e regulação de dados, e que pode ser entendida a partir de três perspectivas de análise, sendo a primeira a própria ideia dos dados e da infraestrutura de dados, a segunda a abordagem e tratamento dos dados e a terceira o papel produtivo de utilização dos dados.

A GCD, na sua dimensão tecnológica, pode ser considerada, segundo a análise de Caballero (2019, p.198), como um “nó virtual”, que se caracteriza como “ponto nodal e espaço estratégico”, no qual são estabelecidas novas dinâmicas sociais, que transitam de um modelo hierárquico tradicional para uma nova forma de cooperação social, e que, por isso, são favoráveis às mudanças sociais propostas. Segundo Machado e Azevedo (2020), o aprimoramento, e a consequente utilização em larga escala, das tecnologias digitais, sobretudo as móveis, foi um importante passo na ação de desenvolvimento e ampliação da interação entre cidadãos e outros agentes sociais, como governo e grupos de ativismo, e que permitiu o estabelecimento de ações colaborativas, dentre elas o ativismo cidadão com dados. A evolução da tecnologia possibilitou que novas visões fossem estabelecidas sobre quem poderia atuar nos processos participativos, a partir do estabelecimento de ações e plataformas que trouxeram oportunidades de igualdades para os cidadãos (GUTIERREZ, 2019).

De fato, a utilização de mídias sociais digitais, advindas das TIC, além de possibilitar melhor inserção do cidadão no ativismo coletivo, pautado na busca de mudanças sociais, também permite que haja afastamento da coleta de dados a partir do Estado, de forma a diminuir o monitoramento constante sobre o cotidiano do cidadão comum (SAXBY, 2015). Nesse contexto, pode-se dizer que a disseminação da internet possibilitou maior possibilidade de interação entre o indivíduo e o seu ambiente social, permitindo também novas formas de participação cívica na sociedade (MILOSEVIC; ZEDELJ, 2016). Lim (2018) apresenta que dentro do ativismo social, as mídias sociais se configuram como facilitadores das ações estabelecidas. De fato, podem ser consideradas como elementos que derivam das tecnologias digitais e que fazem parte das relações sociais como um todo, e que, por isso, precisam ser entendidas como peças intrínsecas a esse processo e que não podem ser dissociadas.

Nesse contexto de inserção de novas tecnologias digitais na produção de conteúdo, a necessidade de oferta de infraestrutura adequada de conexão, isto é, internet dentro de todos os espaços, possibilita um espaço mais amplo para atuação do ativismo digital (MERTIA, 2017). Para os grupos e coletivos, então, o surgimento e enraizamento de plataformas digitais, se configuram como uma nova possibilidade de suporte para suas ações e estratégias de âmbito social e político, permitindo que as formas de poder tradicionalmente estabelecidas sejam reformuladas a partir da

inserção do cidadão no contexto, a partir da utilização de ferramentas simples e acessíveis (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019).

Medrado, Souza e Gonçalves (2018), entretanto, estabelecem que é importante estabelecer um contraponto no que diz respeito a utilização de tecnologias digitais nas formas de ativismo, uma vez que não se pode atribuir a elas a responsabilidade pelo sucesso de uma ação ativista proposta. De fato, as TIC, dentro do ativismo cidadão digital, deve ser entendida como um braço de atuação que depende da ação proposta pelos grupos que se utilizam dessa forma de ativismo.

Para Gutierrez (2019), as TIC, no mesmo passo em que são entendidas como ferramentas que facilitam a participação cidadã, também precisam ser entendidas como restritivas, se analisadas sob o aspecto da capacitação necessária para o envolvimento dos cidadãos em suas plataformas e ao processo de distribuição e acesso dessas tecnologias. Nesse espectro de relações estabelecidas, as redes se configuram como elementos sempre presente no ativismo cidadão, sobretudo daquele baseado em dados. É importante destacar que a tecnologia não é neutra (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019) e que pode atuar tanto no sentido de diminuição de desigualdades, quanto no aumento. Não se discute sua importância como ferramenta da GCD, apenas se apresenta a ideia de deve ser entendida como agente de influência nos processos estabelecidos.

A importância das ferramentas e tecnologias de comunicação digital, então, para o ativismo cidadão, pode ser entendida na medida em que são capazes de aumentar o alcance da comunicação, atingindo muitos indivíduos simultaneamente, e criando a chamada comunicação socializada, estabelecida quando uma construção coletiva sob determinado assunto é realizada. Nesse aspecto, essa nova estrutura de comunicação também significa uma nova estrutura de oportunidades para o ativismo cidadão. Aqui, as tecnologias digitais se configuram para grupos menos favorecidos como uma ferramenta capaz de permitir o estabelecimento de narrativas sobre a sua própria atuação dentro de uma sociedade (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019).

A partir desse entendimento, é possível estabelecer que a demanda individual do cidadão pode ser transformada em expressão de um coletivo, na medida em que divulgação de conteúdo em alta velocidade, viabilizada pelo uso de tecnologias digitais, possibilita o surgimento de sentimentos de identificação entre os indivíduos e que resulta no estabelecimento de sentimentos de caráter coletivo, dentre eles aquele

de natureza política de reivindicações e luta (CAETANO; CASTRO; REZENDE, 2019). Para Gutierrez (2019), processos que inserem o cidadão como agente ativo, mesmo que apenas potente, de tomadas de decisão, são considerados como mecanismos de defesas para aquelas comunidades, onde situações de desequilíbrios e desigualdades são encontradas. Aqui, as tecnologias digitais possibilitam a inclusão dos cidadãos nesse ideal e transformaram os dados numa nova forma de ferramenta de ação e configuração política.

### **3.1.8 Os dados como ferramenta de atuação política**

Segundo Gutierrez e Milan (2019, p.2) “com o advento do *Big Data* e do aprendizado de máquina, as informações são cada vez mais quantificadas, monetizadas, geradas e processadas automaticamente”, entretanto, uma nova demanda social estabelece uma nova categoria de utilização de dados a partir da produção voluntária de conteúdo a partir do cidadão, no qual grupos e coletivos ativistas utilizam o conteúdo gerado como ferramenta de ação e cobrança social, situação na qual se insere a GCD. Nesse contexto, então, o produto da GCD é o dado, de uso aberto e universal, que pode ser utilizado, pelo Estado ou por outro tipo de agente, para permitir esse papel de ator ativo para o cidadão.

Seguindo essa linha de pensamento, segundo a *Open Knowledge Foundation*, dados abertos podem ser considerados como todo tipo de informação que pode ser utilizada, reutilizada e distribuída universalmente, por qualquer pessoa (MEIJER; POTJER, 2018). Na GCD, esse dado aberto pode ser entendido, segundo a visão de Arcidiacono e Reale (2016) como uma ferramenta para permitir o desenvolvimento e coprodução de serviços inteligentes, com potencial de solução de problemas sociais, e para implantar e permitir o monitoramento e avaliação de políticas públicas em curso.

Em consonância com a busca constante pela ampliação do caráter aberto e universal dos dados, novos modelos de obtenção, análise e disseminação de dados são introduzidos às sociedades, não provenientes dos governos locais, mas sim de uma nova base de atuação que advém da própria esfera cidadã, se configurando como organizações comunitárias que oferecem oportunidades aos cidadãos para gerarem dados e futuramente se beneficiarem desses conteúdo dentro de suas

comunidades (RICKER; CINNAMON; DIERWECHTER, 2020). É importante considerar que já existe um consenso que os dados são utilizados atualmente como fonte primária de obtenção de informações sobre as diversas camadas da sociedade, entretanto, seu uso universal ainda não está disponível (MERTIA, 2017). É nesse contexto, então, que a GCD se propõe como alternativa na produção de dados de forma paralela àquela tradicional que atende aos interesses dos detentores de poder.

Garcia, Young e Dombrowski (2017) classificam os dados utilizados pelo trabalho de organizações ativistas, cujos objetivos de ações são orientados para a obtenção de mudanças sociais, em “dados abertos”, provenientes de organizações governamentais e que estão acessíveis para utilização e consulta, e “dados públicos”, que são gerados conjuntamente em parceria com os cidadãos. Para os autores, a utilização de dados como base de ações é uma importante ferramenta na busca de resultados tangíveis que representem melhorias a problemas urbanos e que traz à luz a existência de problemas sociais, que ainda se configura como um assunto invisibilizado perante grande parte da sociedade. Para os autores, os dados são importantes na medida em que “têm sido reconhecidos como uma moeda comum entre as organizações, pois moldam conversas e ações em torno de questões sociais, informa práticas e influencia a direção das organizações” (p.22).

É importante ressaltar que o dado, isoladamente, por si só não gera qualquer tipo de ação, nem tampouco a sugere, direta ou indiretamente, atuando apenas como informação de como determinada questão se manifesta dentro de uma determinada sociedade. Apenas quando combinados e analisados sob uma perspectiva de interesse é que o conjunto de dados passa a se configurar como fonte de alimentação para a definição de escopos de atuação. A partir desse ponto de vista, então, se baseando num sistema em que os dados são utilizados a partir da realização de processos interpretativos, que envolvem não apenas os dados gerados, mas também a própria comunidade e o problema social em si, é que podem ser estabelecidas metas para os quais a atuação ativista será orientada (GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017).

Esse processo interpretativo, que envolve também a comunidade, e a disseminação das formas de coleta e uso de dados como fonte primária de informação possibilitaram novas interpretações no que diz respeito à ideia de cidade, tanto na maneira de conhecer e entender todas as suas particularidades, problemas,

potencialidades, atores e demais agentes, quanto na própria forma de condução da sua governabilidade. Essa nova reconfiguração, permite a caracterização da cidade em sua essência, trazendo à tona um conjunto de informações pertinentes a determinada localidade e realidade, e que, por isso, transforma essa nova forma de atuação em sistema único, que se expressa de forma diferente conforme o local em que se está inserido (MERTIA, 2017). Gutierrez e Milan (2019), ampliam essa ideia ao colocar que os dados também podem ser considerados como recursos culturais das sociedades que os geraram, e que muito mais que serem produzidos precisam ser interpretados.

A utilização de dados, num contexto amplo, advindos de várias esferas e agentes da sociedade, para a solução de problemas sociais, precisa ser entendida como um processo não isolado, mas sim pertencente à uma infraestrutura de dados, que não é imparcial, e que por isso faz parte de um sistema sociotécnico complexo que está inserido nas realidades das instituições às quais estão vinculadas e que por isso podem assumir um viés político (GUTIERREZ; MILAN, 2019). A partir disso, surge a necessidade de utilização de uma nova forma de dados como contraponto a essa forma de atuação. Para Gutierrez (2019) o ativismo cidadão com dados se configura como um mecanismo de tática de ação coletiva, instituída como uma prática sociotécnica, que tem o objetivo de colocar o cidadão sob uma nova perspectiva face à coleta massiva e involuntária de dados pelos governos, colocando esse processo como uma alternativa aos processos de vigilância social com dados. Gutierrez (2019, p.48) estabelece que, sob esse aspecto, os dados não são considerados como o objetivo final do processo de mobilização cidadã, e sim como ponto intermediário e “ferramenta teleológica” na busca pela solução de uma demanda específica elencada.

Para Arora (2019, p.720), no contexto brasileiro, no qual a utilização de plataformas digitais é vasta, e por consequência a geração de dados, sejam eles intencionais ou não, o principal ponto no qual percebem-se negligências é naquele que diz respeito “à vigilância local e interpessoal, que permeia o cotidiano dos vastos grupos”. O grande questionamento feito por Arora (2019) é se as regulamentações digitais atuais, no caso brasileiro a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) atuam no sentido de favorecer ou dificultar a ação dos grupos que atuam com o ativismo cidadão dentro dos grupos de maior necessidade nas sociedades atuais. Não há o questionamento sobre a importância do estabelecimento de marcos regulatórios, e

sim sobre o quanto os trabalhos podem ser influenciados, positiva e negativamente por isso. Para isso, a autora inicia sua argumentação apontando que a relação existente entre vigilância, privacidade, ativismo e direito é complexo e vai muito além da simples questão de consentimento individual sobre a centralização e utilização dos dados gerados.

Partindo da importância da utilização de dados sobre a realidade na governança e estabelecimento de ações nas sociedades atuais, movimentos que visam tornar tais conteúdos mais universais são cada vez mais constantes (RICKER; CINNAMON; DIERWECHTER, 2020). A circulação de informação de forma rápida e prática, que facilita a o compartilhamento de conteúdo, extremamente importante para o ativismo cidadão com dados, é viabilizada pela utilização de mídias sociais, consideradas hoje, como agentes catalisadores dos processos de mudanças sociais. (LONGO; RIBAS, 2018).

Marinelli e Parisi (2020) colocam que disponibilizar informação e dados é ponto fundamental na construção de espaços de diálogos que possibilitem a conexão de diferentes atores dentro da atuação em prol de um objetivo específico. Nesse contexto, o estabelecimento de comunidades que atuem segundo modelos participativos, na busca pela criação dessas pontes de diálogo, elevam a atuação em prol da tomada de decisão em caráter de coprodução. Esse processo, entretanto, segundo os autores, ainda se dá de forma lenta e inúmeros obstáculos ainda são impostos.

No contexto da importância da utilização de dados na construção de um modelo de cidades inclusivas e que ofereçam oportunidades a todos, a chamada “revolução dos dados”, se insere como ferramenta a ser utilizada na transformação e evolução do conhecimento, uma vez que permite inserir nos modelos de governança um maior conjunto de dados, que estão em constante expansão, e que possibilitam uma nova forma de análise frente aos problemas sociais acometidos numa determinada sociedade (MERTIA, 2017). Nesse contexto, o ativismo cidadão com dados, a partir das atuações propostas pela GCD, se configura como uma forma de ativismo político, entendido como a ação cidadã dentro da esfera política, sendo uma peça fundamental numa sociedade democrática e que tem ganhado atenção atualmente (CÔRTEZ; SILVA; DRACHLER, 2011).

Algo de suma importância é que o tipo de dado coletado, bem como a maneira como essa coleta é realizada, dita como o trabalho das organizações poderá proceder, exercendo impacto sobre as táticas estabelecidas por elas. Em relação ao tipo de dado coletado cabe destacar o fato de que um mesmo tipo de dado pode ser coletado e interpretado sob diferentes formas e é o público-alvo final que ditará qual tipo linha de atuação precisa ser seguida, uma vez que grupos diferentes possuem finalidades e características específicas, e por isso, se preocupam como diferentes tipos de informação (GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017). Segundo Mertia (2017), cabe o adendo de que os métodos de coleta e geração de dados se tornaram mais complexos e sofisticados a partir dos anos 2000.

Segundo Gutierrez e Milan (2019), o ativismo com dados, pode atingir diferentes níveis de influência para o cidadão comum, uma vez que essa forma de mobilização, ao propor a capacitação comunitária e, por consequência, desenvolver habilidades, permite a inserção do cidadão em questões cada vez mais complexas sobre a sociedade em que está inserido. Assim, a utilização de mobilização através de dados pode ser entendida como uma a nova forma de ação dentro do repertório de grupos ativistas, e pode ser responsável pelo surgimento de novas linguagens e tipos de engajamento na sociedade.

O ativismo de dados surge para o universo da dataficação como uma nova forma de engajamento cívico e político, que se configura como uma nova alternativa ao caráter problemático das formas de mobilização através de dados, como questão de acesso, propriedade, distribuição e assimetrias das informações geradas. Lehtiniemi e Ruckenstein (2019), analisam o ativismo de dados sob duas perspectivas distintas, o imaginário tecnológico e o imaginário socio-crítico. Enquanto o primeiro discorre sobre as infraestruturas dos dados como medidas de solução de problemas, o segundo desenrola suas discussões sobre a eficácia das correções propostas. Um estudo aprofundado dos dois pode elucidar as alternativas políticas e sociais que cada uma dessas perspectivas oferece para as questões anexas ao ativismo de dados. Segundo os autores, ambos destacam a necessidade da inserção das estruturas sociais dentro das suas análises.

A partir do entendimento amplo da GCD como nova ferramenta ação política, num cenário de luta e cobrança social, na qual inúmeros atores são envolvidos e que utilizam tecnologias digitais como facilitadoras desse processo, pode-se considerar

que o ativismo cidadão com dados e sua utilização no enfrentamento de problemas afeta a sociedade em diferentes níveis (GUTIERREZ; MILAN, 2019). Para o estabelecimento desse processo, entretanto, é importante considerar a necessidade da implantação de ações que viabilizem as ações propostas, de forma a superar as dificuldades encontradas. Dessa forma, o próximo tópico dessa fundamentação teórica tem o objetivo de discutir a atuação direcionada da GCD, através do entendimento da influência das barreiras encontradas e das táticas utilizadas no processo como um todo.

## 3.2 TÁTICAS DE ENGAJAMENTO

### 3.2.1 Barreiras impostas aos processos participativos

Mesmo dentro de um ambiente no qual políticas participativas aconteçam e sejam estimuladas, os diversos tipos de barreiras impostas à sociedade podem prevalecer. Nessa linha de pensamento, pode-se associar a questão da habilidade necessária pela comunidade para se envolver dentro dos processos propostos (ADAMSON, 2010), do qual resulta a necessidade de capacitação continuada dos cidadãos sempre de maneira a garantir a possibilidade de atuação frente a qualquer atividade. Da mesma forma como a atuação participativa é uma força potente de mudança, que necessita de esforços para transformar potência em realidade, assim também é atuação dos cidadãos, que em determinadas situações requerem atenção especial para desenvolverem as habilidades necessárias para realizar as atividades proposta. Entender o cidadão como agente potente, mas que apresenta limitações e ponto importante para quem objetiva o engajamento cívico.

Ao se discutir a questão de barreiras que são impostas à participação comunitária e que dificultam o ativismo e engajamento cívico, uma das principais e primeiras que se apresenta são as barreiras iniciais de confiança, na qual surge a necessidade de construção de um sentimento de confiança frente aos grupos que promovem os processos participativos e que possibilitam o envolvimento ativo dos cidadãos (ADAMSON, 2010). Nessa linha de raciocínio, a experiência e habilidades das equipes intermediárias é peça fundamental no processo de engajamento, na qual técnicas de desenvolvimento comunitário são propostas como contraponto de uma baixa experiência coletiva.

Cabe um adendo que o ativismo de dados também apresenta seu próprio conjunto de desafios, e o trabalho de obtenção de dados de forma cidadã e espontânea pode ser limitado pelas barreiras intrínsecas ao próprio processo de geração cidadã de dados, seja pela fragmentação do dado obtido, já que a geração espontânea não assume caráter de participação obrigatória, ou também pelas limitações apresentadas pelos próprios grupos responsáveis pela gestão dos dados, que podem apresentar carência de conhecimentos técnicos para isso, bem como de tempo para as análises. Como resultado dessas barreiras, então, o benefício total potencial do uso de dados cidadãos pode não ser atingido (GARCIA; YOUNG; DOMBROWSKI, 2017). É importante considerar também, que a GCD encontra uma grande barreira na tentativa de estabelecer o engajamento cidadão na medida em que a maior parcela de uma comunidade tende a não participar ativamente de assuntos relacionados a questões comunitárias, e aqueles que participam tendem a ser apenas num determinado período (BLAKELEY; EVANS, 2009).

Algo que se coloca como barreira ao se propor o ativismo cidadão a partir de dados é a dificuldade existente para tornar os dados obtidos aptos para se tornarem acionáveis, isto é, analisados, traduzidos e prontos para serem utilizados. Face a essa necessidade, a adoção de técnicas de análise propícias para cada necessidade e até mesmo mais sofisticadas é algo que pode ser benéfico para a comunidade durante todo o processo (GARCIA; LE DANTEC, 2018). Gutierrez (2019) também estabelece que o envolvimento dos cidadãos dentro da indústria de infraestrutura de dados encontra barreiras na falta de representatividade de gênero, uma vez que tais mecanismo de dados não se configuram como estruturas abertas e igualitárias, produzindo desigualdades a partir da própria indústria.

É importante ressaltar que, tão relevante quanto o sentimento de mudança do cidadão e definição de laços coletivos no sentido da obtenção de resultados, são as condições oferecidas e encontradas na comunidade. Nesse sentido, aquelas comunidades cuja infraestrutura possibilite a articulação e mobilização cidadã, como espaços físicos e redes de tecnologia, estarão mais propensas a apresentarem maiores índices tanto de oportunidades de mobilização quanto de engajamento cívico. Aqui, as condições da comunidade são importantes na medida em que elas desenvolvem a expectativa de que os moradores estarão envolvidos dentro dos movimentos de ativismo (FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009).

Como resultado dessa necessidade, em determinadas situações, a ação individual, sob forma de apoio pessoal para atender as necessidades de cada indivíduo é necessária. Sob a perspectiva governamental, para as atividades em que o processo participativo tenha como ponto de base o Estado, isso apresenta como uma séria barreira, uma vez tais necessidades vão de encontro com as estruturas e procedimentos estatais desenvolvidos, não permitindo que essa atuação individual ocorra. De fato, a relação efetiva entre ações ativistas de caráter participativo conjuntamente com agências estatais, que facilitaria a obtenção de resultados comuns a ambos, ainda se configura como ponto deficitário dentro do contexto global como um todo, demonstrando que a atuação isolada desses dois agentes ainda é considerada como uma grande barreira para a solução de problemas comunitários. Como resultado disso, o desenvolvimento da capacidade comunitária, e, por consequência, do processo participativo como um todo, se torna deficitária (ADAMSON, 2010). É sob essa perspectiva então, que o ativismo cívico se apresenta como alternativa para a busca de melhorias comunitárias, uma vez que se desenvolve como processo que independe do Estado, e cuja proximidade como o cidadão comum, uma vez que surge, em sua grande maioria, dentro da própria comunidade, possibilita o contato imediato com o cidadão, permitindo a atenção individual necessária.

É importante considerar aqui que não se pretende excluir situações nas quais Estado e Sociedade Civil interajam de forma harmônica no estabelecimento de processo de GCD. Apenas se busca elucidar que o processo histórico de atuação de grupos nesse tipo de trabalho evidencia que essa conexão ainda apresenta grandes problemas que precisam ser resolvidos.

### **3.2.2 Engajamento cívico e ativismo**

A partir dessa primeira análise, novos questionamentos podem surgir, e um dos mais importantes se desenvolve entorno das motivações e condições que levam os cidadãos a produzirem dados sobre sua realidade. Meijer e Potjer (2018) propõem que o engajamento sob essas iniciativas acontece sobretudo quando os cidadãos percebem que essa atitude geratriz é capaz de trazer benefícios para si próprios e para o grupo ao qual pertencem. Na geração de dados de caráter cidadão, a preocupação com o viés coletivo, em detrimento do caráter estritamente individual de

atuação, pode fortalecer o compromisso do cidadão na participação ao longo do tempo (GARCIA; LE DANTEC, 2018). De fato, um dos objetivos do ativismo cívico é que o engajamento dos cidadãos atue de forma a alcançar a participação proposital, com esforço e entusiasmo, que, por sua vez, reforça a possibilidade de atuação em caráter contínuo (ADAMSON, 2010). Outro ponto que pode ser evidenciado é que os dados gerados, quase sempre dizem respeito a uma questão normalmente negligenciada pelo poder público.

Ao tratar do assunto sobre o engajamento cívico, Adamson (2010), aponta que existe uma distinção entre empoderamento e engajamento comunitário, sendo que este se relaciona mais ao envolvimento ativo de seus membros, enquanto aquele diz respeito ao resultado efetivo do processo como um todo, no qual o empoderamento se apresenta na medida que o engajamento possibilita algum tipo de influência sobre o objetivo proposto para determinada atividade. É preciso, no entanto, cautela ao analisar tais apontamentos. O empoderamento, conforme proposto por Adamson (2010), não pode ser tomado puramente como um objetivo fim e estritamente necessário, no qual seu não atingimento signifique descrédito ou desvalorização de todas as atividades meio, e que envolvem todos os processos de engajamento. Ainda que o objetivo final proposto não seja atingido, o processo deve ser considerado como uma atividade de construção, na qual a própria atividade conjunta da comunidade pode ser considerada como um resultado positivo desse processo.

Algo interessante apontado por Adansom (2010) é que os processos participativos não podem ser interpretados como uma prática que puramente incorpora a participação de cidadãos da comunidade, sem qualquer tipo de capacitação, e por tanto, sem expressão, mas sim como um processo que tem potencial influência sobre ações estatais, se configurando como processos de luta e disputa de tais comunidades. O principal desafio dessas atividades propostas é a transformação dessa atividade potencial em situação que realmente se devolve e traz benefícios para a comunidade. A expectativa quanto aos resultados possíveis e esperados do ativismo cidadão variam de acordo com o modelo proposto para a participação cidadã. Segundo Machado e Azevedo (2020), na medida em que o modelo participativo se insira dentro de comunidades e cidades em que já se tenha experiência prévia com esse tipo de atuação, a chance de decepção com a não obtenção de resultados práticos tende a diminuir. Dessa forma, promover experiência

para o cidadão enquanto ativista é peça fundamental na consolidação da GCD. Os autores (p. 32) resumem a importância de consolidação do processo e não fundamentalmente dos resultados esperados apresentando que “expectativas frustradas não são necessariamente o resultado de uma experiência frustrante”. Assim, ainda que determinada ação localizada possa não resultar em melhorias efetivas, ela se configura como experiência importante para viabilização de experiências futuras que representem melhorias sociais reais.

Segundo Garcia e Le Dantec (2018) o engajamento e permanência dos cidadãos como agentes ativos no ativismo com dados passa pelo estágio inicial de conquistar a atenção do cidadão sobre a nova demanda que surge dentro da comunidade, nesse caso, a necessidade de obtenção de informações sobre determinado problema social. A partir dessa conquista de atenção, a necessidade de garantir que os dados obtidos possam ser tornar em conteúdo acionável é ponto chave para a continuidade do engajamento. Ainda que o resultado de solução de problema não se coloque como objetivo único e final é importante que o cidadão enxergue como a informação gerada por ele pode ser usada como forma de ação de cobrança perante os agentes responsável pela solução da demanda por eles elencada, ou seja, é necessário que o conjunto de dados se configure como base potente para utilização.

Nesse processo participativo, então, ainda que a vontade e sentimento de atuação pró-comunidade se coloque como ponto forte, se apresenta também a necessidade de confirmação de que os esforços aplicados possam efetivamente resultar em benefícios concretos, como forma de reforçar o propósito de atuação dos cidadãos. É importante ressaltar que a continuidade do engajamento passa também pela atuação seguindo as decisões conjuntas acordadas dentro do processo participativo, uma vez que atuar no sentido contrário àquilo que foi acordado limita a capacidade de engajamento dos cidadãos (ADAMSON, 2010), já que que a atuação nesse sentido pode desencadear o sentimento de experiência negativa, isso porque decisões contrárias àquilo que foi acordado ou que é esperado pelos cidadãos podem significar que atuação cidadã é uma atividade sem importância e que foi executada apenas como caráter ilustrativo e demonstrativo.

Segundo Gutierrez e Milian (2019, p.10), o engajamento e ativismo cidadão através da geração de dados “capacita as comunidades pioneiras a enfrentar causas sociais, ser autossuficientes, aumentar seu impacto social, produzir novos insights e

gerar transparência”. Longo e Ribas (2018) apresentam que surge a necessidade da criação de uma agenda de empoderamento das comunidades e cidadãos na busca por melhorias de suas comunidades, como forma de proposição de futuros alternativos à realidade atual de invisibilização acometidos a elas.

Vale ressaltar que a o engajamento e futuro empoderamento, apenas prescinde da intenção de capacitar e de criar estruturas que facilitem a atuação civil, sendo necessário o estabelecimento de dinâmicas adicionais nas relações entre todos os agentes envolvidos. Para as comunidades, a capacitação e suporte técnico são fundamentais no direcionamento e estabelecimento de habilidades que possibilitem a prática comunitária, da mesma forma que o entendimento de comunidade enquanto corpo coletivo requer que tais ações se apresentem de forma múltipla, conhecendo e respeitando todos os padrões encontrados, e partindo do entendimento de que diferentes níveis de engajamento serão estabelecidos (ADAMSON, 2010). A partir dessa percepção, uma base sólida de engajamento pode ser alcançada, e o empoderamento e sucesso do ativismo cívico proposto é facilitado. No conceito da GCD, então, empoderamento e engajamento comunitário estão relacionados ao desenvolvimento de habilidades comunitárias (GUTIERREZ; MILAN, 2019).

Para o processo de engajamento cidadão, no qual a informação e capacitação do cidadão quanto ao problema social envolvido é necessário, os materiais desenvolvidos pelos grupos ativistas tem o papel principal de disseminar informações e fomentar redes que influenciam iniciativas de mudança. Em relação ao engajamento cidadão, é importante considerar que a participação depende não somente das escolhas feitas pelos indivíduos, mas também quais escolhas estão disponíveis para eles (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017). Aqui, o que se propõem é que o ativismo cidadão acontece na medida em que o indivíduo tem acesso a todas as oportunidades e mecanismos necessários ao seu desenvolvimento (GUTIERREZ, 2019).

Algo apontado por Han, Sparks e Towery (2017) é que dentro das ações propostas para o ativismo *on-line* e *off-line*, quando analisadas isoladamente, as táticas estabelecidas para cada um ainda se desenvolvem sob contextos específicos, que muitas vezes não se cruzam. Isso se configura, então, como um desafio para os grupos que trabalham com o ativismo cidadão em que é necessário uma junção desses dois modelos, de forma a conseguir uma forma metodológica que funcione nas duas formas de atuação. Nesse contexto, estão propensas a permanecer como

ativistas por um maior período aquelas pessoas que não se restringem à atuação ativista dentro exclusivamente de plataformas *on-line*, e que estendem sua atuação para além dos limites do mundo virtual (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017). Aqui cabe inserir a análise de que permitir e melhorar as formas de ativismo *on-line*, inclusive através de redes sociais, pode aumentar o engajamento cidadão entre os jovens, de forma a torná-los mais sensíveis à gama de problemas de caráter sociais e urbanos de suas comunidades, desde aqueles mais simples até aqueles de maior complexidade, isso porque formas mais suaves de ativismo não impossibilitam a atuação sobre suas formas mais complexas (MILOSEVIC; ZEZEJ, 2016).

Para esse contexto de engajamento do cidadão, a visão de Machado e Azevedo (2020) é que uma das medidas perceptivas de influência do indivíduo é a satisfação que morar em determinado local o proporciona, de modo que a qualidade de vida por ele ali sentida é um dos fatores que determinam a maneira como tal cidadão age dentro dessa comunidade. Ora, pois, se o espaço não proporciona para o indivíduo que todas as suas necessidades sejam atendidas, a chance de que ele desenvolva algum tipo de sentimento em direção à solução dessas lacunas é ampliada. A conexão do cidadão com o território no qual está inserido é um elemento importante ao se considerar seu estabelecimento enquanto cidadão ativista, uma vez que tanto maior será sua chance de contribuir voluntariamente com dados quanto maior for o sentimento de pertencimento para como sua comunidade (MACHADO; AZEVEDO, 2020).

No que diz respeito, então, ao engajamento cívico, ainda existe um déficit grande de informações sobre o que motiva os cidadãos a participarem voluntariamente e de forma ativa em movimentos que visem a construção coletiva dentro de movimentos ativista (MACHADO; AZEVEDO, 2020), entretanto, alguns estudos, conforme mostrado a seguir, buscam entender essas práticas e estabelecer trilhos que direcionem o trabalho das organizações intermediárias.

### **3.2.3 Engajamento e ativismo situados**

Propor e estabelecer atividades ativistas passa pela análise de viabilidade de como devem ser devolvidas e como, historicamente, é o caráter de aceitação dessas atividades por parte do cidadão. Nessa perspectiva, considerar o acúmulo de

atividades para a comunidade, a partir do estabelecimento de manifestações distintas e simultâneas, pode prejudicar a busca pelo engajamento e participação ativa. A escolha da metodologia de participação é de igual importância nesse assunto, no caso em que ainda o modelo de participação *off-line* (presencial) é mais predominante em termos de engajamento que o *on-line* (HAN; SPARKS; TOWER, 2017).

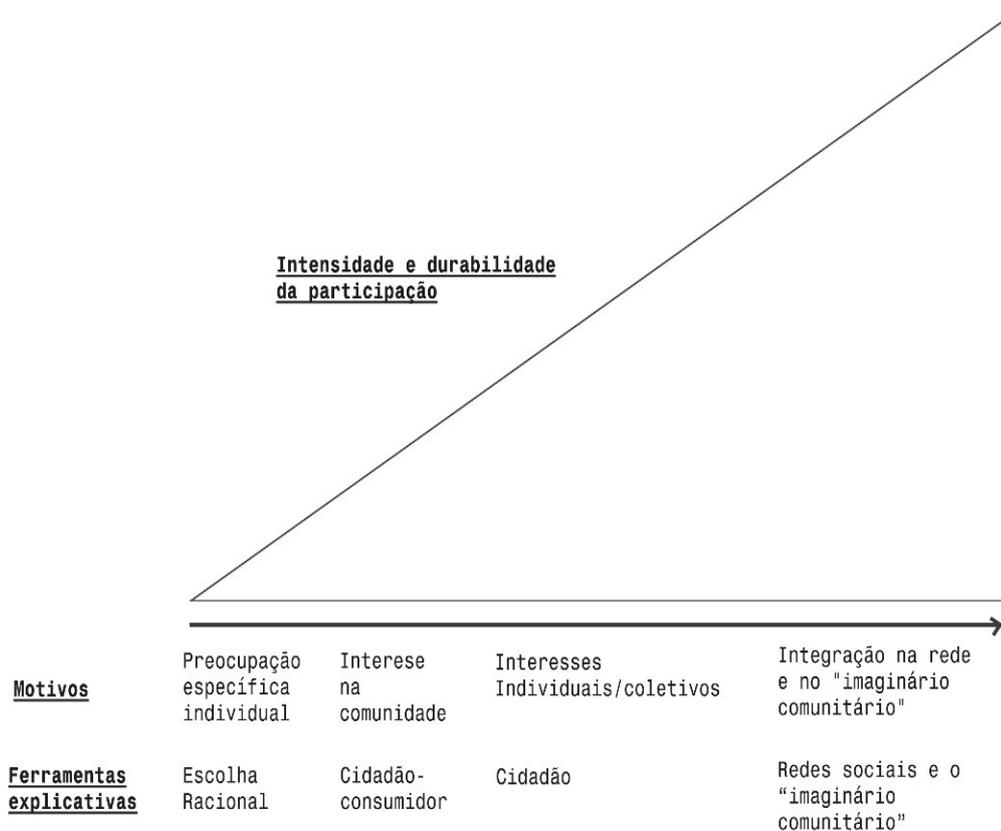
Para Milan (2018), o ativismo cidadão prescinde da necessidade de tornar o cidadão visível perante a sociedade, trazendo à luz suas necessidades tanto individuais quanto coletivas, como forma de possibilitar o estabelecimento de narrativas e conexões. Ao levar esse conceito para dentro dos territórios de favelas, é importante considerar a necessidade de inserção dessa forma de ativismo como ferramenta de combate à opressão e a injustiça vivenciada pelos cidadãos dessas localidades, interpretando tais iniciativas como novas formas de infraestrutura de comunicação urbana, que na sua essência representa até mesmo uma “ferramenta de sobrevivência” para os moradores de favelas. Aqui o que se apresenta é um novo contexto de atuação nos quais os cidadãos ganham força e visibilidade através do uso de plataformas digitais, de maneira a possibilitar grande alcance de suas manifestações, tanto dentro do seu território quanto fora, seja para moderar de outras favelas, seja para atores institucionais e estatais (MEDRADO; SOUZA; GONÇALVES, 2018). Seguindo nessa linha de pensamento, Chenou e Cepeda-Másmela (2019) acreditam que o ativismo cidadão acontece na medida em que se insiram para os cidadãos como ferramentas alternativas às narrativas tradicionais e dominantes de poder.

A partir dessa ideia, Blakeley e Evans (2009) estabelecem uma dualidade entre indivíduo digital enquanto cidadão e enquanto consumidor, e estabelecem que esse entendimento é algo importante e que deve ser preservado. Os autores colocam que um sistema híbrido, em que a teoria das redes, enquanto ambiente social, em conjunto com o ambiente virtual, que estabelece o cidadão-consumidor, é uma forma mais eficaz de explicar o ativismo cidadão comunitário, a partir dos seus diferentes níveis de engajamento e participação. Nesse cenário, no entanto, nem sempre é fácil distinguir os objetivos dessas duas formas de atuação.

O estudo de Blakeley e Evans (2009) apresenta, conforme mostrado na Figura 1, uma relação direta entre a intensidade e a durabilidade da participação cidadã, em relação aos motivos e ferramentas que podem explicar esse engajamento. Segundo

os autores o menor nível de engajamento está relacionado a situações em que objetivos individuais e específicos de cada cidadão entram em pauta. Ainda que representem uma escolha de caráter racional e que possa se configurar como um problema social, o fato de não representar um imaginário coletivo dificulta a expressão e futura continuidade dessa participação cidadã. O segundo nível de análise ainda estabelece um caráter individual, mas diferentemente do primeiro apresenta o cidadão enquanto consumidor de conteúdo e informação e com interesse em assuntos comunitários. De fato, o grande consumo de conteúdo por parte dos cidadãos, sobretudo em redes sociais já eleva a chance de participação, mas ainda longe da necessidade de engajamento objetivado dentro do ativismo cidadão voltado para a geração de dados. É a partir do terceiro nível de análise que o ativismo cidadão se apresenta já de forma expressiva.

Figura 1 – Engajamento vs. Intensidade e durabilidade de participação, segundo Blakeley e Evans (2009)



Fonte: Adaptado de Blakeley e Evans (2009)

Para os autores é no último patamar que o ativismo se dá em sua forma plena, quando um imaginário social é estabelecido, isto é, quando uma narrativa quanto as necessidades intrínsecas de uma comunidade são criadas. É possível verificar então que, quanto maior o caráter comunitário da necessidade estabelecida e quanto mais forte for o vínculo criado entre o indivíduo e a necessidade de trabalho em prol dessa mudança social, mais forte e duradoura será a participação do cidadão. Para a GCD, então, surge a necessidade de definição e apresentação conjunta do problema social, com um dos objetivos de sempre aumentar o sentimento de pertencimento do cidadão frente àquele problema comunitário estabelecido.

O engajamento de cidadãos em processos ativistas, tanto no início de ação quanto na sustentação da participação, é um dos focos principais do trabalho de grupos que atuam no sentido de desenvolver comunidades igualitárias e saudáveis, em todas as suas esferas. Nesse processo participativo é natural níveis de engajamento e participação distinto entre os cidadãos, e, naturalmente, aqueles que se apresentam como líderes ou representantes de determinada demanda ou grupo são mais propensos a participarem de forma ativas das atividades propostas, sobretudo se enxergarem no seu trabalho o potencial real de solução de problemas sociais.

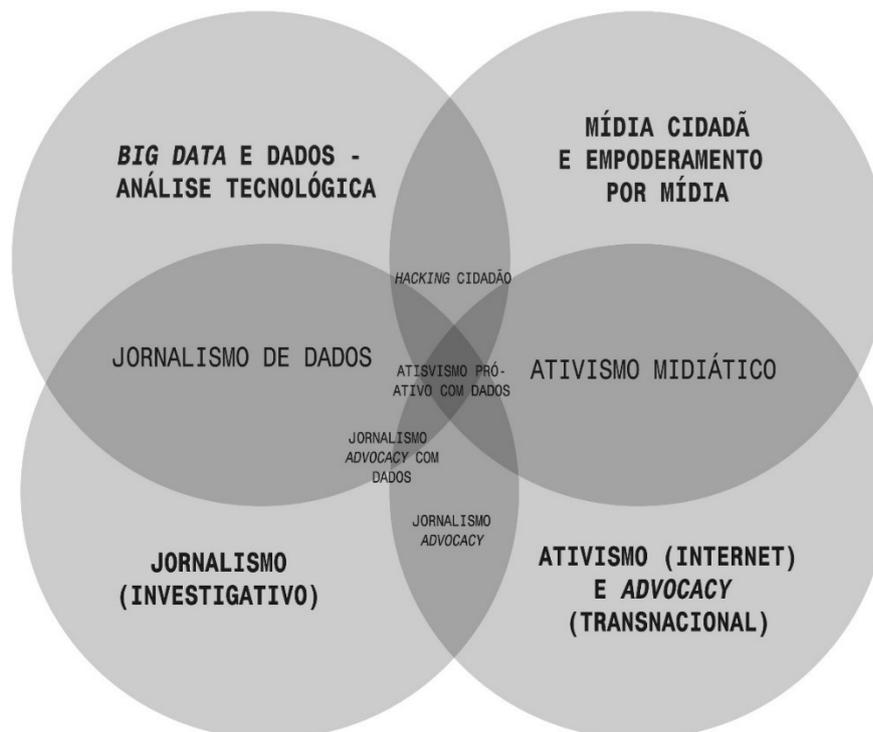
O sentimento de coletividade também é importante nesse processo. O estabelecimento de laços e relações sociais é responsável pelo surgimento da ideia de que o trabalho conjunto dos cidadãos pode fazer a diferença dentro da comunidade. A partir disso, um sentimento de expectativa é estabelecido e é utilizado como força para novas ações de buscas para melhoria das condições locais. A partir daqui a atividade do cidadão em algum tipo de ação de caráter ativista pode auxiliar também no desenvolvimento da capacidade do bairro como um todo, se tornando espelho para os demais indivíduos da comunidade e criando oportunidades de motivação. De fato, com essa ideia se estabelecem as relações entre vizinhança de proximidade e a vizinhança comunitária de forma mais ampla, sendo que o primeiro se torna peça mais importante no estabelecimento de novos cidadãos ativistas, isto é, ainda que o bairro assuma um caráter global ativista, um cidadão é mais propenso a participar dessas manifestações se sua vizinhança mais próxima também estiver envolvida nessas atividades (FOSTER-FISHMAN; PIERCE; VAN EGEREN, 2009).

É importante considerar que para Foster-Fishman; Pierce e Van Egeren (2009), o problema ou vulnerabilidade vivido pelo cidadão se configura como elemento primordial dentro do ativismo cidadão, uma vez que é a partir dele que o cidadão enxerga uma razão para se comprometer com a busca de melhoria para essa causa. É importante reforçar, que o “problema” não se configura como elemento único para o engajamento cívico, e que a luta da comunidade e a cidadania ativa podem e devem ser exercidas mesmo sem a elucidação de um problema comunitário específico. A participação ativa do cidadão é importante para a construção de uma sociedade cada vez mais desenvolvida e igualitária, dentro de uma sociedade justa e de direito.

O estabelecimento de diferentes formas de atuação junto aos cidadãos também se configura como importante necessidade na busca pelo fortalecimento do ativismo cidadão. Coldry e Mejias (2018), inserem nessa perspectiva a ideia de não apenas a geração de dados pelos cidadãos como também a necessidade de apropriação do conteúdo gerado, alcançado através da captura, processamento, análise e disseminação do conteúdo através dos cidadãos. Na mesma linha, o estudo de Kannengießner (2019) se baseia na ideia de capacitação dos cidadãos através de diferentes perspectivas, indo desde a informação sobre os aspectos críticos envolvidos no processo de dataficação, como a vigilância indiscriminada, até na qualificação deles enquanto atores que se envolvem ativamente no processo, e que trazem, como consequência, um significado político para suas atuações, uma vez que atuam com o objetivo de almejar transformações sociais. Como resultado de todo esse processo, ao atingir práticas de ativismo cidadão, uma nova ordem social pode ser estabelecida, na qual novas oportunidades são oferecidas aos cidadãos em que a discriminação social e a influência comportamental não se inserem como componentes de atuação.

O estudo do ativismo cidadão com dados, na visão de Gutierrez e Milan (2015), pode ser entendido como parte de um cenário complexo, cuja visão envolve muitos atores, cenários e processos que se interconectam e estabelecem diferentes perspectivas de atuação frente às necessidades sociais impostas. A figura 2, abaixo exemplifica a dinâmica proposta pelos autores.

Figura 2 – Esferas e conexões do ativismo cidadão



Fonte: Adaptado de Gutierrez e Milan (2015)

Para entender o cenário complexo apresentado pelos autores é preciso compreender que o ativismo cidadão, aqui, deve ser entendido como um processo que se estabelece de forma diferente de acordo com a situação na qual está inserido, não se configurando como uma forma única e específica de atuação junto aos cidadãos. Conforme apresentado na figura 2, Gutierrez e Milan (2015) trabalham a ideia do ativismo sob diferentes visões a partir de quatro grandes perspectivas de análise, que se interligam, sendo eles: os dados propriamente dito, a conexão entre os cidadãos e a mídia, o ativismo e a advocacia e o jornalismo investigativo. Assim, as ideias de “hacking cívico”, ativismo de mídia, jornalismo de dados, jornalismo de advocacia, jornalismo de advocacia com dados e ativismo pró-ativo com dados se estabelecem conforme cada um desses grupos se conecta.

É importante observar que a ideia de Gutierrez e Milan (2015) estabelece um amplo campo de atuação para as formas de ativismo, permitindo diferentes interpretações sobre seu atingimento a depender da perspectiva sob a qual se está analisando. Ainda que o ativismo cidadão e própria GCD se encaixem, inicialmente, nos dois grupos superiores, sua atuação não se limita a ela. Grupos que se utilizam a GCD em favelas cada vez mais se constituem como grupos multidisciplinares que

ampliam seu campo de atuação como alternativa para englobar toda a demanda necessárias por essas comunidades.

Para as organizações intermediárias, então, o desafio não é apenas manter um conjunto de pessoas ativas dentro das ações estabelecidas, mas também desenvolver, constantemente, novas táticas que sejam convidativas e que possibilitem esse engajamento duradouro (HAN; SPARKS; TOWERY, 2017).

## 4 O CENÁRIO DA GCD NO BRASIL - LEVANTAMENTO DE GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD

### 4.1 PESQUISA DOS GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD (ETAPA 1)

À luz da construção e entendimento dos conceitos relacionados à GCD enquanto tática de resistência em favelas, esta primeira etapa do levantamento tem o objetivo de levantar os grupos que se utilizam da GCD no Brasil. Como ponto de partida para busca das iniciativas foi realizada uma busca *on-line* inicial a partir do próprio conceito chave desta pesquisa, isto é “Geração Cidadã de Dados”. Como resultado dessa primeira busca, dois grupos foram adicionado ao levantamento, o coletivo Data\_labe, laboratório de narrativas da favela da Maré, já utilizado como referência neste trabalho, e o LabJaca, voltado para a pesquisa e produção de dados das favelas e periferias do Jacarezinho, ambos na cidade do Rio de Janeiro.

Uma possível explicação para esse resultado de apenas dois grupos, pode estar relacionado ao fato de a utilização do termo “Geração Cidadã de Dados” ainda ser pouco disseminado no Brasil e o coletivo da favela da Maré ter sido um dos grupos que incluiu essa terminologia no vocabulário nacional. De fato, essa terminologia é a tradução literal do conceito de “*Citizen Generated Data*”, já difundido em publicações e trabalhos internacionais (vide PONTI, 2020; GLOBAL PARTNERSHIP INITIATIVE, 2021; PARIS 21, 2021), e foi originalmente traduzido pelo coletivo Data\_labe, que passou a denominar parte do seu trabalho, enquanto movimento ativista, de Geração Cidadã de Dados.

A partir dessa busca inicial, é importante, considerar, no entanto, que a GCD se constitui como conceito amplo, cujo entendimento adotado para esse trabalho, de informações conscientemente geradas pelos cidadãos e que são usadas com o objetivo principal de promover o debate acerca de problemas públicos, buscando soluções e ganhando um caráter cívico, se pauta justamente na definição de Silva (2017) e Meijer e Potjer (2018), sendo o primeiro um dos ativistas integrantes do coletivo Data\_labe. O que se coloca aqui é que a análise do trabalho realizado pelos grupos vai além da autodenominação proposta por eles e leva em consideração o trabalho desenvolvido. Assim, nesta análise, todo tipo de organização que se utiliza do cidadão como fonte voluntária de dados e que utiliza esse conteúdo na busca de

melhorias públicas será considerada como Geração Cidadã de Dados, ainda que a própria organização não utilize essa terminologia.

Para contornar essa questão da terminologia, então, na busca pelos grupos, também foram adotados outros termos que se relacionam com o trabalho proposto pela GCD, considerando a inserção das tecnologias digitais dentro do processo como um todo, sendo eles: “aplicativos de denúncia em favelas”, “aplicativos de colaboração cidadã”, “plataformas colaborativas em favelas”, “mobilização cidadã com dados” e “plataformas de denúncia e mobilização urbana”. Foram realizadas pesquisas na plataforma Google, e foram utilizadas as três primeiras páginas de resultados de cada busca.

A avaliação completa dos links obtidos em cada uma e as conexões encontradas dentro das próprias páginas dos websites e redes sociais, possibilitou a seleção de grupos primários definidos para o levantamento dessa pesquisa. Aqui é importante considerar que os resultados envolviam tanto notícias quanto artigos acadêmicos relacionados à cada um dos termos utilizados e envolviam a apresentação tanto de projetos práticos relacionados a eles quanto discussões teóricas sobre a importância do tema. A partir dos resultados, então, para a seleção foi levado em consideração grupos que desenvolviam a GCD na prática, em alguma etapa do seu trabalho, conforme as definições adotadas para essa pesquisa.

Para os resultados do segundo conjunto de buscas, em que o termo “Geração Cidadã de Dados” não foi utilizado, grupos que desenvolviam projetos colaborativos, mas que envolviam apenas a aplicação prática desse conceito, isto é, ações pontuais e presenciais com a participação de moradores, sem a introdução da produção de dados dentro deles, como por exemplo, o coletivo “Canteiros Verdes, cidade VIVA”, de Belém do Pará (LABORATORIO DA CIDADE, 2019), não foram incluídos. Assim, foi adotado como critério de inclusão desses grupos, a necessidade de atuação no sentido da coleta de dados por cidadãos, de forma voluntária e consciente, independentemente da temática. Como critério de exclusão, ao contrário, todo grupo que não envolvesse a produção de dados, não foi considerado.

o quadro 3 sistematiza os 32 grupos selecionados, quais são os projetos em que a GCD é aplicada e os seus respectivos locais de atuação no território nacional.

Quadro 3 – Listagem dos grupos que se utilizam da GCD

	<b>GRUPO COLETIVO</b>	<b>PROJETO (GCD)</b>	<b>LOCAL DE ATUAÇÃO</b>
1	Data_labe	Cocôzap	Rio de Janeiro (RJ) - Favela da Maré
2	ONG Oceânica	Mar limpo	Rio Grande do Norte
3	ONG Mobilize	Cidadera Mobilize-se	São Paulo (SP)
4	Laboratório de Sistemas Onipresentes e Pervasivos	De olho na cidade	Piauí
5	Comunidades Catalisadoras (ComCat)	Painel Unificador das Favelas	Rio de Janeiro (RJ) - Favelas
6	ECO Santa Marta	Painel Covid-19	Rio de Janeiro (RJ) - Favela Santa Marta
7	Laboratório de Estudos do Borel	Coronazap	Rio de Janeiro (RJ) - Favela do Borel
8	Fogo cruzado	Fogo cruzado	Rio de Janeiro (RJ) - Recife (PE)
9	Colab	Colab	Cidades brasileiras
10	Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro	Nós por Nós	Rio de Janeiro (RJ)
11	Nossas	Defezap/Zap cidadão	Rio de Janeiro (RJ)
12	Fala cidadão	Fala cidadão	Cidades brasileiras
13	Juntos contra o COVID	Juntos contra o COVID	Cidades brasileiras
14	CEDAPS	Mapa falante	Rio de Janeiro (RJ)
15	LabJaca	Favela Gerando Dados	Rio de Janeiro (RJ)
16	Rede Jovem	WikiMapa	Rio de Janeiro (RJ)
17	IPP   Rio+Social	Mapa Rápido Participativo	Rio de Janeiro (RJ)
18	CEDAPS	Mapeamento digital de riscos socioambientais guiados pela juventude	Rio de Janeiro (RJ)
19	CEDAPS	Aids e Comunidades	Rio de Janeiro (RJ)
20	IPP   TIM   Rio+Social	Agentes da Transformação	Rio de Janeiro (RJ)
21	Grupo AfroReggae	Tá no Mapa	Rio de Janeiro (RJ)
22	ONG Fase	Cartografia Social e Urbana	Rio de Janeiro (RJ)
23	CEDAPS	Mapa da articulação intersetorial para a promoção da saúde do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)
24	IPP   Microsoft	Na área	Rio de Janeiro (RJ)
25	IPP   Conselho Comunitário de Manguinho	Mapa participativo da cidade do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (RJ)
26	Observatório das Favelas	Guia Cultural das Favelas	Rio de Janeiro (RJ)
27	Laboratório de Informática Avançada (UFRB)	MapaRec	Recôncavo Baiano (BA)
28	IMG	Sem Sika	Cidades brasileiras
29	Caleb	Caleb	Belo Horizonte (MG)

30	Incubadora de Linguagens Digitais (UFPA)	Data Firme	Belém (PA)
31	Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável	Observatório do Mapeamento participativo	Cidades Brasileiras (zona costeira)
32	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia   Instituto Sociedade, População e Natureza	To no Mapa	Cidades Brasileiras

Fonte: o autor, 2022.

A partir dessa primeira sistematização realizada, a próxima etapa do levantamento consiste no agrupamento de informações acerca de cada uma dessas iniciativas a fim de definir quais delas são (ou tem potencial) de utilização em favelas, como tática de resistência.

#### 4.2 DEFINIÇÃO DOS GRUPOS QUE SE UTILIZAM DA GCD COMO TÁTICA DE RESISTÊNCIA EM FAVELAS (ETAPA 2)

Conforme apontado no item 3.1.3 desta pesquisa, segundo as visões de Arcidiacono e Reale (2016) e Arora (2019), para os territórios de favela, historicamente inseridos num contexto social de invisibilidade seletiva e proposital e de grande desatenção do Estado quanto à solução de problemas públicos, que traz maior chance desses territórios sofrerem com vulnerabilidades urbanas diárias, cabe aos grupos e coletivos dessas localidades, ou que atuem dentro dos seus territórios, se utilizarem de soluções criativas para trazerem voz e visibilidade acerca das demandas necessárias por esses indivíduos. Dessa forma, para essa etapa do levantamento, para cada um dos grupos obtidos na etapa anterior, serão detalhadas informações que permitam definir quais dessas iniciativas se encaixam como esses agentes de mobilização e ativismo no contexto urbano de favelas. Essas informações foram obtidas a partir de pesquisa *on-line*, nos sites e redes sociais de cada iniciativa, bem como em publicações e reportagens encontradas sobre elas.

Para isso, o quadro 4, sistematiza cada um dos 6 itens de análise definido, de acordo com Meijer e Potjer (2018), sendo eles:

1. Grupos cujas práticas que envolvam a produção de dados abertos, isto é, de uso universal, a partir do esforço voluntário de cidadãos;

2. Necessidade de os casos encontrados envolverem práticas em fase de implementação, já consolidadas, que estejam sendo aplicadas na prática, ou então que tenham sido praticada ativamente como uma das ações do grupo;
3. Casos em que os dados sejam gerados por cidadãos e não por organizações. Ainda que os dados passem por algum tipo de organização, eles não são gerados por elas, apenas analisados e organizados;
4. Grupos cujos objetivos de atuação sejam em torno de questões relativas a problemas públicos;
5. Que existam informações disponíveis e suficientes para a análise;
6. Atuação das iniciativas dentro de territórios de favelas.

Quadro 4 – Análise inicial dos grupos que se utilizam da GCD

<b>COLETIVOS / QUESTIONAMENTOS</b>	<b>1. Prática que envolvam produção de dados abertos</b>	<b>2. Casos em fase de implementação ou que já tenham sido praticados pelo grupo</b>	<b>3. Casos em que os dados sejam gerados por cidadãos e não por organizações</b>	<b>4. Questões relativas a problemas públicos</b>	<b>5. Que existam informações disponíveis e suficientes para a análise</b>	<b>6. Atuação das iniciativas dentro de territórios de favelas</b>
Data_labe	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2016	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, relacionados a saneamento	Sim, através de site próprio da iniciativa e contato com equipe	Sim, dentro da Favela da Maré, no Rio de Janeiro
ONG Oceânica	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2002	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, saneamento marítimo	Sim, através de site próprio da iniciativa	Não, atuação no litoral do Rio Grande do Norte
ONG Mobilize Brasil	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2003	Sim, via website da iniciativa	Sim, mobilidade	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Laboratório de Sistemas Onipresentes e Pervasivos	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2014, porém não está mais ativo	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Comunidades Catalisadoras (ComCat)	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2000	Sim, via website da iniciativa (via formulário google)	Sim, saúde pública (Covid-19)	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, conjunto de informações sobre favelas do Rio de Janeiro

ECO Santa Marta	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 1976	sim, via website da iniciativa (via formulário google)	Sim, saúde pública (Covid-19)	Sim, através de contato com a equipe	Sim, dentro do Morro Santa Marta, no Rio de Janeiro
Laboratório de Estudos do Borel	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2020	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, saúde pública (Covid-19)	Sim, através de contato com a equipe	Sim, dentro do Morro do Borel, no Rio de Janeiro
Fogo cruzado	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2015	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, segurança pública	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Colab	Não, aplicativo com foco em gerar dados para prefeituras	Sim, ativo desde 2013	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, problemas urbanos em geral	Não, dados são direcionados para prefeituras	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2003	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, problemas urbanos em geral	Sim, através de contato com a equipe	Sim, favelas do Rio de Janeiro
Nossas	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2011	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, problemas urbanos em geral	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Fala cidadão	Não, aplicativo com foco em gerar dados para prefeituras	Sim, ativo desde 2017	Sim, via aplicativo em smartphones	Sim, problemas urbanos em geral	Não, dados são direcionados para prefeituras	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Juntos contra o COVID	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2020	Sim, via website da iniciativa	Sim, saúde pública (Covid-19)	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
CEDAPS	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 1993	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Sim, através de contato com a equipe	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
LabJaca	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2020	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Sim, através de site próprio da iniciativa e contato com a equipe	Sim, com foco na favela do Jacarezinho
Rede Jovem	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2009, porém não está mais ativo	Sim, via entrevista presencial	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro

IPP   Rio+Social	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2013, porém não está mais ativo	Sim, via entrevista presencial	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
CEDAPS	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2011, porém não está mais ativo	Sim	Sim, problemas socioambientais	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
CEDAPS	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2015, porém não está mais ativo	Sim	Sim, saúde pública	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
IPP   TIM   Rio+Social	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2013, porém não está mais ativo	sim, via website da iniciativa (via formulário google)	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
Grupo AfroReggae	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2013, porém não está mais ativo	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
ONG Fase	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2013, porém não está mais ativo	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
CEDAPS	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2013, porém não está mais ativo	Sim	Sim, saúde pública	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
IPP   Microsoft	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2014, porém não está mais ativo	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, favelas do Rio de Janeiro
IPP   Conselho Comunitário de Manguinho	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2014, porém não está mais ativo	Sim	Sim, problemas urbanos em geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Sim, porém não com foco único em favelas (potencial)
Observatório das Favelas	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2014	Sim, via website iniciativa	Sim, promoção de cultura	Sim, através de site próprio da iniciativa	Sim, favelas do Rio de Janeiro
Laboratório de Informática Avançada (UFRB)	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2012, porém não está mais ativo	Sim, via website iniciativa	Sim, mapeamento geral	Não, iniciativa não está mais em prática	Não, cidades do Recôncavo Baiano
IMG	Sim, porém não estão mais disponíveis	Não, iniciou em 2016, porém não está mais ativo	Sim, via website iniciativa	Sim, saúde pública	Não, iniciativa não está mais em prática	Não
Caleb	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2020	Sim, via aplicativo	Não, mapeamento de iniciativas privadas	Sim, através de aplicativo da iniciativa	Não
Incubadora de Linguagens Digitais (UFPA)	Sim, porém não estão mais disponíveis	Sem informação	Sim	Sim	Não, iniciativa não está mais em prática	Não

Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim	Sim, via aplicativo	Sim, problemas urbanos em geral	Sim, através de site próprio da iniciativa	Não, foco para cidades costeiras
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia   Instituto Sociedade, População e Natureza	Sim, os dados estão disponíveis para análise	Sim, ativo desde 2020	Sim, via aplicativo	Sim, agricultura	Sim, através de site próprio da iniciativa	Não, foco para cidades costeiras

Fonte: o autor, 2022

Conforme observado no quadro 4, para cada um dos itens de análise definidos foram apresentadas respostas afirmativas (sim) ou negativas (não), complementadas de informações específicas sobre cada ponto. Para elucidar os resultados, e sendo o “não” um critério de exclusão, os resultados negativos foram destacados em vermelho, e em amarelo, para a situação de “Dados Abertos”, quanto já foram disponibilizados em algum momento, mas não se encontram mais disponíveis, normalmente pelo fato de o próprio projeto não estar mais em atividade, funcionando nesse caso com o mesmo valor do “não”. Assim, dos 32 resultados iniciais foram descartados.

Para essas situações, a ONG Oceânica, o Caleb, o Laboratório de Informática Avançada (UFRB), o Instituto Virtual para o Desenvolvimento Sustentável, e o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia | Instituto Sociedade, População e Natureza foram removidos pelo fato de não representarem uma iniciativa com atuação dentro de territórios de favelas. Já o Laboratório de Sistemas Onipresentes e Pervasivos, a Rede Jovem, o IPP | Rio+Social, o CEDAPS, (para os casos de Mapeamento digital de riscos socioambientais guiados pela juventude, Aids e Comunidades e o Mapa da articulação intersetorial para a promoção da saúde do Rio de Janeiro), o IPP | TIM | Rio+Social, o Grupo AfroReggae, a ONG Fase, o IPP | Microsoft, o IPP | Conselho Comunitário de Manguinho, o IMG e a Incubadora de Linguagens Digitais (UFPA) não foram considerados por não representarem um grupo em atividade no momento ou não terem seus dados disponibilizados para análise. Para o Colab e o Fala Cidadão, a remoção se deu pelo fato de representarem iniciativas voltadas ao uso por prefeituras, cuja utilização do aplicativo é adquirida pelos governos locais, que passam a ter o controle e domínio dos dados produzidos.

É importante considerar que não se desqualifica a atuação de cada um desses grupos enquanto GCD, uma vez que a atividade proposta por cada um envolve a produção de dados pelos cidadãos, apenas se coloca que no entendimento proposto para esse projeto, tais iniciativas não se configuram como táticas em prática de resistência no contexto de atuação em favelas. Assim, o levantamento final dos 12 grupos que se utilizam da GCD como tática de resistência está apresentado no quadro 5, abaixo.

Quadro 5 – Levantamento final dos grupos que se utilizam da GCD como tática de resistência em favelas

	<b>GRUPO COLETIVO</b>	<b>PROJETO (GCD)</b>	<b>LOCAL DE ATUAÇÃO</b>
1	Data_labe	Cocôzap	Rio de Janeiro (RJ) - Favela da Maré
2	ONG Mobilize	Cidadera Mobilize-se	Cidades brasileiras
3	Comunidades Catalisadoras (ComCat)	Painel Unificador das Favelas	Rio de Janeiro (RJ) - Favelas
4	ECO Santa Marta	Painel Covid-19	Rio de Janeiro (RJ) - Favela Santa Marta
5	Laboratório de Estudos do Borel	Coronazap	Rio de Janeiro (RJ) - Favela do Borel
6	Fogo cruzado	Fogo cruzado	Rio de Janeiro (RJ) - Recife (PE)
7	Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro	Nós por Nós	Rio de Janeiro (RJ) - Favelas
8	Nossas	Defezap/Zap cidadão	Cidades brasileiras
9	Juntos contra o COVID	Juntos contra o COVID	Cidades brasileiras
10	CEDAPS	Mapa falante	Rio de Janeiro (RJ)
11	LabJaca	Favela Gerando Dados	Rio de Janeiro (RJ)
12	Observatório das Favelas	Guia Cultural das Favelas	Rio de Janeiro (RJ)

Fonte: o autor, 2021

Em relação aos grupos selecionados nessa etapa da pesquisa, é importante a compreensão de que apenas aqueles que desenvolvem trabalhos cuja atuação principal seja no sentido de utilizar o cidadão como agente provedor de dados foi selecionado. O processo histórico de organização e formação das favelas brasileiras resultou num número alto de organizações que atuam dentro dos seus territórios, segundo relatório da Rede Favela Sustentável, eixo de trabalho da ComCat, mais de 60, apenas na cidade do Rio de Janeiro, dentre coletivos comunitários, ONGs comunitárias, ONGs ou associações brasileiras de fora da comunidade, associações

comunitárias e cooperativas de dentro da comunidade. Essa atuação, entretanto, é realizada de sob diferentes dinâmicas e não necessariamente envolve a coleta e organização de dados ou insere o cidadão nelas. Assim, é preciso compreender que o número de organizações selecionadas (12) não reflete o número total de movimentos que atuam dentro desses territórios e sim apenas aqueles que desenvolvem a GCD segundo a definição adotada para essa pesquisa, seguindo os critérios de busca e seleção estabelecidos

#### **4.2.1. Análise preliminar dos grupos que se utilizam da GCD**

Para a sequência dessa pesquisa e definição do estudo de caso de interesse, uma breve descrição de cada um desses coletivos será apresentada, através de consulta aos websites e materiais disponibilizados por cada iniciativa, de forma a facilitar a compreensão do trabalho realizado por cada um e que será utilizado como base para selecionar o grupo de interesse. Serão descritos a seguir:

1. **Data Labe:** é uma organização de mídia e pesquisa, auto descrito como um laboratório de narrativas, criada em 2016, na favela Maré, do Rio de Janeiro, que trabalha no desenvolvimento de reportagens, pesquisas, oficinas e mapeamentos dos territórios populares de seus habitantes. Atualmente, consiste em uma associação autônoma e sem fins lucrativos, que atua através de parcerias e doações. As ações do projeto estão organizadas em três principais eixos: jornalismo, formação e monitoramento e Geração Cidadã de Dados. O cocôzap é um dos projetos do data\_labe, e tem por objetivo o mapeamento do saneamento básico em favelas, em conjunto com a Casa Fluminense e a Rede de Desenvolvimento da Maré, trabalha, desde 2018, na construção de um canal de denúncia e debate sobre o saneamento básico, abastecimento de água e a coleta de lixo, do Complexo de favelas da Maré. Através de um número de WhatsApp, os moradores da favela podem mandar suas queixas referente ao sistema de esgoto e coleta de lixo, de modo a elencar os desafios e as dificuldades de acesso ao sistema básico de serviço público (DATA\_LABE, 2018).

2. **Eco Santa Marta:** O grupo Eco é uma organização, sem fins lucrativos, que atua, desde 1976, no morro Santa Marta. Consiste em um grupo de caráter educacional e cultural, que visa apoiar a favela Santa Marta e promover atividades destinadas ao desenvolvimento humano integral da comunidade, principalmente às crianças e jovens. O grupo é composto por uma equipe de profissionais, que se subdividem em coordenadores, equipe de produção de verbetes, equipe de tecnologia da informação e design e equipe de comunicação. O trabalho de GCD desenvolvido surgiu a partir da pandemia de covid-19, no qual o coletivo organizou um sistema de monitoramento da doença na comunidade (WIKIFAVELAS, 2022).
3. **Laboratório de Estudos do Borel:** É um laboratório de estudos da comunidade do Borel, que desenvolve um projeto conhecido como coronazap, que consiste em um canal de comunicação para registro de casos suspeitos ou confirmados de covid-19, nas favelas da Tijuca, no Rio de Janeiro. A ideia surgiu a partir da constatação da realidade de subnotificação da doença nas comunidades da Tijuca e o intuito principal do projeto é criar um banco de dados, com o objetivo de auxiliar na identificação de possíveis novos casos da doença. Desse modo, através do Whatsapp, os moradores são orientados a informar o aparecimento dos sintomas gripais, sejam eles leves ou mais graves (CAROLINE, 2020; BERNO, 2022).
4. **Comunidades Catalisadoras (ComCat):** é uma organização, sem fins lucrativos, defensora de favelas, que atua como uma rede colaborativa, apoiando e fortalecendo os moradores das favelas do Rio de Janeiro. Atua desde 2000 e tem como intuito a construção de cidades sustentáveis, bem como o desenvolvimento comunitário sustentável e planejamento urbano. A ComCat atua utilizando uma abordagem baseada em ativos, e trabalha para implantar um modelo justo de apoio e integração de favelas, de modo a solucionar os desafios impostos pelas moradias informais. A equipe do projeto é composta por 28 integrantes. Atua no conjunto de favelas cariocas a partir de três eixos: A Rede Favela Sustentável, O RiOnWatch e o Termo Territorial Coletivo. A problemática da pandemia trouxe à luz dos trabalhos realizados novas necessidades, e o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas foi

desenvolvido, e se configurou com o projeto de GCD proposto por eles (COMCAT, 2022).

5. **Fogo Cruzado:** O projeto fogo cruzado é uma plataforma digital, que registra os dados de violência armada nas regiões do Rio de Janeiro e Recife. Através do aplicativo, a equipe de gestão de dados do projeto recebe notificações, tanto de usuários, como de parceiros *in loco*, sobre situações de tiroteios, disparos de armas de fogo, e cruza essas informações com *scripts* e filtros desenvolvidos para agregar informações sobre disparos de arma de fogo. Dessa forma, é possível saber quem e onde está sendo falado sobre a situação. Após a confirmação do ocorrido, a notificação é postada no aplicativo, e permanece salva nele, como um registro público. O fogo cruzado passou a ser utilizado no Rio de Janeiro em 2016, e em 2018 no Recife. Ambas possuem apoio da equipe nacional, composta por três diretores, um assessor de dados, uma assessora de imprensa e suporte de TI (FOGO CRUZADO, 2022).
6. **Fórum De Juventudes Do Rio De Janeiro:** é um grupo que tem como intuito lutar pela garantia dos direitos dos jovens, principalmente negros e moradores de bairros periféricos. Após um mapeamento realizado pelo fórum de juventudes, em dez favelas do Rio de Janeiro, foi constatado que um aplicativo poderia proporcionar justiça aos que sofreram algum tipo de abuso policial. Dessa forma, foi criado o projeto “Nós por nós”, aplicativo destinado para denúncia da violência policial. Para que o projeto pudesse se tornar realidade, o aplicativo recebeu o apoio de diversas organizações e fundações, bem como apoio financeiro. Tendo em vista que a segurança é uma grande preocupação da população, os usuários do aplicativo podem enviar de forma anônima sua denúncia. A ideia é que as informações recebidas no aplicativo sejam codificadas e enviadas ao Fórum de Juventudes, que posteriormente encaminharia o material à órgãos de instituição pública de defesa, que poderão prestar o apoio aos envolvidos. Contudo, devido à falta de confiança em diversos profissionais policiais, o projeto não envolve a ação da polícia local. Desse modo, o uso do aplicativo se torna um meio para que jovens negros e de favelas acessem uma rede de apoio no enfrentamento às violências (MASTRIGT; REIST, 2016; FUNDO BRASIL, 2022).

7. **Coletivo Nossas:** O grupo Nossas é uma organização coletiva, sem fins lucrativos, que visa apoiar o ativismo democrático e solidário. Criado em 2011, o grupo conta com um conselho, formado por seis membros, eleitas para mandatos de quatro anos. Além disso, a equipe é composta por oito gestores executivos, e outros 45 membros, com diversas funções. O projeto é financiado por organizações nacionais e internacionais, além de receber apoio de pessoas físicas, que ajudam através de doações mensais. O Nossas já conta com mais de 242 campanhas lançadas, sendo, uma delas, a Defezap/Zap da Cidadania, que funciona dentro da Comissão de Direitos Humanos da Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). O projeto foi criado em 2016, e tem como objetivo a realização de denúncias de violência de Estado, via WhatsApp. As denúncias recebidas são encaminhadas a uma rede colaborativa. Entre os anos de 2016 e 2019 o Defezap chegou a receber mais de 300 materiais com denúncias concretas, sendo que a maioria delas teve desfecho favorável aos moradores das favelas (NOSSAS, 2022).
8. **Juntos Contra A Covid-19:** O Covid Radar – Juntos contra a covid-19 é um coletivo de empresas e organizações, que contam com o apoio de parceiros e apoiadores, e atuam em rede para enfrentar os desafios da covid-19, visando minimizar os impactos que a doença causou, tanto para o sistema de saúde, como para a economia. A ideia proposta é que o próprio cidadão insira dados sobre sua situação de saúde na plataforma do sistema, de modo a criar um mapa em rede de monitoramento em tempo real da doença.
9. **Mobilize:** é um portal de conteúdo exclusivo sobre mobilidade urbana sustentável, que tem como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros. A equipe do Mobilize Brasil é composta por apoiadores e patrocinadores institucionais, parceiros e padrinhos. Criado em 2011, o projeto já produziu diversos conteúdos, como palestras e apresentações sobre mobilidade sustentável, com temas que englobam o uso de bicicletas como meio de transporte, teletrabalho, sinalização urbana, caminhabilidade, e outros assuntos que visam a melhoria das condições de vida. Um dos projetos desse grupo é o “Mobilize-se”, que é um espaço interativo para que a população em geral, ONGs, governos e empresas possam expor suas ideias e projetos, para a melhoria da mobilidade em suas cidades (MOBILIZE, 2022).

10. **CEDAPS**: O Centro de Promoção à Saúde teve início em 1993, no Rio de Janeiro. O projeto tem como objetivo capacitar os moradores das comunidades a identificarem ações que visem a promoção à saúde e melhoria da qualidade de vida. O CEDAPS atua desde 2005 na Rede de Comunidades Saudáveis do Rio de Janeiro, que é composta por 121 associações e grupos comunitários. Além disso, atualmente, a partir da metodologia Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, o grupo atua também em outros estados, e, até mesmo em diferentes países. Para esse caso selecionado, o trabalho realizado pela CEDAPS, em parceria com outros coletivos é o Mapa Falante, que utiliza os cidadãos na geração de dados para a produção de mapas sobre a realidade das favelas (CEDAPS, 2022).
11. **LabJaca**: é um laboratório de pesquisa e produção de dados das favelas e periferias do Jacarezinho, zona norte do Rio de Janeiro. O grupo é composto, 100%, de jovens negros, que tem como objetivo “desmarginalizar” o conceito que existe sobre os moradores de favela. Através da GCD, o projeto prevê ações que representem a realidade do desenvolvimento local, buscando a inversão e melhoria deste cenário (LABJACA, 2022).
12. **Observatório das favelas**: Ativo desde 2001, o grupo consiste em uma Organização da Sociedade Civil de interesse público, sediada no Complexo de favelas da Maré, no Rio de Janeiro, que tem por objetivo a construção de metodologias que visem implementar políticas públicas nas favelas e periferias, visando a garantia dos direitos aos seus moradores. O grupo possui cinco eixos principais de atuação, e busca implementar programas e ações que, de algum modo, sejam capazes de entrelaçar estes campos estratégicos de atuação à temas de debate como raça, gênero, sexualidade, de maneira interseccional. A organização conta com o apoio de apoiadores e parceiros institucionais, que contribuem anualmente para que os projetos desenvolvidos possam acontecer. A equipe é dividida em diretoria, conselho estratégico, conselho fiscal, comunicação institucional, desenvolvimento institucional e administração financeira. Um dos projetos desenvolvidos pelo grupo é o Guia Cultural de Favelas- Solos Culturais, um mapa colaborativo, lançado em 2014, que permite a visualização de dados sobre práticas culturais de favelas do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2022).

A partir da definição dos 12 grupos e das respostas apresentadas no quadro 4, algumas análises podem ser estabelecidas. A primeira diz respeito a questão da aplicação dos trabalhos dentro dos territórios de favelas, com 7 grupos de atuação específica em uma favela ou conjunto delas, sendo eles o Data\_labe, a ComCat, o ECO Santa Marta, o Laboratório de Estudos do Borel, o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, o LabJaca e o Observatório das Favelas. Os 5 demais possuem atuação potencial em favelas, porém não se restringem apenas a elas, já que envolvem situações que se desenvolvem em todo o território das cidades. Essa questão da abrangência espacial da atuação, inclusive, também elucida informações importantes, já que 9 dos grupos atuam diretamente na cidade do Rio de Janeiro, sendo que um desses, o Fogo Cruzado, também atua em Recife, em os outros 3 tem atuação em todas as cidades brasileiras, incluindo o Rio de Janeiro.

Daqui é possível concluir que a cidade do Rio de Janeiro, cujo espaço territorial é composto, segundo informações do Data Rio (2021), a partir do Instituto Pereira Passos, por 1.018 favelas (2014), representando uma população de cerca de 1,5 milhões de habitantes (22% do total) (2010), é a principal cidade brasileira onde a GCD enquanto tática de resistência em favelas pode ser encontrada, justamente por grande parte do seu território ser coberto por elas. A necessidade, então, de fazer visível e trazer à luz demandas sociais de uma parcela urbana tão expressiva faz com que seja maior o número de iniciativas na luta por voz e espaço, na cidade do Rio de Janeiro, na busca, segundo Amaral (2019), de transformar a favela num espaço em que necessidades fundamentais sejam garantidas, num espaço de liberdade e de direitos democráticos, cujo território não seja deliberadamente ignorado pelo poder público local.

Para esses territórios, ao considerar ainda o contexto de atuação dos grupos cariocas e das barreiras que são impostas a eles, o cenário pandêmico da Covid-19 também foi responsável por trazer um novo desafio para a atuação dessas iniciativas, que mais uma vez precisaram se reinventar na luta de combate ao vírus e suas consequências dentro das favelas. Aqui, ao entender como primordial a necessidade de produção e disponibilização de conteúdo acerca da realidade diária da covid-19 nas favelas, novas práticas de GCD, com intuito de delinear a progressão na pandemia nesses territórios, foram estabelecidas. De fato, 3 das iniciativas (ComCat,

ECO Santa Marta e Laboratórios de Estudos do Borel) atuam nessa linha da saúde pública na cidade do Rio de Janeiro, juntamente com a Juntos contra o COVID, que não tem foco de atuação específico nas favelas cariocas, mas que também possui dados sobre elas. Para o caso da ComCat, essa temática foi introduzida nos eixos de atuação do coletivo a partir das necessidades advindas do cenário pandêmico vivenciado.

É importante considerar aqui que essa análise que estabelece 3 iniciativas que desenvolvem a GCD, a partir das necessidades advindas da pandemia de Covid-19 em favelas da capital fluminense, dizem respeito apenas aos grupos que trabalham no sentido da produção de dados a partir do cidadão. Aqui é necessário compreender que a ação desses grupos é variada, mas que a GCD é proposta no âmbito da Covid-19. Nesse contexto, outros coletivos, que também tem caráter de ação multidisciplinar, como o Data\_labe, o Nossas, o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, o CEDAPS e o LabJaca, também atuam na linha de frente no combate aos problemas sociais advindos da pandemia, porém não tem o foco principal na produção de dados de forma cidadã acerca desse cenário nas favelas.

Juntamente com a questão da saúde pública, pela Covid-19, os focos de atuação dessas iniciativas se relacionam com problemáticas urbanas diárias em favelas e são diversificadas em suas temáticas, com atuação na questão do saneamento pelo Data\_labe (Cocôzap), da segurança pública pelo Nossas (Defezap) e pelo Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro (Nós por Nós), e de mobilidade pela ONG Mobilize (Cidadera). Em cada uma dessas linhas de atuação, seja para os grupos cariocas, seja para os demais, é importante ressaltar o papel das tecnologias digitais nos processos de promoção da GCD. A utilização de aplicativos para *smartphones*, sejam eles de plataforma própria, como no caso do Fogo Cruzado, do Cidadera, do Nós Por Nós e do Guia Cultural de Favelas, ou de redes sociais, como o Cocôzap, o Defezap e o Coronazap, através do *whatsapp*, juntamente com websites próprios das instituições e formulários Google, são os meios adotados pelas iniciativas para obterem os dados junto aos cidadãos.

A partir desse conjunto de informações é possível verificar que a utilização da GCD como tática de resistência por esses grupos acontece de forma diversificada, com temáticas variadas, que são associadas às necessidades de cada grupo encontrado e que variam conforme a realidade apresentada para cada momento

(como no caso da Covid-19). Para cada situação a GCD se apresenta como possibilidade de atuação e resistência frente às demandas sociais impostas.

Como ponto final dessa primeira análise é importante ressaltar que algumas das práticas propostas pelas iniciativas encontram-se interrompidas momentaneamente, por motivos próprios de cada grupo, como o caso do Defezap (Nossas), do Cidadera (ONG Mobilize) e do Nós Por Nós (Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro). Ao considerar, no entanto, que a prática da GCD entra aqui como atividade de luta e resistência e que encontra grande quantidade de barreiras, que podem trazer dificuldades para continuidade de alguma iniciativa, o fato de terem sido empregadas ativamente e de se configurarem ainda como atividade potente pelos coletivos as coloca como ponto de interesse nesse levantamento.

#### 4.3 SELEÇÃO DO ESTUDO DE CASO (ETAPA 3)

A definição de um grupo para um estudo aprofundado na próxima etapa dessa pesquisa vem com o intuito principal de ampliar o conhecimento acerca da prática da GCD por essas iniciativas. A seleção desse grupo segue os critérios estabelecidos abaixo:

- a) Resposta dos questionamentos abordados na etapa 2 (anterior): priorizado o grupo com maior número de informações disponíveis, com sites próprios das iniciativas, redes sociais e contato direto com o grupo;
- b) Relação do objetivo do trabalho do grupo com o enfrentamento de vulnerabilidades diárias em favelas, isto é, usados com o intuito de promover o debate acerca de problemas públicos nesses territórios;
- c) Inserção do território e espaço urbano dentro dos objetivos do grupo;

Como ponto inicial é importante estabelecer que todas as iniciativas relacionam suas atuações com questões ligadas ao território e ao espaço urbano, inclusive aquelas que atuam com problemas advindos da pandemia de Covid-19, uma vez que o cenário pandêmico é responsável pelo estabelecimento de problemas sociais diversos, e que impactam o território das favelas. Dessa forma, todos os grupos atendem ao item “C” proposto.

Em relação ao enfrentamento direto de vulnerabilidades diárias em favelas, ainda que todas as iniciativas apresentem potencial de atuação nesses territórios,

alguns grupos não possuem as favelas com foco principal. Como resultado disso, ainda que os dados obtidos possam ser separados e utilizados apenas os que se relacionam com esses territórios, o conjunto global de dados não representam unicamente a realidade deles, o que poderia prejudicar a análise proposta. Dessa forma, para o estudo de caso, em atenção ao item “B”, a ONG Mobilize, o Fogo Cruzado, o Nossas, o Juntos contra o COVID e o CEDAPS, não atendem a todos os itens propostos para a seleção. Ainda sobre esse tópico, o Observatório de Favelas, no seu projeto Guia Cultural das Favelas, será desconsiderado pelo fato de ser um projeto com foco na promoção e divulgação de atividades de cunho cultural. Ainda que se considere que tais ações são importantes no processo de formação do cidadão da favela, o foco principal não gira em torno do enfrentamento diário de vulnerabilidades.

Para os grupos restantes, então, o item “A” elenca a necessidade da disponibilidade de informações para a sequência da análise. Nesse aspecto, o ECO Santa Marta, o Laboratório de Estudos do Borel e o Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro, por não apresentarem websites próprios da iniciativa, em oposição ao Data\_labe, à ComCat e o LabJaca que possuem plataformas próprias, com a divulgação de boletins, informações e conteúdo e narrativas próprias, o acesso a informações desses grupos pode ser dificultado, o que os inviabiliza enquanto estudo de caso. Para o caso do LabJaca, o fato de o coletivo ter sido criado durante a pandemia, com foco no enfrentamento advindo dos efeitos da covid-19, faz com que a quantidade de informações sobre o coletivo seja menor, quando comparado ao Data\_labe e à ComCat. Dessa forma, o LabJaca também será desconsiderado. Os grupos restantes, portanto, que atendem a todos os requisitos, são o coletivo Data\_labe e a ComCat, que se configuram como importantes iniciativas para análise desse trabalho.

Ao trazer novamente à luz a questão da inserção do conceito de GCD no contexto nacional pelo coletivo Data\_labe (através do Cocôzap) e ao considerar que o trabalho realizado por esse grupo já é sistematizado e organizado internamente enquanto GCD, para ampliar o entendimento global sobre esse fenômeno, para essa pesquisa será adotado como estudo de caso a ComCat, sobre o qual serão abordadas diversas perspectivas, para a construção de uma análise ampla sobre a GCD enquanto tática de resistência em favelas.

## **5 COMCAT - ESTUDO DE CASO SOBRE A GCD INSERIDA NAS FAVELAS CARIOCAS**

### **5.1 POR DENTRO DA COMCAT (COMUNIDADES CATALISADORAS)**

Como forma inicial de discussão acerca do trabalho realizado pela ComCat, para posterior discussão e entendimento de como a GCD está inserida como componente de atuação dentro da iniciativa, será apresentado uma descrição aprofundada sobre o grupo, para que se possa compreender de forma global todos os componentes que formam o corpo total da iniciativa. A abordagem realizada baseia-se no conjunto de informações disponibilizadas pela ComCat no website da iniciativa<sup>2</sup>, bem como a partir do levantamento de informações encontradas em editoriais e materiais de sites que retratam as iniciativas realizadas pelo coletivo, na participação em seminários promovidos pelo coletivos e a partir de análises do conteúdo encontrado que se relacionam com a GCD, que são importantes para entender como o trabalho é desenvolvido.

### **5.2 O QUE É A COMCAT?**

Sobre uma abordagem inicial, a ComCat é, segundo a própria definição do coletivo “uma organização sem fins lucrativos defensora de favelas, que opera como uma rede colaborativa adaptativa, trabalhando para apoiar e fortalecer moradores de favelas no Rio e além” (COMCAT, 2021). Com atuação desde o ano 2000, a ComCat atua em diversas linhas de frente visando sempre alcançar o desenvolvimento sustentável, os direitos humanos, as redes locais-globais, a comunicação independente e o planejamento urbano. Tem sede na cidade do Rio de Janeiro e tem como uma de suas premissas a atuação sob o desenvolvimento de bases comunitárias, de forma a conectar a favela com a sociedade civil para além dos limites do seu território, bem como com a mídia global e com academia, através da oferta de treinamentos e comunicação estratégica, se configurando como agente provedor de notícias e fontes de pesquisa.

---

<sup>2</sup> Website da ComCat, disponível pelo link: <<http://comcat.org>>

Um dos objetivos do trabalho realizado é criar consciência, a partir da construção de conhecimento, sobre questões próprias da realidade vivida pelas favelas cariocas, tanto em esfera nacional quanto internacional, a partir das quais discussões e opiniões públicas podem ser estabelecidas e/ou transformadas para o desenvolvimento de recomendações de políticas públicas de atuação dentro dos territórios das favelas. Diversas tipologias de trabalho são realizadas, desde ações práticas de solução de problemas até a promoção de discussões a respeito de determinado assunto no território das favelas. A figura 3 traz um exemplo de algumas atividades propostas e da equipe de trabalho envolvida, bem como da identidade visual adotada pelo coletivo.

Figura 3 – ComCat – atividades e equipe



Fonte: Página da ComCat no Fabebook<sup>3</sup>

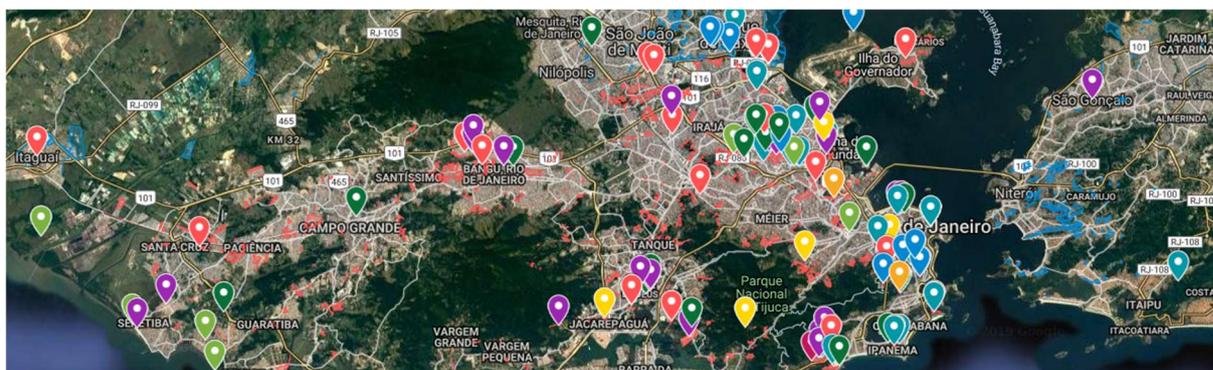
A equipe de trabalho da ComCat, envolvida nas atividades propostas, pode ser analisada sob diferentes perspectivas. O coletivo é formado por um grupo de 28 pessoas, que se constituem como o corpo organizacional da ComCat, que para essa pesquisa é entendido como o conjunto que pessoas que faz a gestão do coletivo, enquanto organização social e que é responsável por promover as atividades dentro das favelas, associado ainda a uma equipe extensa e complementar, que se envolve diretamente com o dia a dia das atividade, que pode ser entendido como um conjunto

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComCat/>>. Acesso em: 18 abr. 2022

de mobilizadores comunitários, moradores ou não das favelas cariocas, que trabalham o ativismo em alguma perspectiva e atuam nas principais frentes de trabalho prostas.

Para esse grupo, a missão de trabalho da ComCat é “gerar modelos para o desenvolvimento efetivo de assentamentos informais liderado pela comunidade e centrado nas pessoas em cidades de todo o mundo, com base na experiência do Rio de Janeiro, com as favelas da cidade alcançando o reconhecimento de seu status de patrimônio, e seus moradores recebendo todos os serviços que são o direito de todo cidadão” (COMCAT, 2021). Sob essa perspectiva e a partir da ideia de que os assentamentos urbanos informais serão a base do crescimento urbano mundial e que, segundo a ONU, representarão cerca 30% da população do globo até o ano de 2050, trabalham nas favelas do Rio de Janeiro como laboratório de experiência ativa com o intuito de utilizar tanto os desafios provenientes desses territórios quanto as conquistas e realizações alcançadas como ponto chave para desenvolver soluções criativas que possam servir como base de atuação em diversas partes do mundo ao longo dos próximos anos. A ideia da ComCat é atuar de forma ampla em todas as favelas cariocas, e a figura 4 representa onde ações organizadas pelas ComCat podem ser encontradas ao longo da cidade.

Figura 4 – Favelas com pontos de atuação da ComCat



Fonte: ComCat (2022)<sup>4</sup>

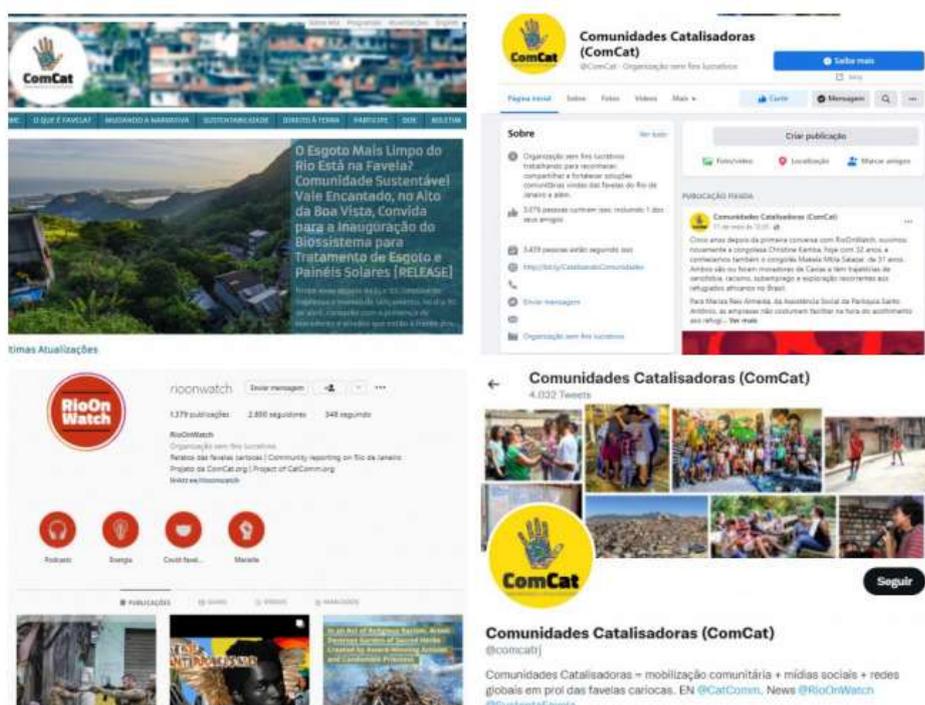
É importante considerar aqui que a ComCat, enquanto análise organizacional e de estrutura do coletivo, não é capaz de abranger todo o território de favelas da cidade do Rio de Janeiro, e ao estabelecer sua ação como ampla nesses territórios é necessário compreender que o objetivo é estabelecer atuações em diferentes regiões da cidade, mas que são realizadas por lideranças locais que não necessariamente

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://comcat.org/rfs/>> Acesso em: 20 abr. 2022

pertencem à equipe da ComCat. Assim, muito mais que estar presente em todas as comunidades, a ComCat propõe o fomento à essas lideranças e se coloca como ponto de base à ação nessas favelas.

Para atingir esse ideal, então, as ações se baseiam na atuação através da capacitação comunitária, com intuito de encontrar e desenvolver habilidade de lideranças em comunicação e estratégia, bem como no estabelecimento de fóruns, redes e uso amplo de mídias sociais, que potencializem e tragam à luz as soluções e potencialidades da favela e suas perspectivas comunitárias. Para isso atuam de forma ativa na divulgação de trabalho e conteúdo, em formato de mídia jornalística, de conteúdo potencial sobre favelas, ou de denúncias, tanto no próprio site, quanto através de suas redes sociais (Figura 5).

Figura 5 – Páginas do site, Facebook, Instagram e Twitter da ComCat



Fonte: Compilação do autor (2022)<sup>5</sup>

De forma inicial, o trabalho realizado pela ComCat se desenvolve sob três linhas de frente, que se conectam e se complementam (Figura 6) e envolvem de alguma forma as favelas cariocas, sendo elas a “RioOnWatch” (ROW), um canal de

<sup>5</sup> Montagem a partir de capturas de tela coletadas nas páginas do site da ComCat, bem como de suas redes sociais do Facebook, Instagram e Twitter.

jornalismo e divulgação de conteúdo que envolve o cotidiano das favelas, a “Rede Favela Sustentável” (RFS), que promove ações nas comunidades com foco no desenvolvimento baseado na sustentabilidade e o “Termo Territorial Coletivo” (TTC), que trabalha a problemática da posse da terra e da casa dentro das favelas. É importante compreender que essas três divisões se configuram com a linha de base de todas as ações desenvolvidas pela ComCat e o entendimento de cada uma, bem como da inter-relação entre elas é ponto de partida para a análise ampla do coletivo e da GCD dentro dele. Assim, cada um deles será melhor discutido mais a frente nessa pesquisa.

Figura 6 – Eixos de trabalho da ComCat e suas relações



Fonte: ComCat (2022)<sup>6</sup>

Como premissa então, o trabalho da ComCat através dos três eixos de atuação pode ser entendido como um ciclo (Figura 6) em que um se apresenta como a base para o outro. É importante considerar, no entanto, que os territórios de favelas são

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://www.comcat.org/ods/> > Acesso em: 01 mai. 2022

complexos e, por consequência, o trabalho realizado dentro delas também. Assim, é necessário a compreensão de que esse ciclo ideal acontece sob diferentes perspectivas em cada comunidade, a partir de determinado horizonte temporal e demandas apresentadas, e podem sofrer adaptações conforme a necessidade ou participação de cada comunidade nas ações estabelecidas. Em determinadas comunidades, como por exemplo na Comunidade Trapicheiros, o TTC tem maior aceitação e se desenvolve em maior expressão que em outras e, por tanto, tem mais peso nesse ciclo ideal estabelecido. Mais adiante nessa pesquisa, quando cada um dos eixos for melhor apresentado, essas conexões podem ser mais bem elucidadas.

Seguindo a ideia de trabalho baseado nesses três pilares, é necessário considerar que a pandemia de covid-19 instalou um cenário de dificuldades para a ComCat e para as favelas em todas as suas esferas. A necessidade de garantir a sobrevivência dos moradores desses territórios durante o período crítico da doença demandou a necessidade de atuação na linha de frente do combate à pandemia, e um novo eixo de atuação, que de certa forma se associa aos três iniciais, precisou ser estabelecido, tendo como um dos resultados o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, objeto de estudo dessa pesquisa, e que viria se configurar como ferramenta de GCD importante para o mapeamento da doença nas comunidades cariocas.

De forma geral, para todos os pilares, o trabalho proposto se desenvolve seguindo uma combinação de educação, pesquisa, capacitação, comunicação estratégica, tecnologia, redes, *advocacy* e planejamento participativo.

A frente de atuação da ComCat, então, junto às favelas do Rio de Janeiro se dá forma ampla e engloba diferentes metodologias na busca pela melhora da qualidade de vida para os moradores da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo das favelas, através da condução e estabelecimento de processos criativos, de inclusão e empoderamentos dos moderadores desses territórios, como forma de inclusão e esmaecimento de limites da cidade formal, dotada de privilégios, e da informal, conscientemente esquecida pelo governo local no que diz respeito à direitos urbanos básicos. A ideia estabelecida pelo coletivo é a possibilidade de construção de um imaginário coletivo no qual a favela seja protagonista do seu próprio desenvolvimento, sendo reconhecidas pela sua potência e atuação na busca por uma sociedade igualitária e de direito.

### 5.3 O MÉTODO COMCAT

Desde seu estabelecimento no ano 2000, a forma e o método de trabalho utilizados pela ComCat evoluíram conforme novas demandas sociais e contextos históricos eram apresentados. Segundo Boisvert (2017), que estudou o coletivo na sua inserção enquanto grupo que utiliza como método de trabalho a Avaliação do Desenvolvimento (*Developmental Evaluation* – DE) para o estabelecimento de uma Gestão Adaptativa (*Adaptive Management* – AM) das suas ações, podem ser estabelecidos dois pontos histórico-cronológicos principais que norteiam a forma como as ações são estabelecidas, sendo eles a facilidade e propagação do acesso à internet, do início até as proximidades do ano 2007, e a o anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, no ano de 2009 (Figura 7).

Figura 7 – Evolução temporal dos trabalhos da ComCat



Fonte: Boisvert (2017) – Traduzido pelo autor

A figura 7, acima, caracteriza de forma geral os períodos e estratégias de atuação desenvolvidas pela ComCat. A primeira fase compreende sua fundação no ano 2000 até o final do ano de 2008, que engloba o início do acesso à internet de forma disseminada, no qual o objetivo inicial principal era promover a colaboração entre as diversas comunidades cariocas, tanto em meio virtual, com a oferta de acesso à internet, como de forma presencial, através de encontros entre moradores e organizadores das comunidades. Ainda nessa faixa temporal, com a ampliação do

acesso à internet, uma nova estratégia de comunicação surge, na qual o jornalismo comunitário é estabelecido, através da possibilidade de um novo canal para publicação de artigos produzidos por membros da própria da comunidade, no website *RioOnWatch*, criado pela ComCat.

Ainda a partir da cronologia traçada por Boisvert (2017), um novo marco temporal é estabelecido no ano de 2009, quando a cidade do Rio de Janeiro foi selecionada como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Para além das mudanças físicas necessárias para a construção das instalações para a realização dos jogos, os membros da ComCat tinham consciência que os impactos nas favelas seriam grandes e negativos, dos quais despejos e desapropriações seriam realizados, bem como outros abusos dos direitos humanos. A partir desse ponto então, a plataforma *RioOnWatch* se tornou foco dos trabalhos realizados pelo coletivo, com publicações direcionadas não apenas para o público brasileiro, mas também internacional, ao divulgar suas publicações também em língua inglesa. A ideia proposta era uma conscientização e divulgação de conteúdos próprios e de dentro das favelas para um público que não encontrava acesso tão facilitado a esse tipo de conteúdo.

Atualmente, seguindo na perspectiva cronológica estabelecida, o trabalho se desenvolve no sentido da promoção de ações a partir dos eixos de atuação estabelecidos pelo coletivo, na busca de trabalho em rede que conecte, em alguma medida, as comunidades e tragam à luz questões de sustentabilidade e potencias urbanas e sociais inerentes a esses territórios.

A partir de toda essa cronologia e evolução ao longo de mais de duas décadas de existência, o trabalho pela ComCat sofreu adaptações à medida que novos contextos foram se estabelecendo. A partir do estudo realizado por Boisvert (2017) junto à ComCat, sobre Gestão Adaptativa (*Adaptive Management* – AM) baseada na Avaliação do Desenvolvimento (*Developmental Evaluation* - DE), que avaliou como se desenvolviam as ações do coletivo, foram estabelecidos nove pilares de atuação sobre os quais se apoiam as atividades desenvolvidas, e que passaram a se constituir como o método ComCat, sendo eles: Missão Bem Definida, Estratégia em Evolução; Foco em Ações de Iniciativa Local, Aprendizado Mútuo e Confiança; Documentação Contínua, Análise Situacional e Contextualização; Múltiplos Pontos de Influência; Cultura de Experimentação e Não-Apego; Metodologia de Rede; Coleta de Dados Contínua e em Tempo Real; e Reflexão e Adaptação Contínuas. Abaixo seguem as

descrições, com exemplos aplicados no dia a dia da ComCat, de cada uma dessas diretrizes.

1. **Missão Bem Definida, Estratégia em Evolução**: consiste na clareza e reafirmação constante da missão estabelecida como estratégia para a garantia de um trabalho convergente de todos os atores em torno de um bem comum. Associado a isso, insere-se uma revisão constante e estratégica do plano anual de trabalho, cujo escopo apresenta flexibilidade de adaptação conforme novos cenários e oportunidades são apresentadas. Como no caso da pandemia de Covid-19 que demandou adaptação da atuação para enfrentamento da doença. Para entender melhor esse primeiro objetivo metodológico é importante compreender que a base do trabalho realizado pela ComCat é a favela, e o entendimento sobre o que o coletivo entende por favela, enquanto território complexo, dotado de vida e potencial nas esferas sociais, urbana, cultural, econômica e ecológica, é sempre reforçado nas ações. Com foco de atuação definida sobre três eixos, ROW, RFS e TTC, o trabalho cotidiano gira em torno da sua manutenção e evolução. Para a garantir esse objetivo, as apresentações (palestras, seminários, *lives*, reuniões etc.) se iniciam sempre com a apresentação das bases que definem o trabalho de cada um, incluído aqui a questão da favela, de maneira a reforçar o ponto de início estabelecido. Isso pode ser verificado nos eventos gravados e disponibilizados pela ComCat em seu canal do Youtube (RioOnWatchTV<sup>7</sup>).
2. **Foco em Ações de Iniciativa Local, Aprendizado Mútuo e Confiança**: consiste no estímulo contínuo da inserção dos próprios moradores das favelas como atores capazes de identificar necessidade e propor soluções. Apoia-se no princípio do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA), explicado mais a frente nesta pesquisa, e que utiliza as diversas esferas e agentes da favela sempre como atores potentes e capazes. Além disso, a questão do aprendizado mútuo reforça a necessidade de troca entre os membros atuantes de ComCat conjuntamente com os moradores da favela, de modo a garantir que as ações propostas como melhoria estejam de fato atuando em prol da comunidade, e não tragam efeito contrário daquele

---

<sup>7</sup> Canal do RioOnWatchTV disponível pelo link <<https://www.youtube.com/user/rioonwatchtv>>

desejado. Associado a isso ainda, se insere o entendimento por parte da ComCat da complexidade inerente ao território de constituição das favelas, cada qual com sua estrutura de autogestão e construção, cujas propostas não podem interferir nessa lógica a não ser que parta do desejo da própria comunidade. Aqui, como exemplo, pode-se tomar as ações realizadas pela RFS, que fomentam de promoção de atitudes sustentáveis, em diversas categorias (explicado no item 5.5.3 desta pesquisa), aplicadas dentro das favelas, através de um processo de construção conjunta entre os membros da ComCat e os moradores daqueles territórios. Ações como revitalizações de espaços, eventos culturais e palestras educativas, se encaixam nesse objetivo.

3. **Documentação Contínua, Análise Situacional e Contextualização:** consiste no arquivamento regular das diversas atividades que compõem o escopo de trabalho da ComCat, documentando ações, programas, dados e opiniões como forma de análise das necessidades e oportunidades vivenciadas. Associado a isso, também está incluso o monitoramento de tendências e contextos, tanto em esfera local (dentro da favela), quanto no nível nacional e internacional, como base para o norteamento de novas ações ou continuidade daquelas já propostas. Tanto a partir do próprio site da ComCat, quanto dos que são próprios aos eixos de trabalho (RFS, ROW e TTC), há um extenso arquivamento de informações e conteúdos sobre a ComCat. Com o objetivo de sempre divulgar e documentar as ações, todos os materiais são disponibilizados, incluindo matérias e artigos realizados por pessoas de fora do coletivo. O ROW, por exemplo, tem documentação das suas atividades desde o ano 2010, e possível consultá-las em seu website, uma vez que todo conteúdo é de acesso livre para a comunidade.
4. **Múltiplos Pontos de Influência:** consiste no enfrentamento e atuação sobre determinada situação de forma múltipla e a partir de diferentes visões, uma vez que a complexidade inerente da natureza das favelas faz que uma questão seja vivenciada e entendida sob diferentes perspectivas, a depender da própria realidade dentro da favela. Para atingir esse objetivo o trabalho realizado acontece a partir da realização de discussões propostas pela ComCat nos grupos de trabalho, para o caso da RFS e do TTC, e no estabelecimento de pautas que abranjam temas múltiplos nas publicações da ROW. Aqui, a partir

de uma demanda ou projeto estabelecido, uma etapa inicial de análise e definição de estratégia é realizada para permitir que sejam abordados todos os pontos de interesse que possam envolver determinado assunto.

5. **Cultura de Experimentação e Não-Apego**: consiste no estabelecimento e avaliação continuada das ações estabelecidas, de forma a verificar sua funcionalidade e resposta aos problemas aos quais se propunham resolver, adaptando e ou mesmo removendo conforme o *feedback* realizado. Como exemplo emblemático se enquadra a definição do quadro editorial da ROW (explicado no item 5.5.2), que tinha como foco o Rio de Janeiro pré-olímpico até o ano de 2016, mas que teve sua linha alterada a partir de 2017, por entender que uma nova demanda surgia a partir daquele ano (o de trabalhar as potencialidades e sustentabilidade da favela).
6. **Metodologia de Rede**: consiste na atuação enquanto coletivo não isolado, que se propõe a atuar de forma conjunta com os diversos atores que estão dispostos e se apresentam como ponto de apoio às ações necessárias para dentro das favelas. Os membros da ComCat, enquanto organização, se constituem como eixos centrais e de apoio para sustentação e direcionamento de uma rede de agentes que atua em diferentes perspectivas e localidades, fomentando sempre o estabelecimento de parcerias a nível local, nacional e internacional. Esse, de fato, é um dos principais pontos de manutenção do trabalho da ComCat e as parcerias se constituem como principal fonte de arrecadação de recursos, humanos e financeiros, para o desenvolvimento dos trabalhos propostos. De fato, para viabilizar o TTC (explicado no item 5.5.1), por exemplo, atualmente a ComCat conta com aproximadamente 90 parcerias estabelecidas, desde organizações em nível comunitário até instituições internacionais. Para a RFS, em 2020, esse número era de 76. Conforme novas demandas surgem, a busca pelo estabelecimento de parcerias acontece. Para o caso da GCD, por exemplo, quando houve a necessidade de realizar o mapeamento de casos nas favelas, parcerias foram estabelecidas, ou reafirmadas, tanto para a criação da ferramenta de mapeamento Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, quanto para a realização das atividades de apoio aos moradores.

7. **Coleta de Dados Contínua e em Tempo Real**: consiste na coleta de dados tanto sobre as atividades realizadas, enquanto prática, quanto dos resultados obtidos a curto e médio prazo. Aqui, os dados e informações se constituem como uma das bases de atuação de todos os projetos, uma vez que se utilizam deles como ferramenta de diagnóstico para a proposição de ações. Com a temática da covid-19, o foco na produção de dados, que a princípio era realizado como estratégia inicial de discussão, se apresentou também como ponto principal do trabalho, do qual foi estabelecido o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, para o mapeamento e monitoramento contínuo da doença nas favelas.
8. **Reflexão e Adaptação Contínua**: consiste na análise e reflexão sobre os dados coletados de forma continuada como fonte de informação e base para a tomada de decisões para o estabelecimento de estratégias. Aqui os dados obtidos e análises realizadas sobre os trabalhos desenvolvidos são sempre colocados em perspectiva analítica, de maneira a embasar as ações propostas e realizar adaptações conforme necessários. Nos eventos realizados pela ComCat, essas reflexões são apresentadas à comunidade e é sempre possibilitada a participação no sentido da construção de novas considerações.
9. **Ampliação pelo Exemplo**: consiste no estudo constante das próprias táticas utilizadas pela ComCat e das oportunidades advindas de dentro da comunidade, com o estabelecimento de modelos e compartilhamento de informações, como conhecimento produzido, que possui a capacidade de auxiliar o desenvolvimento de comunidades urbanas com características parecidas em outras localidades do Brasil e do mundo. A ideia da ComCat aqui é permitir que a própria experiência de ações realizadas sirva como exemplo para o estabelecimento de comunidades urbanas sustentáveis ao redor do mundo. A ComCat entende isso como importante na medida em que ela mesmo utiliza essa estratégia aplicada dentro do seu próprio dia a dia. O TTC pode ser considerado como o grande exemplo disso, uma vez que para a inserção desse modelo se fez necessário trazer casos de sucesso para exemplificar o sistema aos moradores, demonstrando suas qualidades. Aqui, além da própria questão do exemplo, uma rede de parceria foi firmada com as

localidades em que o TTC já é aplicado, e um intercâmbio de conhecimento entre seus membros foi realizado.

A partir da explanação de cada um dos pilares sobre os quais se estabelece a base de atuação metodológica da ComCat é possível iniciar a inserção da GCD dentro da proposta do coletivo. Com base no pilar 2 (Foco em Ações de Iniciativa Local, Aprendizado Mútuo e Confiança), que compreende a natureza complexa da favela e insere o morador como agente com potencialidade de enxergar, identificar e reportar demandas, a partir da coleta, mas também com apoio nos demais eixos estabelecidos, a geração de dados, sua posterior análise, reflexão e divulgação se configuram como uma das táticas chave de atuação da ComCat. Conforme será discutido mais adiante nesse trabalho, o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, prática de GCD nas favelas cariocas, é uma das propostas implementadas pelo coletivo e que se configura como um importante agente mobilizador na busca de melhorias sociais nesses territórios, a partir da utilização da própria favela como fonte geradora de informação.

No que diz respeito aos objetivos do método ComCat, tanto na análise apenas do seu conjunto quanto a partir do entendimento deles inserido na prática cotidiana, é interessante notar que se constituem como elementos complementares, cuja aplicação de um depende da existência do outro. De fato, é através da definição de uma missão e proposta de trabalho bem definida, com a inserção da temática da favela no centro da atenção, que as atividades podem ser realizadas a nível local, se utilizando para isso de táticas de obtenção de dados e reflexões sobre os múltiplos pontos de vista envolvidos. Tudo isso pautado na documentação, e divulgação através da ROW, e possibilitado através do estabelecimento de parcerias, através da metodologia de rede.

Antes de discutir a GCD na realidade da ComCat, é necessário ainda entender como esses objetivos são desenvolvidos na prática, a partir de uma discussão inicial sobre as características práticas e gerais das atividades propostas, e depois passando pela explicação de cada um dos eixos de atuação.

#### 5.4 O MÉTODO COMCAT E O PARADIGMA DA POTÊNCIA

A produção de conhecimento e as ações propostas pela ComCat baseiam-se na ideia do Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos (DCBA ou *Asset-Based Community Development, ABCD*), uma vez que atuação do grupo se desenvolve entorno da abordagem da ideia de atores, soluções e princípios internos com potencial de buscar e realizar mudanças necessárias. A partir desse entendimento, então, pode-se qualificar o trabalho realizado pelo coletivo como inserido dentro da proposta do paradigma da potência, uma vez que foca o trabalho realizado a partir das qualidades intrínsecas das favelas, em detrimento de abordagens tradicionais utilizadas e implementadas por governos, que tem como base de partida as deficiências encontradas dentro dos territórios das comunidades.

Para entender melhor a atuação inserida no Desenvolvimento Comunitário Baseado em Ativos o quadro 6, abaixo sumariza as principais diferenças dessa forma de atuação em relação aos modelos tradicionais.

Quadro 6 – Desenvolvimento baseado em ativos vs. Desenvolvimento tradicional

<b>DESENVOLVIMENTO BASEADO EM ATIVOS</b>	<b>DESENVOLVIMENTO TRADICIONAL</b>
Foco nos talentos e ativos da comunidade	Foco nas deficiências da comunidade
Identificação de oportunidades/ativos como trampolim	Respondendo a problemas/ soluções técnicas
Lógica de investimentos e direitos	Lógica de caridade e favores
Soluções em troca mútua com aliados técnicos	Soluções por “especialistas”   unidirecional
Recursos voluntários empoderando associações	Recursos nas mãos de agência e governos
Serviços necessários determinados pelas comunidades	Serviços necessários determinados por fora
Ênfase no papel de associações e moradores	Ênfase no papel governamental

Pessoas como cidadãos, co-criadores, no controle	Pessoas como beneficiários
Objetivo é desenvolver o potencial das pessoas	Objetivo é “consertar” pessoas
Preocupação é desenvolver pessoas (mais potencial)	Preocupação é desenvolver territórios (menos riscos)
Enxerga pessoas como a solução	Enxerga problemas como solução
Preocupação ao concluir o projeto: e agora? (ciclo virtuoso)	Preocupação ao concluir projeto: manutenção

Fonte: o autor – adaptado de <https://comcat.org/dcba/>, 2021

Conforme é possível observar no quadro 6, o objetivo principal é superar a ideia da favela enquanto lugar sinônimo de deficiência, que é enxergada pela sociedade externa à favela (e principalmente pelos governantes), como um espaço a parte da sociedade que a rodeia, e que demanda unicamente de intervenções externas para trazerem melhorias e soluções para os seus problemas diários. É importante ressaltar que a ideia enraizada pelo paradigma da potência na visualização e compreensão das favelas não propõe isolar a comunidade dentro de si, nem tampouco a considerar como auto suficiente; a ideia proposta é de que ninguém mais que a própria comunidade é capaz de reconhecer todas as suas demandas, dificuldades e potencialidades e que, além das ações provenientes de dentro da favela, toda e qualquer ação que venha de fora deve atuar de forma conjunta com seus membros, de forma a possibilitar uma construção completa e continuada de soluções e ideias necessárias. A ideia é, então, não enxergar a favela como vítima e deficiente, e sim como comunidade ativa, capaz de propor e realizar as mudanças necessárias.

Para compreender de forma mais clara cada uma das características definidas pela ComCat para caracterizar o desenvolvimento baseado em ativos, e que aqui já pode elucidar como trabalho cotidiano é realizado pelo coletivo, abaixo serão descritos e exemplificados cada um deles, agrupados conforme características próprias, a partir de atividades concretas realizadas, que fazem parte dos três eixos principais de trabalho da ComCat, isto é, ROW, RFS e TTC.

1. **Foco nos talentos e ativos da comunidade | Identificação de oportunidades/ativos como trampolim:** é considerado como a base de atuação desse modelo de desenvolvimento, que busca descobrir, potencializar e utilizar a força já existente na comunidade dentro das ações propostas e utilizá-las como força motor na luta diária nas favelas. Como exemplo, pode-se tomar as atividades recentes (2021) realizadas para a série sobre o Antirracismo, que será mais bem descrita na sequência, na subseção que analisa o trabalho da ROW, e que procurou encontrar talentos comunitários que desenvolvessem ilustrações para os conteúdos publicados, e que trouxeram uma identidade visual marcante e própria para a série.
2. **Lógica de investimentos e direitos:** aqui a ideia estabelecida é de que é preciso compreender a favela como espaço que precede dos mesmos direitos existentes em outras áreas da cidade, consideradas como “territórios formais”, no qual os serviços executados, principalmente advindos de fora, não devem ser entendidos como mera prestação de favores. Para isso o trabalho realizado é sempre no intuito de trazer à tona, sobretudo na mídia, as potencialidades encontradas nas favelas e que as qualificam como iguais em direito quando comparadas a outros territórios cariocas. É o exemplo do trabalho realizado pela RFS, divulgado pela ROW, na Comunidade do Vale Encantado, no Alto da Boa Vista, que trouxe à luz a discussão de ecossistemas sustentáveis, a partir da instalação do Biossistema para Tratamento de Esgoto e Painéis Solares na comunidade<sup>8</sup>. A proposta dessas divulgações é mostrar à sociedade, ao contrário da lógica de espaço-problema que é normalmente associado a ela, que a favela é (ou pode ser) um lugar onde a sustentabilidade se apresente de forma plena.
3. **Soluções em troca mútua com aliados técnicos:** É um dos principais focos para a ComCat para a garantia de sustentação e realização de suas atividades. Além da captação de recursos financeiros através de doações, a proposta é o amplo estabelecimento de parcerias com entidades e órgãos, governamentais ou não, tanto brasileiros quanto internacionais, que

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=61343>. Acesso em: 01 mai. 2022

fomentem em alguma medida os trabalhos propostos. Somente para o caso do TTC, por exemplo, já foram estabelecidas cerca de 90 parcerias que dão suporte ou executam as ações sobre alguma perspectiva. Para o Painel Unificador Covid-19 nas favelas, a parceria com a Esri – “*Environmental Systems Research Institute*”, uma instituição norte americana com foco na produção de soluções para a área de informações geográficas, foi responsável por desenvolver a tecnologia utilizada no painel.

4. **Recursos voluntários empoderando associações | Serviços necessários determinados pelas comunidades | Ênfase no papel de associações e moradores:** A partir do entendimento de que o trabalho da ComCat é desenvolvido no sentido de atender demandas de todo o conjunto de favelas cariocas, a necessidade de recursos humanos necessários para dar conta de todas as necessidades é grande e torna inviável que apenas membros da equipe organizacional do coletivo atuem nas comunidades. Dessa forma, é estabelecido o estímulo para que os próprios moradores assumam papéis de liderança nas comunidades, sobretudo através do papel das associações e organizações de moradores, e atuem nas favelas, para a realização de diagnósticos e de criação de soluções necessárias. Para o TTC, por exemplo, no ano de 2020, foram estabelecidas conexões com 44 lideranças comunitárias, representando 28 favelas cariocas. Algumas associações aceitam e trabalham as propostas da ComCat de forma mais ativa, como no caso das que representam a Comunidade do Trapicheiro e do Conjunto Esperança, e o foco sobre elas é ampliado, mas o trabalho é sempre direcionado para todas.
5. **Pessoas como cidadãos, co-criadores, no controle | Objetivo é desenvolver o potencial das pessoas | Preocupação é desenvolver pessoas (mais potencial) | Enxerga pessoas como a solução:** Seguem na mesma linha do tópico anterior, mas com o foco principal de trazer força para o trabalho do morador das favelas, de maneira a entender que possuem o potencial de realizar tanto planejamento estratégico quanto ações concretas nas comunidades. O trabalho da ComCat nesse objetivo é no sentido de fomentar e desenvolver esse potencial, através de capacitação e encontros educativos que trabalhem com os moradores suas

habilidades. De fato, grande parte do trabalho da ComCat envolve a realização de encontros, seminários, reuniões e palestras, com a presença de moradores para discutirem os temas de interesse, sobretudo em relação à RFS e o TTC. Se até o ano de 2020 esses encontros eram presenciais, a partir do estabelecimento da pandemia de covid-19 o modelo virtual preponderou.

6. **Preocupação ao concluir o projeto: “e agora?” (ciclo virtuoso):** Muito mais que apenas ajudar na solução de determinado problema a ComCat atua no sentido de desenvolver a discussão acerca das consequências que as ações estabelecidas podem envolver, incluindo análises sobre a manutenção dessas propostas ao longo do tempo. Se a proposta do coletivo é fomentar o trabalho partido e realizado por moradores, é de suma importância que a gestão futura dessas atividades também possa ser desenvolvida, de alguma maneira pelos próprios moradores, com a ajuda da ComCat. Assim, faz parte desse objetivo a realização de discussões sobre como garantir o chamado ciclo virtuoso das ações. O trabalho realizado na Comunidade do Vale Encantado, no Alto da Boa Vista, já citado anteriormente exemplifica bem esse entendimento. Associado às propostas de desenvolvimento de sistemas de tratamento de esgoto sustentável, foi idealizado um sistema que possibilitasse que os próprios moradores gerissem os equipamentos após sua instalação, uma vez que não seria viável que a ComCat, ou outro coletivo, assumisse essa gestão de forma unitária.

É importante entender que essas características do Desenvolvimento Baseado em Ativos não devem ser confundidas com os objetivos estabelecidos pelo Método ComCat. Enquanto esse se configura como a base de justificativa das ações estabelecidas, aqueles representam as ações práticas que são realizadas para atingir os objetivos. Outro ponto que precisa ser observado é novamente à questão da complexidade do território das favelas, nos quais determinadas situações e demandas podem não se encaixar num sistema metodológico fechado, e adaptações podem ser necessárias para atingir os objetivos propostos. De toda forma, tanto o Desenvolvimento Baseado em Ativos, quanto o método ComCat, permitem em

alguma medida adaptações nos seus entendimentos para englobarem essas situações. Após essa apresentação, então, sobre a metodologia da ComCat e das atividades baseadas em ativos, a próxima etapa desse estudo de caso é apresentar de forma sistemática as ações realizadas pelo coletivo, a partir da análise dos três eixos principais, isto é, TTC, ROW e RFS.

## 5.5 OS TRABALHOS REALIZADOS

Entender a atividade cotidiana da ComCat e todos os seus desdobramentos é peça chave para conseguir analisar e inserir a GCD dentro da sua realidade. Conforme já mencionado na pesquisa, a auto denotação das atividades enquanto GCD ainda é minoria dentro dos coletivos, que praticam essa forma de atuação, mas não utilizam essa nomenclatura para designar e classificar essas atividades. Isso não as desclassifica como tal, entretanto, torna necessária uma análise aprofundada das ações realizadas para que essa classificação e análise possa ser realizada. Assim, para a ComCat, se faz importante entender sob quais perspectivas e eixos os trabalhos se desenvolvem na prática para, então, analisar como o cidadão está inserido na perspectiva da produção e geração de dados sobre sua realidade diária. Para isso, a próxima etapa desse estudo de caso consiste na apresentação e análise dos três eixos de atuação desenvolvidos, isto é, a *RioOnWatch*, a Rede Favela Sustentável e o Termo Territorial Coletivo.

### 5.5.1 Termo Territorial Coletivo

O Termo Territorial Coletivo (TTC), em termos simples, é um modelo de gestão da propriedade imobiliária e da terra que tem como objetivo primário separar essas duas formas de propriedade, com o intuito de suprimir os riscos envolvendo a especulação imobiliária e remoções nesses territórios. O que se busca no TTC é o estabelecimento da propriedade coletiva da terra, que passa a ser de posse da comunidade, na qual os moradores detêm a propriedade das moradias que são instaladas nesses espaços.

Em curso desde 2018, o TTC se baseia no modelo de gestão conhecido como “*Community Land Trusts*”, que surgiu nos Estados Unidos, na década de 60, à época do Movimento dos Direitos Civis americano, e tinha como objetivo oferecer algum tipo

de independência e segurança fundiária para descendentes afro-americanos que residiam na Albânia, no estado da Geórgia, e que se espalhou por outros países ao longo do globo, como Inglaterra, França, Alemanha, Quênia, Austrália e Porto Rico e que se mostram como importante modelo que minimiza os processos de especulação imobiliária e trazem segurança fundiária para os moradores.

A ideia defendida pela ComCat é que as porções territoriais onde estão inseridas as favelas cariocas possuem espaço para o estabelecimento de especulação imobiliária, sobretudo a partir da qualidade turística e paisagística que alguns morros da cidade proporcionam, como no caso da favela do Vidigal, situada às margens do famoso litoral da cidade do Rio de Janeiro (Figura 8), que já sofre problemas de gentrificação ao longo do processo de consolidação urbana da região ao longo das últimas décadas. A respeito dessa comunidade em específico, reuniões com moradores vêm sendo realizadas ao longo dos últimos anos com o intuito de debater questões que visem diminuir os impactos que a gentrificação pode causar no morro.

Figura 8 – Comunidade do Vidigal às margens do litoral carioca



Fonte: ComCat (2022)<sup>9</sup>

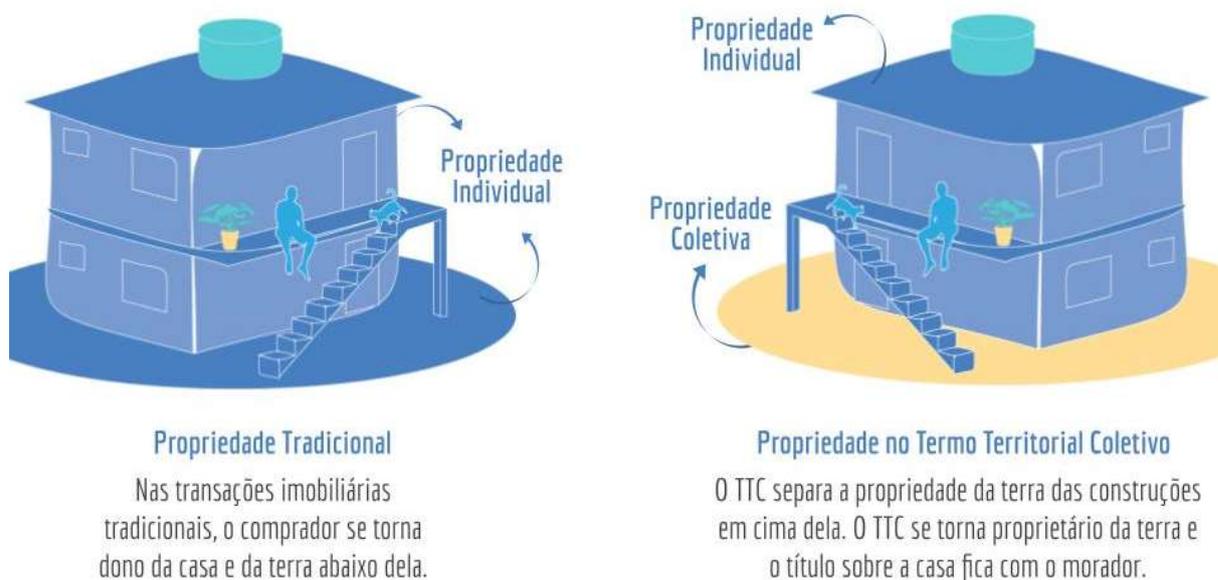
<sup>9</sup> Disponível em: < <https://www.flickr.com/photos/catcomm/15698331259/> > Acesso em: 28 abr. 2022

A partir disso, a ComCat assume novamente o entendimento de favela enquanto local potente, mas se preocupa em não transformar essa potência em situação negativa para comunidade. A ideia, então, é estabelecer respaldos legais de posse de terra e moradia na mesma medida em que se evita tanto processos de remoções quanto de gentrificação nas comunidades.

É importante considerar que, originalmente, o estabelecimento de TTC estava relacionado à criação de novos assentamentos habitacionais, em que era obtida a posse da porção territorial, que passava a ser de propriedade de um coletivo (intitulado TTC) e sobre o qual as novas habitações eram de título dos moradores locais. Isto é, um novo bairro era estabelecido sobre a forma de gestão a partir de um TTC. Para o caso das favelas cariocas, em que o território, ainda que constantemente em expansão, já é consolidado, o TTC entra como modelo de gestão de regulamentação das propriedades e que tem respaldo no processo de regularização fundiária no Brasil.

Em termos práticos, como a ComCat defende a implantação de TTC no Brasil? Para responder essa pergunta é preciso inicialmente entender que o TTC não visa ser um modelo rígido de gestão da propriedade e sim algo que pode ser adaptado à realidade da comunidade em que será implantado. Assim, dentro das favelas cariocas diferentes tipos de TTC podem ser definidos, todos, no entanto, com a mesma característica principal, de separação da propriedade da terra e da moradia. O processo do TTC, então, parte da ideia do estabelecimento de um conselho jurídico, formado por moradores da região, que detém a propriedade de uma porção de terra dentro da comunidade. Essa área passa ser considerada coletiva, pertencente à toda comunidade, e não pode ser mais vendida. Os habitantes, proprietários das moradias que se encontram atualmente nessas localidades recebem títulos de posse dessas habitações, que se transformam em propriedade individual. A Figura 9 exemplifica essa situação.

Figura 9 – Modelo do TTC vs. Modelo tradicional



Fonte: RioOnWatch (2022)<sup>10</sup>

Se no processo tradicional de propriedade da terra e moradia consolidada no Brasil o morador tem a posse tanto da porção territorial quanto da habitação construída sobre ela, o TTC visa romper com esse modelo. A ideia defendida pela ComCat para a implantação de TTC é que, ao fixar a terra para comunidade e não permitir que ela seja disponibilizada de alguma forma no mercado imobiliário, o risco de que essas comunidades sofram com gentrificação, remoção e especulação imobiliária se reduz expressivamente. Algo interessante defendido pela ComCat é que as habitações nessa forma de organização têm seu valor reduzido, uma vez que não está associada ao pertencimento da terra, o que as torna mais acessível dentro das comunidades. Como o morador tem o título da residência, a negociação e venda dela é permitida, entretanto, como a porção territorial não faz parte dessa titulação, o valor da terra não é incorporado na negociação, reduzindo o valor da moradia e possibilitando que outros moradores possam adquirir de forma mais fácil esses imóveis.

No que diz respeito ainda a essa questão da gentrificação e especulação imobiliária, a ComCat traz à luz a questão da problemática que surge com a aprovação da Lei nº 13.465, de 2017, que visa regularizar de forma integral terras federais ocupadas por posseiros históricos no Brasil (BRASIL, 2017), o que inclui as favelas

<sup>10</sup> Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=61441>> Acesso em: 01 mai. 2022

nesse conjunto. Se para muitos, inclusive para moradores, essa ideia de regularização da propriedade e da terra de forma tradicional, com título do lote e imóvel, possa parecer interessante, a ideia estabelecida para a ComCat é que ela tornará mais fácil o processo de desmantelamento de áreas das favelas, uma vez que especuladores imobiliários poderão adquirir de forma legal áreas de interesse dentro das comunidades.

De forma geral, a ComCat defende, então, o estabelecimento de TTC a partir de 5 pilares fundamentais, sendo eles:

- a) *Adesão espontânea*: Os moradores das comunidades podem optar por participar de um TTC ou não.
- b) *Propriedade coletiva da terra*: A porção territorial é de propriedade coletiva, pertencente ao TTC, que é operada e formada por membros da própria comunidade.
- c) *Casas de propriedade individual*: As residências são de propriedade dos moradores, que podem investir e vendê-las. Como premissa do modelo, o valor do imóvel assume um caráter mais acessível, por não incluir o preço da terra junto dela.
- d) *Controle comunitário*: O conselho que faz a gestão do TTC é definido pelos próprios moradores do TTC, que, além de administrar a propriedade da terra, pode ter a capacidade de conduzir um amplo desenvolvimento comunitário. A ComCat defende que esse conselho tenha representantes de diferentes setores, de forma a trazer maior representatividade e bagagem para garantir o funcionamento do TTC. Como proposta esse conselho seria formado por  $\frac{1}{3}$  de pessoas proprietárias de imóveis nas terras do TTC,  $\frac{1}{3}$  de assessores técnicos e  $\frac{1}{3}$  moradores que residem no bairro, não necessariamente no TTC.
- e) *Acessível para a perpetuidade*: O principal objetivo definido é garantir moradias permanentemente acessíveis aos moradores das comunidades.

A partir da análise desses pilares é interessante observar que para a ComCat o estabelecimento de TTC nas favelas cariocas precisa acontecer de forma orgânica e sem nenhum tipo de imposição aos moradores. Ao acontecer forma natural a chance de sucesso é aumentada. Da mesma forma, o coletivo entende que a instalação de TTC em toda a extensão de uma favela é uma tarefa complexa, uma vez que seria

preciso a adesão voluntária de 100% dos moradores e um conselho que pudesse gerir uma grande porção territorial. Assim, mesmo que o TTC se configure de forma dispersa dentro uma favela, implementado em segmentos de porções territoriais, ele pode cumprir seu objetivo, uma vez que a especulação imobiliária é limitada na medida em que porções do território, nas quais estão os TTC, não ficam disponíveis para especulação imobiliária e acabam ampliando isso para a comunidade como um todo.

Aqui é importante considerar que esse entendimento de estabelecimento de forma orgânica, sem imposição aos moradores, não significa que o desejo de participar de um TTC parta exclusivamente de dentro da comunidade. Pelo próprio conceito e entendimento do assunto pelo coletivo, o trabalho desenvolvido pela ComCat é sempre no sentido de apresentar as qualidades que esse modelo de gestão pode proporcionar. Dessa forma, ainda que o desejo venha da comunidade, tal situação é sempre precedida de um trabalho da ComCat de fomento desse interesse. Futuramente, após a implementação de TTCs, com possíveis casos de sucessos, o desejo partindo dos próprios moradores pode acontecer, entretanto, durante o processo, essa ideia parte do próprio coletivo.

A partir do entendimento, então, do que é e quais são os objetivos do TTC é necessário entender como esse tema é destrinchado pela ComCat.

#### 5.5.1.1 TTC – Como é desenvolvido no dia a dia da ComCat?

O trabalho desenvolvido pela ComCat para a implantação de TTC nas favelas cariocas é desenvolvido em etapas desde seu estabelecimento no ano de 2018. O processo foi dividido em dois grupos de trabalho (GT), o primeiro, denominado “Mobilização Comunitária”, tem o trabalho de introduzir o TTC para os moradores, através de oficinas, seminários e reuniões e de realizar e implementar técnicas de diagnóstico e planejamento nas favelas que quer estabelecer o TTC, com o objetivo principal de desenvolver um plano piloto de TTC em favelas cariocas, e o segundo é grupo de trabalho “Legislação”, que tem o objetivo de atuar no sentido legal do estabelecimento de TTC, através do trabalho no sentido da proposição de leis em nível municipal, estadual e federal e também realizar estudos e publicações sobre o assunto.

Para o GT Mobilização Comunitária, o principal desafio era apresentar aos moradores essa nova forma de gestão da propriedade e da terra, uma vez que o modelo se configurava como novidade naquele momento e seria preciso trazer capacitação para os moradores acerca dos benefícios que sua implementação poderia trazer para as comunidades. Seguindo um dos pilares estabelecidos para a definição de um TTC, o de adesão espontânea, era necessário para a ComCat que os moradores entendessem os benefícios envolvidos e desejassem fazer parte dele. Para isso foi utilizado como estratégia, além da apresentação de forma simples sobre o que seria um TTC, através de vídeo<sup>11</sup> explicativo sobre o modelo, a apresentação de caso de sucesso de TTC, sendo o exemplo dos TTC criados no *Caño Martín Peña*<sup>12</sup>, em Porto Rico, o principal utilizado.

Para trazer mais força a essa discussão junto aos moradores, a ComCat promoveu uma série de oficinas em 2018, na qual uma comissão de representantes do TTC Caño Martín Peña veio de Porto Rico para falar sobre a experiência de aplicação desse modelo lá. Essas oficinas também foram direcionadas para o GT Legislação, que promoveu encontros para debater os desdobramentos legais envolvidos e apresentou esse modelo de gestão para representantes de órgãos públicos e autoridades governamentais.

Somado a esse esforço educativo de capacitação, a ComCat via como necessidade o estabelecimento de lideranças comunitárias que pudessem desenvolver o TTC dentro das suas comunidades, uma vez que seus membros não conseguiriam sozinhos trabalhar concomitantemente em todas as comunidades na prática do dia a dia. Assim, um dos trabalhos realizados aconteceu no sentido de fomentar o trabalho dessas lideranças, principalmente a partir de organizações já existentes, como associações comunitárias por exemplo. Esse trabalho foi facilitado pelo histórico de organização apresentado pelas favelas cariocas, que já entendiam a necessidade de se organizar enquanto comunidade na busca por algum tipo de direito e pela autogestão de assuntos próprios da região.

Se, inicialmente, os encontros e reuniões eram uma realidade do eixo de trabalho do TTC, com a pandemia, essas atividades também passaram a ser em

---

<sup>11</sup> O que é o TTC? Disponível em: <<https://youtu.be/0-lvmDPtNZc>> Acesso em: 1 mar. 2022

<sup>12</sup> *Caño Martín Peña* é um conjunto de favelas em Porto Rico nas quais foi estabelecido o TTC, para não permitir que as obras de canalização do Rio/Canal Martín Peña trouxesse gentrificação para as comunidades ali alocadas.

formato virtual. Para manter o assunto sempre em evidência, reportagens sobre a temática do TTC passaram a ser divulgadas com maior frequência nas publicações do ROW. Durante esse período o trabalho aconteceu sobretudo a partir do GT Legislação, que passou a discutir com maior afinco a temática do TTC junto ao governo local da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período a ComCat participou da Audiência Pública da Comissão de Assuntos Urbanos e da Comissão Especial nº 1525<sup>13</sup> em setembro de 2021, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Mais recentemente, em março de 2022, o TTC foi tema de uma das audiências públicas realizadas para a revisão do Plano Diretor Municipal<sup>14</sup>, no quais membros da ComCat apresentaram e discutiram sobre o TTC com o intuito e inseri-lo nas discussões de planejamento para os próximos anos na cidade.

De forma prática, então, o trabalho da ComCat na busca pelo estabelecimento da TTC nas favelas do Rio de Janeiro, ainda se encontra em processo de construção, entretanto, o esforço desempenhado tanto pelos membros do coletivo quanto pelas organizações comunitárias que trabalham o assunto em suas comunidades, já evoluiu significativamente as tratativas sobre o assunto, principalmente após a inclusão do TTC no projeto de revisão do Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro. Para o ano de 2022 Projetos-Piloto de TTC estão sendo desenvolvidos, como no caso da Comunidade Trapicheiros<sup>15</sup>, que após diminuir o ritmo dos trabalhos durante a pandemia, entre 2020 e 2021, voltou a trabalhar ativamente o assunto dentro da comunidade, fomentado pelo trabalho da ComCat, após receberem do governo o “Termo de Reconhecimento de Posse”, que traz alguma segurança fundiária para eles enquanto Trapicheiros. A Figura 10 abaixo mostra o retorno das atividades presenciais de discussão sobre o TTC na Comunidade Trapicheiros, com a participação de moradores locais e membros da ComCat.

---

<sup>13</sup> Audiência Pública da Comissão de Assuntos Urbanos e da Comissão Especial nº 1525 – Disponível em: <<https://youtu.be/Nwib-mToMHw>> Acesso em: 28 abr. 2022

<sup>14</sup> Apresentação da ComCat na audiência pública para revisão do Plano Diretor Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Disponível em: <[https://youtu.be/ds6BR\\_820AM](https://youtu.be/ds6BR_820AM)> Acesso em: 22 abr. 2022

<sup>15</sup> Comunidade de 52 favelas nas proximidades do morro do Salgueiro

Figura 10 – Oficina sobre o TTC na Comunidade Trapicheiros



Fonte: Comunidades Catalisadoras (2022)<sup>16</sup>

Para o TTC é importante destacar que essa pesquisa não tem o objetivo de esgotar a discussão sobre as ações realizadas pela ComCat a respeito desse assunto, uma vez que esse tipo de projeto, que envolve regulamentação da terra e de moradias, se desenrola através de um processo que pode ser longo e burocrático. Para os objetivos dessa pesquisa, os trabalhos realizados pela ComCat na tentativa de viabilização de TTC em favelas cariocas contribui na medida que estimula o estabelecimento de uma mobilização de moradores dessas localidades, que, além de participar das discussões prévias à implantação de TTC, após também se envolveriam no processo de autogestão desses territórios. Como consequência, o entendimento de morador enquanto pessoa voltada à mobilização, para questões comunitárias, isto é, ativista sob alguma perspectiva, seria fomentado, e a GCD poderia ser estimulada.

### 5.5.2 O RioOnWatch

Outro seguimento e foco de trabalho da ComCat é o *RioOnWatch* (ROW), um site<sup>17</sup> (Figura 11) de publicação de conteúdo com a temática da favela que busca trazer à tona a realidade da vida cotidiana da favela, com todas as suas nuances, de forma a mudar narrativas pré-estabelecidas, principalmente a visão de favela

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/catcomm/52066970453/in/photostream/> Acesso em: 13 mai. 2022

<sup>17</sup> Site do RioOnWatch – disponível pelo link <<https://riononwatch.org.br/>>

enquanto lugar problema, por quem vê a comunidade de fora. Muito mais que um site, o ROW é uma prática de trabalho diária dentro da ComCat, que exerce um papel prévio de pesquisa e produção de conteúdo necessários a serem divulgados.

Figura 11 – Imagem do site da RioOnWatch



Fonte: RioOnWatch (2022)

Criado no ano de 2010, o ROW inicialmente era conhecido como *Olympics Neighborhood Watch* (Comunidades do Rio de Olho nas Olimpíadas) e tinha como objetivo publicar conteúdos denúncia sobre os efeitos causados pela escolha do Rio como sede dos Jogos Olímpicos, em 2016. A partir do sucesso da iniciativa, o projeto se expandiu e passou a englobar outras temáticas. Aqui, o trabalho da ROW pode ser subdividido em dois momentos temporais específicos, que definem as pautas de publicações encontradas. Como já mencionado, entre o ano de 2010 e 2016, o foco editorial foi nas transformações urbanas vivenciadas pelas favelas cariocas no chamado período pré-olímpico. Já a partir do ano 2017, até o presente, a linha de publicações é voltada para a caracterização das favelas enquanto potenciais territórios vibrantes e sustentáveis. Isso vai de encontro ao objetivo 5 do método ComCat, “*Cultura de experimentação e não apego*”, que entendeu a necessidade de mudança de pauta a partir da saturação da proposta inicial.

Assim como o site da iniciativa, e como o todo o processo de divulgação das atividades da ComCat, o ROW possui uma versão em português e uma em inglês, com o intuito de facilitar o acesso do conteúdo para a comunidade internacional. Como premissa, disso, então, surge a necessidade de haver no corpo da equipe da ComCat,

pessoas que trabalhem no processo de tradução dos conteúdos, para que todos sejam divulgados de forma bilíngue. Esse processo de tradução é voluntário na ROW.

Em relação às publicações, a ComCat é aberta à participação da comunidade de forma geral, e possibilita que qualquer pessoa submeta reportagens para serem publicadas no site, desde que sigam as linhas editoriais propostas. Da mesma forma, um morador da comunidade, que possa não possuir habilidade jornalísticas para escrever um editorial, pode contribuir atuando como observador comunitário, através da sugestão de pautas ou denúncias de situações pontuais em seus territórios que possam servir como assunto para uma matéria do site.

Para estimular a participação da comunidade nas publicações da ROW, através dos chamados comunicadores populares, a ComCat oferece remuneração para a publicação de conteúdos inéditos na ROW. Esses recursos são provenientes de doações e das parcerias formadas pelo coletivo.

Em relação às publicações encontradas no site, o objetivo da ComCat na ROW é permitir conteúdo de fácil compreensão e assimilação por leitores, dessa forma são publicados, além textos com linguagem simples, e sempre associados a imagens e infográficos, podcasts e matérias audiovisuais, como foto registros e vídeo reportagens. A respeito dessas mídias visuais, o ROW também administra um canal do Youtube, chamado RioOnWatchTV<sup>18</sup>, no qual divulga todos os conteúdos em vídeo publicados nas matérias do site, além de compartilhar outros conteúdos relacionados aos trabalhos da ComCat. Isso vai de encontro ao atingimento do objetivo 4 do método de ComCat, de *“Documentação Contínua, Análise Situacional e Contextualização”*.

Para facilitar a navegação, o site apresenta subdivisões que agrupam as matérias a partir de temas de interesse e que podem ser facilmente acessados pelo menu principal do site (conforme mostrado na Figura 11). São divididas entre publicações de cunho político, de mobilização social e denúncia, e são setorizadas também por região de comunidades (zona sul, zona norte, zona oeste, centro e grande Rio) e por tipos de conteúdo, como resenhas, podcasts, vídeo reportagens, séries produzidas, entre outros.

Ainda em relação aos conteúdos, a ROW projeta em determinados momentos séries documentais em que um tema central é escolhido para uma série de

---

<sup>18</sup> Canal do RioOnWatchTV no Youtube. Disponível pelo link <<https://www.youtube.com/channel/UC74-qlIB9wFSF59b6LB7nlw>>

publicações a respeito do assunto, em que diversas perspectivas e tipologias de reportagens são produzidas. Como exemplo, pode-se tomar as duas mais recentes séries produzidas, uma sobre justiça energética e outra sobre o antirracismo. Essa última, denominada “Enraizando o Antirracismo nas Favelas: Desconstruindo Narrativas Sociais sobre Racismo no Rio de Janeiro”, reuniu durante todo o ano de 2021 e início de 2022, matérias, ilustrações, vídeos e podcasts, sobre a temática do racismo nas favelas cariocas. Os conteúdos foram na sua maioria realizados por comunicadores negros moradores de favelas no Rio de Janeiro e tinham como base de pensamento a discussão a partir de três eixos de entendimento, memória, atualidade e futuro.

Para envolver a comunidade negra da favela nessa série documental, foram realizadas publicação das narrativas de personagens emblemáticos específicos e o convite para atuar na produção editorial dos conteúdos, como no caso do convite à ilustradores moradores das favelas para desenvolverem as artes utilizadas em cada um dos conteúdos (Figura 12).

Figura 12 – Compilado de Ilustrações feitas por moradores de favelas para a série da RioOnWatch sobre o antirracismo



Fonte: Compilação do autor (2022)<sup>19</sup>

A qualidade do trabalho realizado pela ComCat nessa série documental foi reconhecida internacionalmente, e o projeto foi um dos vencedores do prêmio The

<sup>19</sup> Montagem a partir de imagens coletadas nas páginas do site do RioOnWatch. Disponíveis em: <[https://rioonwatch.org.br/?page\\_id=57426](https://rioonwatch.org.br/?page_id=57426)> Acesso em: 28 abr. 2022

Anthem Awards 2022, que premia pessoas e iniciativas que se destacam no estabelecimento de propostas e trabalhos que fomentam o surgimento de vozes potentes para a realização de mudanças globais, na categoria Diversidade, Equidade e Inclusão, entre os melhores programas de conscientização local.

### **5.5.3 A Rede Favela Sustentável**

A Rede Favela Sustentável (RFS) é um dos eixos de atuação da ComCat que tem como principal objetivo trazer à luz a favela como território potente no que diz respeito à resiliência e à sustentabilidade. A proposta desse pilar é atuar na formação de uma rede real de troca de conhecimento e apoio entre as comunidades, tendo a ComCat como ponto de interseção, no intuito de promover apoio mútuo entre elas e desenvolverem ações conjuntas entre as favelas na promoção da sustentabilidade ambiente e da resiliência social. Em suma, a proposta é entender o conjunto de favelas cariocas como uma rede onde as trocas de experiência e ajuda possam se configurar como elemento promotor de sustentabilidade.

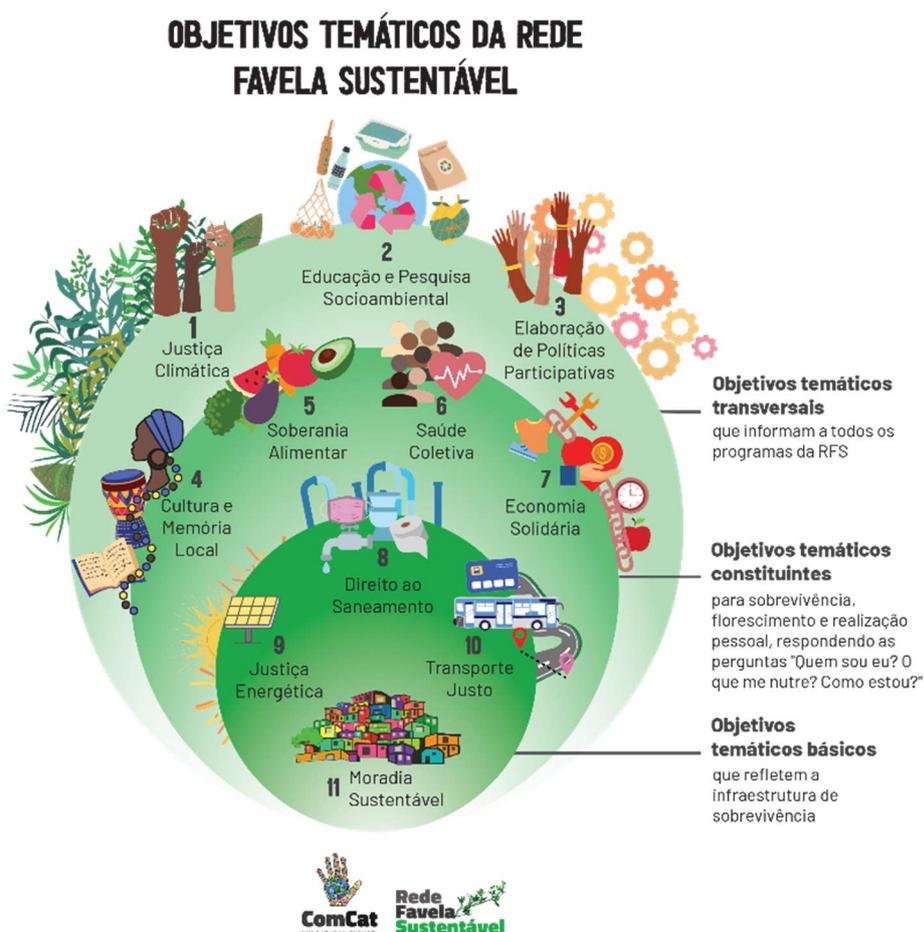
O trabalho realizado por esse eixo assume propostas tanto de caráter prático, na realização de atividades e oficinas dentro e para a comunidade, quanto formativo, com a realização de encontros e reuniões para discutir a questão da sustentabilidade e como ela pode ser ampliada dentro das favelas. Nessa perspectiva, o trabalho da ComCat, assim como no caso do TTC, se divide em grupos de trabalho que focam em temáticas específicas, uma vez que o assunto da sustentabilidade pode atingir uma quantidade grande de assuntos de interesse. Esses grupos são formados tanto por membros da equipe organizacional da ComCat, como por moradores representantes das próprias comunidades, principalmente aqueles que já participam de algum movimento ou atividade em curso, de acordo com o direcionamento que a ação em que trabalham se destina.

Para compreender melhor esses grupos de trabalhos definidos, a ComCat estabeleceu um conjunto de 11 objetivos, agrupados sobre 3 grandes áreas temáticas: “transversais”, que capacitam a todas as atividades da RFS; “constituintes”, que envolvem o fortalecimento e desenvolvimento pessoal do morador; e “básicas”, que dizem respeito à infraestrutura de sobrevivência necessária. Todos eles estão

apresentados na Figura 13. Para cada um desses objetivos, um grupo de trabalho é estabelecido.

É importante considerar aqui que o trabalho desses grupos não pode ser entendido como ações isoladas dentro das comunidades e que tratam apenas de assuntos específicos a respeito da temática de interesse de cada um, uma vez que esses tópicos de sustentabilidade se interligam em alguma maneira em cada favela onde serão aplicados. Assim, a conexão entre esses grupos de trabalho, bem como ações conjuntas estabelecidas, são necessárias para garantir de fato a promoção de sustentabilidade e trabalho em rede nessas comunidades. Ainda que isolados para um melhor entendimento da proposta estabelecida, é importante o cuidado ao entender a necessidade de análise conjunta desses objetivos.

Figura 13 – Objetivos temáticos definido para a Rede Favela Sustentável



Fonte: Comunidades Catalisadoras (2022)<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Disponível em: < <https://comcat.org/rfs/> Acesso em: 25 abr. 2022

A partir dessa separação em áreas temáticas é possível verificar que o trabalho da RFS engloba desde a preocupação com os processos de capacitação, passa por questão pessoais de cada morador e chega na infraestrutura do coletivo. As imagens 14 a 16 a seguir exemplificam ações estabelecidas em cada um desses níveis.

Figura 14 – Embrapa Solos em palestra sobre inovação para a sustentabilidade da agricultura



Fonte: RioOnWatch (2022)<sup>21</sup>

Figura 15 – Favela Cineclube no Morro da Providência e Morro do Pinto



Fonte: RioOnWatch (2022)<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> <sup>22</sup> Disponível em < <https://rioonwatch.org.br/?p=60573> > Acesso em: 25 abr. 2022

Figura 16 – Projeto Revolusolar



Fonte: RioOnWatch (2022)<sup>23</sup>

A figura 14 representa uma ação de educação ecológica social realizado pela Embrapa Solos junto às escolas das comunidades da Babilônia, Chapéu Mangueira, Rocinha, Santa Marta, e quilombos da Pedra Branca e se enquadra no objetivo 2, “*Educação e Pesquisa Socioambiental*”, da área temática transversal. A figura 15, por sua vez, traz um exemplo do objetivo 7, “*Cultura, Memória e Local*”, da temática constituinte, e representa a importância das ações de caráter cultural na formação do caráter cidadão do indivíduo. Já a figura 16, traz a “*Justiça Energética*”, o objetivo 9 da temática básica, demonstrando a importância de ações que visem infraestrutura básica para os moradores, nesse caso a necessidade de energia elétrica. É importante ressaltar aqui que essas iniciativas exemplificam bem o tópico 2 dos objetivos definidos pelo método de trabalho da ComCat, isto é, “*Foco em Ações de Iniciativa Local, Aprendizado Mútuo e Confiança*”.

Aqui cabe notar que as ações propostas pela RFS não visam apenas a execução de tarefas pontuais de solução de problemas dentro das comunidades, e envolvem também atividades de caráter lúdico e educativo, ao entender que formar cidadãos com consciência política voltada para a sustentabilidade é igualmente importante.

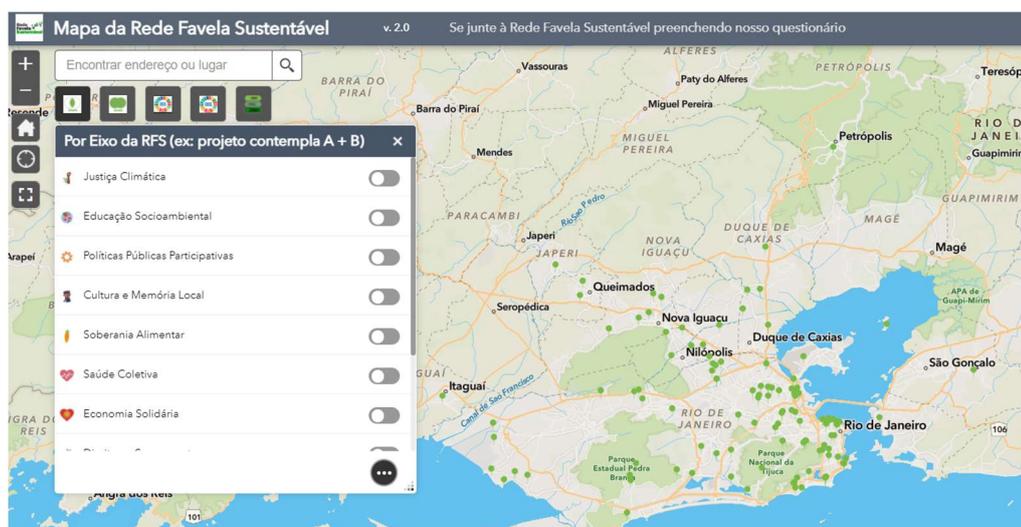
De forma prática, para atingir esses objetivos, a RFS busca: reconhecer e mapear iniciativas existentes, bem como suas características, que envolvam ações de caráter sustentável e resiliente no que diz respeito à esfera socioambiental; colocar em evidência e trazer visibilidade para estas iniciativas; estabelecer redes de troca de

<sup>23</sup> Disponível em < <https://rioonwatch.org.br/?p=60573> > Acesso em: 25 abr. 2022

conhecimentos, estratégias e informações entre essas organizações; promover capacitação e estabelecer parcerias para o fortalecimento da rede; e ampliar este debate para além da cidade do Rio de Janeiro.

Para permitir isso, a ComCat, em parceria com a Pomona College (EUA) e com o apoio da Fundação Heinrich Böll Brasil, desenvolveu o Mapa da Rede Favela Sustentável, que teve sua última versão atualizada no ano de 2022. O mapa (Figura 17) é uma ferramenta online<sup>24</sup> que mapeia todas as iniciativas em curso na RFS. Identificadas espacialmente, é possível selecionar cada uma das iniciativas e obter informações sobre a localização, tipo de trabalho, missão, fase de implantação e informação de contato dos líderes comunitários responsáveis. É possível filtrar as iniciativas por área de interesse, para facilitar a localização de determinadas atividades.

Figura 17 – Captura de tela Mapa da Rede Favela Sustentável



Fonte: Plataforma do Mapa da Rede Favela Sustentável (2022)<sup>25</sup>

Um ponto importante a ser considerado é que esse conjunto de ações encontrados no Mapa da Rede Favela Sustentável não representam apenas situações que são propostas e executadas pela ComCat, uma vez que há a possibilidade de inserção de atividades promovidas por diferentes atores nas comunidades. O projeto Revolusolar, por exemplo, mostrado na figura 16, representa um projeto que não é promovido pela ComCat, mas está inserido no mapeamento da RFS. O mapa

<sup>24</sup> Plataforma do Mapa da Rede Favela Sustentável – disponível pelo link <<https://arcg.is/01f8z0>>

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://arcg.is/01f8z0>> Acesso em: 01 mai. 2022

fornecido entra com o intuito de localizar cada uma dessas ações em território carioca, de forma a permitir a troca de informações com as favelas, em forma de rede.

Para finalizar a discussão a respeito da RFS, é importante considerar que a pandemia de covid-19 impactou severamente as atividades desse eixo da ComCat. Se, para o ROW e para o TTC, a transposição do meio físico para o virtual, mesmo com suas devidas dificuldades, foi algo possível, para o caso da RFS isso se configurou com um grande desafio, uma vez que boa parte das iniciativas eram de caráter prático dentro das comunidades. As reuniões de formação e organização com líderes comunitários puderam ser realizadas através de vídeo conferências, mas muitos projetos precisaram ser paralisados durante a pandemia, tendo voltado aos poucos a partir do final de 2021.

A partir desse cenário é importante entender que isso não significa que as atividades da RFS pararam por completo durante o período mais crítico da pandemia, uma vez que novas demandas, advindas da disseminação da doença nas favelas e das restrições à circulação, foram estabelecidas. De fato, várias iniciativas de arrecadação de alimentos e insumos necessários às famílias mais carentes tiveram início nesse período. Outra atividade realizada foi a criação de sistemas de monitoramento da doença nas favelas, e serviram de base para o surgimento do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, objeto de interesse desta pesquisa.

A partir do entendimento geral sobre cada um dos três grandes eixos de trabalho da ComCat, isto é, o ROW, o TTC e a RFS, é possível verificar como os três estão interligados, na medida em que a RFS atua no sentido do desenvolvimento sustentável das favelas, que se insere como ponto partida para o TTC, uma vez que uma comunidade sustentavelmente equilibrada pode permitir maior facilidade de autogestão e, por consequência, facilitar a implantação de TTC. O ROW, por sua vez, é o responsável pela divulgação de conteúdo referentes a ambos, utilizados tanto para a promoção das atividades quanto em caráter formativo.

Assim como já mencionado para o TTC, é importante destacar que esses três eixos ainda possuem uma grande quantidade de conteúdo para serem analisados, e cada um, por si só, poderia ser objeto de análise de uma pesquisa específica. Portanto, não se pretende aqui esgotar a discussão sobre os três, e sim se buscar traçar um panorama geral sobre todos para entender como o cotidiano da ComCat é estabelecido a partir deles. A partir desse entendimento, a próxima etapa dessa

pesquisa visa analisar como é a realizada a manutenção da ComCat, tanto na gestão de recursos financeiros, quanto de pessoas.

## 5.6 COMCAT – ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Para entender o cotidiano da ComCat e como mantém o coletivo em funcionamento ao longo de mais de 20 anos de história é preciso compreender que esse contexto envolve tanto tópicos de gestão de recursos financeiros e insumos quanto de pessoas.

No que diz respeito à forma de manutenção e sustentação da ComCat enquanto organização social atuante nas favelas é necessário entender que o trabalho realizado abrange, sob algum aspecto, muitas comunidades cariocas, e por consequência, muitos habitantes dessas localidades. Como resultado disso, essa ampla abrangência territorial que envolve realidades diferentes e complexas, que variam em necessidade, quantidade e urgência, de uma favela para outra, a quantidade e tipo de trabalho realizado ao longo da existência da ComCat se apresenta em número significativo e demanda recursos para serem realizados, tanto financeiro quanto humanos.

Para conseguir atender a todas as necessidades, a equipe de trabalho da ComCat conta atualmente com 28 membros que são responsáveis pela gestão do próprio coletivo e pela definição e escopo das atividades propostas. Esse grupo é formado por homens e mulheres, moradores das comunidades ou não, com formações diversas (arquitetos, advogados, administradores etc.), mas com algum foco de atuação atual voltado para o planejamento urbano, e pode ser considerado como o corpo organizacional da ComCat. Eles se dividem em grupos de trabalho direcionados para cada um dos grandes eixos da ComCat, isto é, ROW, RFS e TTC, e, mais recentemente, também passaram a se dedicar ao Painel Unificador Covid-19 nas Favelas. Para que esse grupo consiga atender a todas as demandas, podem ser considerados como agentes mobilizadores nas comunidades, uma vez que buscam estabelecer (ou reafirmar) pontos de lideranças comunitárias, através de trabalhos de capacitação, que possam atuar de forma independente dentro das favelas, tendo a ComCat sempre como suporte para as ações desenvolvidas. Esse é o caso, por exemplo, dos trabalhos realizados pela equipe do TTC junto à comunidade de Trapicheiros, no qual a ComCat trabalhou inicialmente com a associação de

moradores locais que passou a atuar sozinha para a consolidação do TTC no seu território, e tem a ComCat como ponto de apoio.

Para garantir a estrutura necessária para suas atividades a ComCat se utiliza de diferentes estratégias de captação de recursos financeiros e que variam conforme o tipo de necessidade que é apresentada em determinado momento. Uma das formas de captação encontrada é através de campanha permanente de arrecadação através de doação. Por meio de link<sup>26</sup> encontrado no site do coletivo é possível realizar doação em dinheiro para a ComCat. Outra forma de arrecadação é através da realização de parcerias com outras instituições, nacionais e internacionais, que apoiem e fomentem as ações propostas pela ComCat. De fato, essa última se apresenta de forma preponderante dentro do coletivo e o trabalho para firmar parcerias existentes e estabelecer novas é atividade permanente para eles. Isso, a partir do objetivo 6 do método ComCat, no estabelecimento de “*Metodologias de Rede*”.

Nesse contexto é importante entender que uma das formas de trabalho da ComCat é estender a realidade das favelas para além de seus próprios territórios e o trabalho de divulgação de conteúdos relacionados a ela se dá de forma extensa, principalmente através das matérias publicadas pela ROW, e republicadas em suas redes sociais, com alta periodicidade, o que faz com que novos conteúdos sejam sempre publicados e que deixem sempre o coletivo em evidência. Associado a isso, ainda, o fato do entendimento por parte do coletivo que parcerias internacionais podem contribuir com o trabalho realizado de forma significativa, e partir da própria experiência estrangeira de alguns dos membros que compõem a equipe, a publicação de todos os conteúdos da ROW também em língua inglesa permite que esses conteúdos sejam disponibilizados e consumidos de forma imediata por esses parceiros de fora do Brasil.

De fato, a publicação recorrente de histórias sobre narrativas comunitárias que visam desconstruir preceitos estabelecidos sobre esses territórios, e a disponibilização desses conteúdos de forma bilingue trouxe visibilidade internacional para a ComCat e se configurou com um facilitador para o estabelecimento de novas parcerias. Esse reconhecimento internacional pode ser tomado como exemplo através do convite de membros do coletivo para participação numa série de vídeos publicados

---

<sup>26</sup>Link para doação disponível em:

<[https://www.catarse.me/catalisandocomunidades?ref=ctrse\\_embed&utm\\_campaign=embed\\_permalink&utm\\_content=thumb&utm\\_medium=embed&utm\\_source=comcat.org](https://www.catarse.me/catalisandocomunidades?ref=ctrse_embed&utm_campaign=embed_permalink&utm_content=thumb&utm_medium=embed&utm_source=comcat.org)>

pela Norman Foster Foudation<sup>27</sup>, importante associação internacional com viés arquitetônico urbanista que tem como objetivo articular diferentes disciplinas a discutir a problemática do urbano e suas diferentes perspectivas ao longo do planeta, em que foi possível discutir a realidade e complexidade das favelas cariocas bem como apresentar os eixos de trabalho desenvolvidos pela ComCat<sup>28</sup>.

É importante considerar aqui a divulgação desse tipo de conteúdo em plataformas internacionais por si só não é responsável por trazer de forma efetiva recursos para o coletivo, mas a visibilidade gerada para a problemática das favelas, sobretudo num momento em que a discussão sobre a informalidade urbana, principalmente no sul global, ganha destaque nos debates sobre o tema, se configura como um facilitador no estabelecimento de parcerias. Outro exemplo pode ser tomado através da parceria da ComCat com a Pratt Institute, que possibilitou um intercâmbio com a instituição norte americana em 2019, na qual não apenas membros ativos da ComCat participaram num painel de discussão sobre planejamento urbano em Nova Iorque<sup>29</sup>, como também membros das favelas puderam partilhar suas narrativas com planejadores urbanos de todo o mundo (Figura 18).

Figura 18 – Intercâmbio ComCat e Pratt Institute (EUA) (2019)



Fonte: Página do Facebook da ComCat<sup>30</sup>

<sup>27</sup> Norman Foster Fondation – Disponível em: <<https://www.normanfosterfoundation.org>>

<sup>28</sup> Vídeo disponível pelo link <<https://youtu.be/yw2RxD6dLqY>>. Acesso em: 28 abr. 2022

<sup>29</sup> Planners Network NYC, realizada em Nova Iorque na edição de 2019.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComCat/>>. Acesso em: 18 abr. 2022

É importante entender que os recursos captados através das campanhas de doação e das parcerias estabelecidas não são utilizados de forma exclusiva para a concretização de atividades práticas dentro das favelas do Rio de Janeiro. Como já discutido, o trabalho de divulgação de conteúdo e promoção de discussão sobre os temas elencados é um dos principais pontos de atuação da ComCat e um investimento para que esse conteúdo seja apresentado de forma atrativa e principalmente didática é realizado por eles. Dessa forma, ainda que boa parte dos materiais de divulgação sejam obtidos de forma voluntária, a produção e divulgação desses conteúdos envolve custo financeiro que precisa ser financiado pelo coletivo.

Associada a essa questão da produção de conteúdo jornalístico de denúncia e divulgação, a gestão de recursos também envolve o trabalho constante de capacitação e encontros comunitários que são realizados dentro das favelas com o intuito de discutir determinadas problemáticas com os moradores, tanto em caráter informativo, para apresentar e capacitar sobre algum assunto de interesse, quanto com o objetivo de ampliar a participação desses cidadãos dentro das atividades propostas. Esse tipo de atividade ocorre sobretudo sobre as linhas da atuação da RFS e do TTC, no qual o primeiro discute a prática de ações sustentáveis nas comunidades e o segundo busca destrinchar o conceito de propriedade da terra junto aos moradores. As Figuras 19 e 20 apresentam essas duas atividades.

Figura 19 – Oficina Comunitária na comunidade Barrinha sobre o TTC (agosto 2018)



Fonte: Página do Facebook da ComCat<sup>31</sup>

<sup>31</sup> <sup>32</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComCat/>>. Acesso em: 18 abr. 2022

Figura 20 – 1º Encontro geral RFS (dezembro 2018)



Fonte: Página do Facebook da ComCat<sup>32</sup>

Enquanto a primeira (Figura 19) apresenta um conjunto de reuniões realizadas em diferentes comunidades com o objetivo de discutir as propostas do TTC, através da participação de uma delegação de Porto Rico, que veio apresentar um exemplo de TTC aplicado aos moradores, a segunda (Figura 20) representa um encontro geral realizado pelo RFS que reuniu desde participantes ativos dos grupos de trabalho existentes até moradores interessados em entender as propostas apresentadas. Cada qual com sua proposta diferente, o primeiro através de reunião mais simples e com características de informalidade, que de certa forma acolhe o morador e facilita sua inserção na discussão do assunto, e o segundo um evento mais expressivo e formalmente organizado, envolvem gestão de custos que precisam ser geridos pela ComCat.

Ademais dessas formas apresentadas de captação de recursos financeiros, é importante ponderar que algumas atividades desempenhadas pelo coletivo envolvem além dinheiro outras formas de insumo necessários, bem como de mão obra humana para desenvolver os trabalhos. A depender da demanda estabelecida em uma ação específica dentro de uma favela, ou até mesmo a partir de um conjunto de atividades pensadas dentro dos eixos de divulgação de conteúdo, como nas publicações da

---

ROW, os recursos necessários são estabelecidos e uma proposta de captação é definida.

Sobretudo nas atividades propostas pela RFS, quando da execução de atividades pontuais de solução de determinada demanda, a captação de recursos é fomentada através do coletivo para os próprios moradores, que se mobilizam para adquirir materiais e itens necessários para concretizar as atividades propostas. A Figura 21 apresenta um exemplo desse tipo de mobilização.

Figura 21 – Oficina Comunitária na comunidade Pedra do Sapo (março 2020)



Fonte: Página do Facebook da ComCat<sup>33</sup>

A Figura 21 apresenta uma das atividades desenvolvidas pela RFS que consistiu na criação de um Eco Ponto de captação de resíduos sólidos na comunidade Pedra do Sapo, no Complexo do Alemão. Para essa situação, o esforço demandado pela atividade envolveu majoritariamente o uso de insumos e materiais, a descrever, sacos plásticos e paletes de madeira, adquiridos pelo próprio grupo que desenvolveu a criação desse ponto de separação de recursos dentro da comunidade. Ali, o uso de recurso humano por parte da ComCat se estabeleceu no sentido organizacional da atividade, uma vez que a proposta partiu dos próprios moradores, que inclusive fariam a gestão do local durante seu funcionamento.

O que se coloca aqui, a partir da apresentação dessas diferentes perspectivas de formas de atuação, isto é, seja em caráter educativo, através de encontros e

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComCat/>>. Acesso em: 18 abr. 2022

formações, seja através de jornalismo e divulgação de conteúdo, ou ainda pelas ações pontuais de realização de atividades práticas dentro das comunidades, é que cada qual demandam diferentes tipos de recursos para que suas atividades possam ser estabelecidas.

Ainda sobre esse contexto de gestão de recursos e pessoas é importante destacar que, assim como diversos outros setores das sociedades, a pandemia de covid-19 afetou de alguma forma o trabalho desenvolvido pela ComCat. Ainda que durante a pandemia o trabalho não tenha sido interrompido, algumas atividades precisaram ser adaptadas à nova realidade imposta pelo cenário pandêmico. Se os encontros presenciais eram uma realidade constante para o coletivo, seja para reuniões, seja para realização de trabalhos pontuais, durante o período mais crítico da pandemia, além do foco de atenção das ações ter sido direcionado para o combate da doença e minimização dos seus efeitos, a forma de atuação precisou ser adaptada e a organização do trabalho se deu majoritariamente de forma virtual.

É interessante notar que a experiência do coletivo com o trabalho de divulgação de conteúdo na ROW, que por essência se configura como uma forma de ativismo em meio digital, ajudou na adaptação necessária à nova modalidade de trabalho imposta pela Covid-19. Assim, os encontros presenciais agora acontecem através de vídeo conferências, o que possibilitou uma ampliação das temáticas e reuniões de discussão, uma vez que a organização desse tipo de encontro é facilitada.

Aqui cabe um adendo sobre a questão da migração do ativismo do meio físico para o meio digital. Se, durante o período crítico da pandemia, quando estavam em vigor medidas severas de restrição de circulação de pessoas e quando o distanciamento social era o único meio de controle da doença, essa nova modalidade se apresentou como mandatória naquele momento, após a flexibilização das medidas de controle e possibilidade, ainda que com restrição, da reunião de pessoas, o modelo virtual ainda foi mantido. Ao tratar da problemática das favelas a questão do déficit de infraestrutura ainda é assunto recorrente nas rodas de discussão e o acesso à internet a até mesmo a aparelhos celulares ou computadores ainda não é garantido à totalidade da população das comunidades cariocas. De fato, segundo levantamento do DataFavela, em 2020, cerca de 34% dos alunos moradores de favelas brasileiras não conseguiram estudar por falta de acesso à internet (ALFANO, 2020). Ainda que esse dado não seja específico de favelas cariocas e que retratem à questão da

temática do acesso à educação durante a pandemia, eles podem ser estendidos às favelas de uma forma geral, demonstrando que o acesso à internet ainda não é universal.

Não se pretende aqui colocar que o ativismo em meio digital se apresenta como um problema na forma de trabalho da ComCat, apenas se busca discutir que o acesso à internet precisa sempre estar em discussão de forma a garantir que o ativismo atinja a todos os moradores das favelas.

## 5.7 O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DA COMCAT

Ainda no que diz respeito ao processo de organização da ComCat para o desenvolvimento das ações propostas pelo coletivo, é preciso considerar que o trabalho é designado para atender a todas às favelas da cidade do Rio de Janeiro, fato que esse que, pelo grande número de comunidades existentes, já torna o trabalho da ComCat especialmente de grande abrangência. A partir disso é preciso considerar que as ações práticas propostas não se apresentam de forma regular e iguais em todas as favelas, sendo cada tipologia de atuação desenhada para atender demandas de cada localidade. Se as publicações do ROW visam trazer um panorama completo sobre a questão das favelas, as atuações do RFS e do TTC acabam possuindo alguma especificidade e variam de comunidade para comunidade. De fato, para o RFS, a despeito de toda uma discussão envolvendo o caráter sustentável e potencial encontrado nas favelas, solicitações para solução de determinada necessidade se configuram entre as atividades desempenhadas, como no caso da revitalização do sítio arqueológico, do espaço cultural e da horta comunitária realizada no Quilombo do Camorim, em Jacarepaguá, no ano de 2019, numa atuação específica para aquela comunidade.

Como resultado disso, o surgimento de necessidades pontuais para cada comunidade, seja pelo RFS, ou pelo TTC que precisa realizar seu planejamento a partir da realidade encontrada em cada favela, faz com que os trabalhos desenvolvidos pela ComCat sejam grandes tanto em número, quanto em abrangência espacial. Para permitir essa demanda a ComCat trabalha com a formação de uma rede de apoio, na qual utiliza sua estrutura humana de mobilizadores num formato de processo organizacional, no qual as atividades são em sua maioria executadas a partir

do estabelecimento de parcerias e convites para outros coletivos e organizações, muitas vezes provenientes das próprias comunidades.

Essa atuação pontual realizada no Quilombo do Camorim, exibida na Figura 22, pode ajudar a entender também esse processo de organização. Para atender essa demanda, promovida pela ComCat, foram convidados para atuar pessoas representantes de outras organizações, a saber, coletivos Pretas Pinta Preta, Planta na Rua RJ e Engenheiros Sem Fronteiras-Brasil. Dessa forma, para a ComCat, além da presença atuante na ação prática, é delegada, sobretudo, a etapa organizacional do processo, desde o planejamento até a execução.

Figura 22 – Oficina Comunitária no Quilombo do Camorim (2019)



Fonte: Página do Facebook da ComCat<sup>34</sup>

## 5.8 A QUESTÃO DA VISIBILIDADE DO COLETIVO

Ainda sobre a questão da visibilidade sobre os trabalhos realizados pelo coletivo, a ComCat entende a importância de colocar suas ações e ideias em evidência tanto na mídia usual quanto nas publicações acadêmicas como forma de permitir e facilitar o estabelecimento de parcerias para fomentar seus projetos. Assim, tanto no próprio site, conforme pode ser observado na Figura 23, como em eventos promovidos pelo grupo (seminários, *lives*, reuniões etc.), o coletivo sempre procura evidenciar menções e publicações sobre a ComCat nos diversos canais disponíveis.

<sup>34</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/ComCat/>>. Acesso em: 18 abr. 2022

Figura 23 – Captura de tela do site da ComCat com as publicações referentes a menções na mídia



Fonte: Captura de tela do site da ComCat

Para o ano de 2021, a ComCat listou 61 menções na mídia sobre seus trabalhos, tanto estrangeiras quanto brasileiras, e essa listagem é realizada desde seu surgimento, em 2001. Sempre que disponível, o link para consultar o conteúdo dessas publicações está disponível nessa listagem. É interessante notar que o ano com o maior número de publicações é o ano de 2016, no qual foram contabilizadas 112 menções, sendo a maioria de publicações internacionais (101). Isso pode ser explicado por dois fatores: primeiro pelo fato de o Rio de Janeiro ter sediado os Jogos Olímpicos nesse ano e, por consequência, ter se tornado foco da atenção mundial, inclusive para a questão da problemática das favelas; e segundo pelo fato de a confirmação da cidade como sede dos jogos terem mudado o foco de trabalho do coletivo no ano de 2009, por já entender que essa escolha poderia trazer consequências negativas para as favelas. Os trabalhos realizados desde então, ganharam evidência na proximidade do evento.

Mais uma vez é importante ressaltar que a divulgação do seu conteúdo é grande importância para a ComCat e as publicações da ROW são republicadas em todos os canais de comunicação do coletivo, como as redes sociais, no próprio site e em sites complementares, como no caso do TTC. Seguindo nessa linha, o próprio site do ROW estimula que seus conteúdos sejam compartilhados em outras páginas, desde que apresentando as devidas referências à ComCat. Esse compartilhamento,

no caso de site sem fins lucrativos é permitido de forma gratuita. Já nos sites em que há pretensões de lucro, a republicação só é permitida, segundo a política de proteção de conteúdo, a partir do pagamento de uma taxa de contribuição, que é revertida para a próprio ROW.

## 5.9 A GCD NA COMCAT – PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS

A análise da GCD nas ações da ComCat, baseadas no trabalho realizado no Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, será apresentada a partir de informações disponibilizadas na própria plataforma do Painel<sup>35</sup>, que disponibiliza todos os dados coletados, de forma organizada e sistematizada, e a partir o conjunto de informações obtidas junto à ComCat através da coleta de conteúdo sobre o painel em suas páginas de divulgação e em eventos online sobre ele, através de 4 coletivas de imprensa e dois seminários (realizados em 2020 e 2021), disponibilizados no canal do Youtube “RioOnWatchTV”<sup>36</sup>.

### 5.9.1 A problemática da covid-19 nas favelas cariocas

Para iniciar a descrição e posterior análise do Painel Unificador Covid-19 nas favelas é importante entender como a pandemia se constituiu nesses territórios e como o trabalho dos coletivos e grupos se mostrou necessário na luta contra a doença, sobretudo a partir da omissão da ação do estado.

Estudos e monitoramentos recentes feitos pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) nas favelas da cidade do Rio de Janeiro, iniciados ainda em 2020, sobretudo a partir do relato dos moradores dessas comunidades, demonstram que esses territórios estão suscetíveis a maiores impactos advindos da pandemia de covid-19, e que tais impactos são tão maiores quanto mais pobre é esse território e quanto menos atenção, e conseqüentemente estrutura, proveniente da atenção do Estado é encontrado nessas porções territoriais. De fato, segundo um levantamento realizado em julho de 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para as mortes registradas na cidade do Rio de Janeiro, a grande maioria se concentra nos

---

<sup>35</sup>Painel Unificador Covid-19 nas favelas, disponível pelo link <<http://www.favela.info>>

<sup>36</sup> Coletivas de Imprensa e seminários sobre Painel Unificador disponíveis pelo link: <[https://www.youtube.com/watch?v=UFiY0Ihu9E8&list=PLA9xC\\_xNGPz6JyeAbXsLNjoFjHcHGhkWQ](https://www.youtube.com/watch?v=UFiY0Ihu9E8&list=PLA9xC_xNGPz6JyeAbXsLNjoFjHcHGhkWQ)>

bairros mais pobres da cidade, informação essa reforçada por estudos realizados na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), que apontam que para essas regiões a taxa de letalidade, àquela época, poderia chegar a cerca de 60% (EVANGELISTA, 2020). Trabalhos desenvolvidos pelo LabCidade (2022), com foco maior nos efeitos da pandemia em favelas de São Paulo, mas que podem ser tomados como exemplo, visto às semelhanças observadas entre as favelas das duas cidades, também apontaram que as mortes em comunidades são mais expressivas. Segundo os dados obtidos, o número de óbitos nas áreas mais pobres foram 7% maior quando comparados à média da cidade, sendo esse número ainda maior quando colocado ao lado do percentual observado para os bairros mais ricos da cidade.

No que diz respeito ao impacto das ações dos governos municipal e estadual nas favelas cariocas, é importante considerar que ainda que haja grandes lacunas a serem preenchidas para garantir proteção e assistência as populações em situação de vulnerabilidade nesses territórios durante a pandemia, algumas ações se configuraram como importantes na busca por esse objetivo. Ainda que a atuação de forma direta nesses territórios careça de maior atenção e que ações de caráter estruturante de garantia de acessos a infraestruturas básicas estejam longe de se concretizar, algumas ações de destinação de recursos para o enfrentamento da pandemia em favelas foram realizadas. Como exemplo pode-se tomar a Lei nº 8.972/2020, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que visava o desenvolvimento do Plano de Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas, através do estabelecimento de soluções nas áreas da saúde e assistência social, e destinou uma quantia de 20 milhões de reais à Fiocruz. Essa quantia foi utilizada pelo instituto na abertura de editais para ONGs e movimentos com projetos de atuação diretamente dentro de favelas (ROSA, 2021).

Já no que diz respeito à essa atuação por parte do governo municipal do Rio de Janeiro, as políticas públicas definidas não atingiram de forma expressiva o resultado esperado (FIOCRUZ, 2020b). A Lei nº 6.760/2020, que dispõe sobre a criação de Programa Emergencial de Combate ao Coronavírus nas Favelas e Comunidades durante a pandemia do novo coronavírus, estabeleceu apenas diretrizes gerais acerca da atuação do poder municipal dentro das favelas (RIO DE JANEIRO, 2020), nas quais se estabelecem garantias e direitos mínimos necessários, sem definir, contudo, ações efetivas para alcançar esses objetivos.

Nessa perspectiva de atuação do poder público é importante considerar que o cenário político vigente é capaz de atingir os territórios de favelas. Ainda que a pandemia tenha trazido à tona e agravado ainda mais a questão da desigualdade social e vulnerabilidade nas comunidades, atuações conjuntas do governo municipal e estadual foram poucas e quase nulas (FIOCRUZ, 2020b).

Um dos grandes entraves vivenciados pelos moradores de favelas e que trouxe maior dificuldade para o enfrentamento da pandemia nesses territórios foi a quase total impossibilidade de realizar o distanciamento físico entre os moradores, sobretudo devido às condições físicas, estruturais e geográficas das favelas (FIOCRUZ, 2020b).

Ainda que a pandemia de covid-19 se configure como um evento recente na história, o histórico de construção e luta social das comunidades pobres de periferia e favela já apontavam que esses territórios sofreriam os impactos em proporções ampliadas. Na tentativa de buscar apresentar e entender a realidade da pandemia de covid-19 nas favelas cariocas, a partir da deficiência na apresentação de dados oficiais que incluíam esses territórios, e que apresentassem de forma eficiente números e cenários da pandemia nesses territórios, coletivos e organizações das próprias comunidades, ou que atuam dentro delas, desenvolveram técnicas de monitoramento do real impacto da doença nas favelas (FIOCRUZ, 2020a).

Sônia Fleury (2020) faz uma análise interessante do impacto da pandemia de covid-19 ao discutir sobre o que ela de chama de “questão social”, que se constitui como um tipo de problema que diz respeito à população, ou a uma parcela dela, e que coloca em risco a própria organização social, a depender da força com que se apresenta, ao indicar que o estabelecimento de cenários pandêmicos trazem à tona questões sociais e que, no caso específico da covid-19, duas dessas questões se escancararam a partir dos territórios mais pobres das cidades, que são os casos da miséria e da pobreza. A atual pandemia de covid-19, segundo a autora, traz à luz uma parcela da população considerada pelos economistas como “invisíveis” e que transformaram essa questão social numa necessidade de política, nesse caso com o estabelecimento de políticas públicas que visassem minimizar os impactos recorrentes da pandemia, como o caso do auxílio emergência, que se configurou como medida de solução temporária e com grandes entraves políticos.

O grande problema da atuação governamental nesse cenário é que o acesso à essas soluções emergenciais não estão ao alcance de todos e é a parcela mais

vulnerável da população, incluído aqui aquelas moradoras de favelas, que fica excluída das ações estabelecidas. A partir dessa perspectiva, então, é importante entender que, segundo o entendimento de Fleury (2020), as questões sociais são responsáveis pelo estabelecimento de mobilizações que visem buscar respostas às demandas apresentadas. Para o caso das favelas, além da ação partindo do Estado, as mobilizações incluem o trabalho da própria sociedade civil, que busca preencher as muitas lacunas de onde as ações estatais não atingem.

Retomando a ideia apresentada por Fleury (2020) de favela enquanto questão social é importante considerar que esse cenário deve ser entendido em todos os tempos a partir de um determinado evento considerado, isto é, antes, durante e depois, de forma sempre presente para que o problema esteja sempre em evidência, se apresentando como um incômodo social, para que a busca por soluções seja constante. Essa ideia, no entanto, não é a realidade do problema social das favelas cariocas. A questão da problemática estabelecida por determinada situação ou cenário em territórios socialmente invisibilizados tende a assumir um ápice de atenção em certo espaço temporal, momento esse que a agenda pública tende a colocar a favela como ponto de atenção, mas que perde força ao longo do desenrolar do processo. Consequentemente, a atenção do poder público também se esvai.

Para a pandemia de covid-19, isso não seria diferente. É sob essa perspectiva, então que o trabalho dos movimentos, coletivos e demais organizações que trabalham pelas causas das favelas precisam constantemente se reorganizar e trazer criatividade às suas ações, uma vez que necessitam sempre trazer sua causa em evidência, na busca da consolidação de políticas públicas efetivas (FIOCRUZ, 2020b). Aqui, o trabalho desenvolvido pelo LabCidade, sobre coletivos que atuam dentro de comunidades, se encaixa perfeitamente para o caso das favelas cariocas. Para Rolnik, Marino e Brito (2020):

“[...] iniciativas autogestionadas que dão respostas às necessidades específicas de cada local, principalmente por conhecerem profundamente cada local, cada família, cada quebrada, cada necessidade e, portanto, entenderem o que são as necessidades prioritárias, [...] têm uma capacidade muito importante de capilarização e de leitura de realidade, captando aspectos invisíveis, ou simplesmente ignorados pelo poder público. Elas (as iniciativas) demonstram a importância da autogestão e da participação direta dos sujeitos na definição das estratégias e formas de ação das políticas públicas.”

É nessa perspectiva, então, que o Painel Unificador Covid-19 é criado.

### **5.9.2 Histórico e antecedentes e criação do painel**

Desde o estabelecimento da pandemia de Covid-19, em março de 2020, a ideia de que as consequências da doença seriam sentidas de forma expressiva pelas favelas cariocas já era quase unânime em todas as organizações que atuam diretamente dentro desses territórios. Para a ComCat vários fatores contribuiriam para que a transmissão comunitária do vírus dentro das comunidades fosse inevitável. São eles: recursos limitados, falta de acesso a informações, dificuldade no estabelecimento de trabalho remoto, falta de infraestrutura básica e atenção do setor público, distribuição deficitária de água, falta de acesso a serviços de saúde, dentre outros. Associado a isso, a falta de seriedade de políticos brasileiros em relação à pandemia e suas consequências, o número insuficiente de testes e demora no resultado e a dificuldade no acesso a auxílios financeiros necessários, como o auxílio emergencial, que além de demorar para ser estabelecido não estava disponível a todos, criaram cenários de crise graves nas favelas cariocas, nas quais o controle da disseminação do vírus e, inevitavelmente, o de número de mortes, ficou dificultado (COMCAT, 2020).

A partir desse cenário, então, uma nova temática de ação é introduzida no trabalho já incessante das organizações que atuam dentro das favelas, e a responsabilidade de atuar no sentido de prevenir e mitigar a pandemia dentro desses territórios foi direcionado para a própria sociedade civil. Esses trabalhos são realizados em inúmeros segmentos, desde a realização de campanhas de comunicação e conscientização a respeito da doença até a instalação de pias comunitárias e o estabelecimento eventos de arrecadação e doação de cestas básicas e outros tipos de arrecadações financeiras para suprir as diversas formas de deficiências e demandas resultantes dos efeitos necessários dos fechamentos causados pela pandemia (COMCAT, 2020).

Para que o direcionamento desses trabalhos acontecesse se fazia necessário o conhecimento da real dimensão da pandemia dentro das favelas e alguns coletivos que já atuavam com o levantamento e monitoramento através de dados iniciaram seu próprio monitoramento da pandemia, visando suprir o déficit de informações advindo de fontes oficiais, que pouco atingiam esses territórios. O coletivo Voz das Comunidades foi um dos precursores ao alimentar diariamente um painel informativo

com dados das favelas, ainda a partir de dados oficiais. A organização Redes da Maré também atuou no mesmo sentido, mas utilizou o contato direto com os moradores da comunidade para fazer um levantamento do número de casos e mortes, tanto suspeitos quanto confirmados, dentro do complexo de favelas da Maré, e divulgava esses dados semanalmente no “Boletim De Olho no Corona!” (COMCAT, 2020).

Seguindo nessa mesma linha de atuação, na busca por dados que pudessem auxiliar no estabelecimento de ações e estratégias de apoio, a partir do déficit de atuação do poder público, a ComCat também iniciou o projeto do seu próprio monitoramento da pandemia, através da associação a outros grupos e coletivos que também atuam na linha de frente em diversas comunidades. Com ajuda dessas conexões e parcerias advindas do histórico de atuação da ComCat, desde o seu surgimento, o coletivo conseguiu apoio da empresa de mapeamento global “Esri”, que desenvolveu o a plataforma do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (FIOCRUZ, 2021).

O Painel Unificador Covid-19 se constitui como uma ferramenta de GCD que surgiu a partir da necessidade de entender melhor como a pandemia estava se desenvolvendo dentro do território das favelas cariocas. A proposta surgiu ainda no início da pandemia, em abril de 2020, quando a ComCat, em conjunto outras organizações comunitárias e que integravam projetos desenvolvidos pelo coletivo, passaram a relatar os casos de notificação e morte de pessoas devido à covid-19, sobretudo através de reuniões provenientes do seguimento Rede Favela Sustentável (RFS). Como a ComCat já havia inserido a temática da pandemia no seu projeto de jornalismo informativo da ROW, o coletivo aproveitou essas informações recebidas e passou a armazenar esses dados para criar uma ferramenta de acompanhamento da pandemia dentro das comunidades (FIOCRUZ, 2021).

Segundo a nota informativa publicada pela ComCat no lançamento da plataforma, o objetivo do Painel Unificador “é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas necessárias, além de fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas” (COMCAT, 2020).

O Painel foi lançado no dia 7 de julho de 2020, em coletiva de imprensa virtual, apresentando dados coletados de 123 favelas, e com falas de representantes dos coletivos integrantes do Painel, destacando a sua importância. Desde seu

lançamento, foram realizadas três coletivas de imprensa, sempre com alertas para novos dados e cenários atualizados de vulnerabilidade preocupantes. A realização de novas coletivas de imprensa é sempre resultado da decisão coletiva dos grupos que compõem o Painel, e são tomadas a partir das reuniões periódicas realizadas, semanais, em 2020, e quinzenais, a partir de 2021. É interessante ressaltar que nestas reuniões momentos críticos da pandemia foram relatados e analisados antes mesmo de serem divulgados amplamente na imprensa (FIOCRUZ, 2021).

A equipe que atua no dia a dia do Painel deve ser entendida como uma rede colaborativa, na qual atuam tanto membros da ComCat, quanto técnicos de outras instituições e lideranças locais das comunidades parceiras, que trabalham o cotidiano do Painel das favelas. Para o caso específico da ComCat, a partir de sua equipe organizacional, participam atualmente quatro mulheres, uma que trabalha na organização e diretoria, uma responsável pela postagem de dados e mídias sociais, uma responsável pela solução de problemas técnicos na plataforma do mapa e outra que trabalha com a produção de infográficos para divulgação. Associado a eles, também, há a participação de uma pesquisadora e uma estagiária da Fiocruz, responsáveis pela identificação de áreas de influência de CEP, e um colaborador do “Covid por CEP” que fornece os dados de CEP para inclusão no Portal. Essa questão da utilização de informações por CEP será explicada no decorrer dessa análise.

Para o complemento dessa rede de pessoas que atuam no painel, desde seu lançamento foram sendo incorporados novos coletivos para somar no trabalho realizado. Atualmente essa ferramenta de GCD conta com 25 organizações, sendo elas: Comunidades Catalisadoras, A.M.I.G.A.S., Associação Vó Cleusa, Centro Comunitário Raiz Vida, Centro Social Fusão, Coletivo CDD, Coletivo Conexões PeriféricasRP, Covid por CEP, Data\_Labe, Dicionário de Favelas Marielle Franco, Fala Roça, Favela Vertical, Fiocruz, Fórum Grita Baixada, Frente de Mobilização da Maré, Instituto Educacional Araujo Dutra, LabJaca, Maré de Notícias, Marias em Ação, Mulheres de Frente, Observatório de Favelas, PerifaConnection, Redes da Maré, SOS Providência e TETO.

É importante considerar que a atuação do Painel Unificador Covid-19 nas favelas faz parte da metodologia em rede proposta pela ComCat, dessa forma, muito mais que uma atividade da ComCat, ele deve ser entendido como uma proposta colaborativa entre as favelas cariocas. Para essa pesquisa, considera-se como

atividade integrante da ComCat pelo fato de ter sido idealizado e implantado pelo coletivo.

### 5.9.3 A plataforma do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas

O Painel Unificador Covid-19 é uma plataforma on-line no qual um panorama geral da realidade na pandemia de covid-19, em relação a casos confirmados e obtidos, nas favelas cariocas pode ser observado. A plataforma consiste numa página única composta por um conjunto de janelas que apresentam algum dado ou informação específica em relação a determinado tópico de interesse e que se expandem conforme a necessidade de analisar melhor o a informação apresentada. A figura 24 abaixo traz um panorama geral da plataforma.

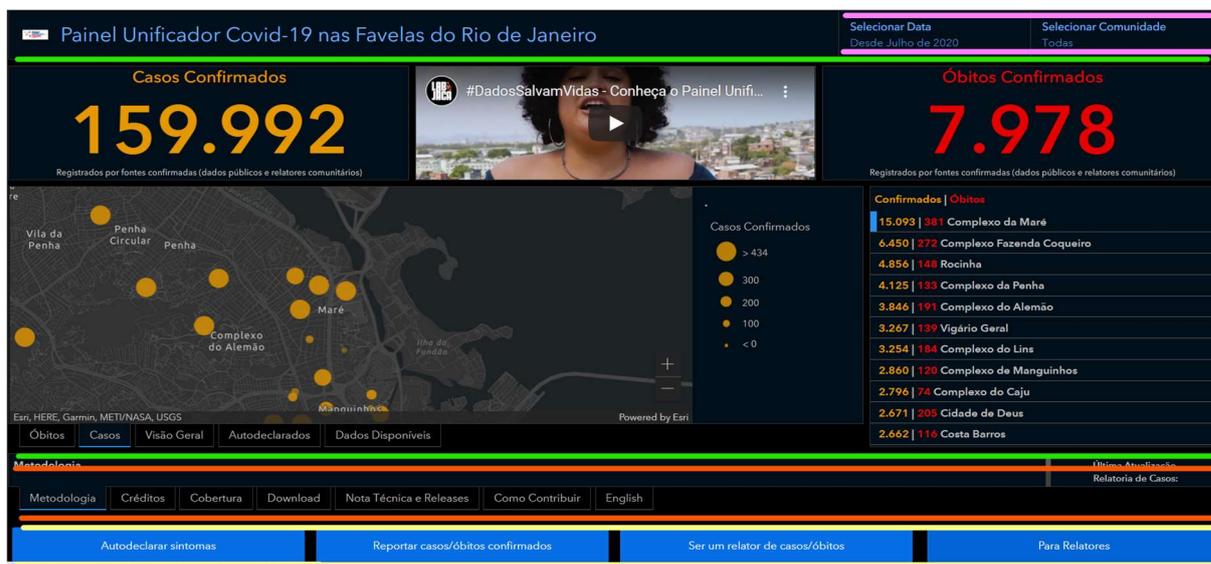
Figura 24 – Painel Unificador Covid-19



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

De uma forma geral o painel é dividido em quatro segmentos, apresentados na Figura 25 abaixo, sendo eles: Janelas de filtragem (indicado em rosa), Janelas de informação de dados (indicadas em verde), Janelas de informação sobre o Painel (em laranja) e Janelas de participação, tanto para cidadãos quanto para trabalhadores dos coletivos (em amarelo). Cada uma delas será detalhado na sequência.

Figura 25 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de identificação



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

### 5.9.3.1 Painel Unificador Covid-19 - Janela de Filtragem

Essa primeira composição do Painel consta de duas janelas de filtragem que permitem a definição tanto de um horizonte temporal de análise quanto da definição de apresentação de dados para uma favela específica (ou complexo) ou então uma visão geral do conjunto de favelas cariocas. Conforme o período temporal e o local definido, as janelas de informação de dados apresentam dados distintos. É possível selecionar um horizonte temporal que vai desde o lançamento do Painel, em julho de 2020 até o período atual da pandemia (nesse caso meados de 2022) e das 409 favelas (ou complexos) definidos. Por padrão o Painel apresenta os dados gerais para o conjunto total de favelas, desde o início do monitoramento.

### 5.9.3.2 Painel Unificador Covid-19 - Janela de Informação de Dados

É a composição principal do Painel na qual é apresentado todo o monitoramento realizado pela plataforma ao longo dos anos de levantamento e análise. É dividido em 5 janelas que apresentam cada uma um conjunto de informações específicas. Na parte superior desse espaço, conforme pode ser observado nas Figuras 24 e 25, estão destacadas dois importantes dados e que melhor caracterizam o cenário da pandemia nas favelas, o de casos acumulados,

destacado em amarelo, e o de óbitos acumulados, destacado em vermelho, sendo que ambos os dados representam dados registrados por fontes confirmadas, isto é, a partir de fontes oficiais e por relatores comunitários, situação que será mais bem detalhada na sequência. É importante destacar que como um dos objetivos do Painel é “fornecer uma visão mais precisa do impacto da pandemia nas favelas”, sendo assim, esses dois dados principais sempre se referem à totalidade do conjunto das favelas cariocas, não sendo alterados caso seja selecionado um filtro específico para uma comunidade, apenas mudando a partir do horizonte temporal definido. No meio dessas duas informações um vídeo explicativo sobre o próprio painel e sua importância também está disponível<sup>37</sup>.

Ainda nesse conjunto de janelas que apresentam os dados monitorados, estão presentes dois infográficos que apresentam de forma mais detalhada cada uma das informações. O primeiro disponibiliza os dados de forma espacial, através da associação de mapas e elementos gráficos e é dividido em cinco gráficos principais que detalham cada um dos cenários (Óbitos, Casos, Visão Geral, Autodeclarado e Dados Disponíveis) e o segundo destaca de forma numérica o acumulado de casos e óbitos para cada favela (ou complexo) analisado. Na sequência, nas figuras 26 a 30, serão apresentadas cada uma dessas janelas.

Figura 26 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados - Óbitos



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

<sup>37</sup> Vídeo explicativo sobre o Painel Unificador Covid-19 nas favelas disponível pelo link <https://youtu.be/WfJzh1-uVsQ>

Figura 27 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados - Casos



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Figura 28 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Visão Geral



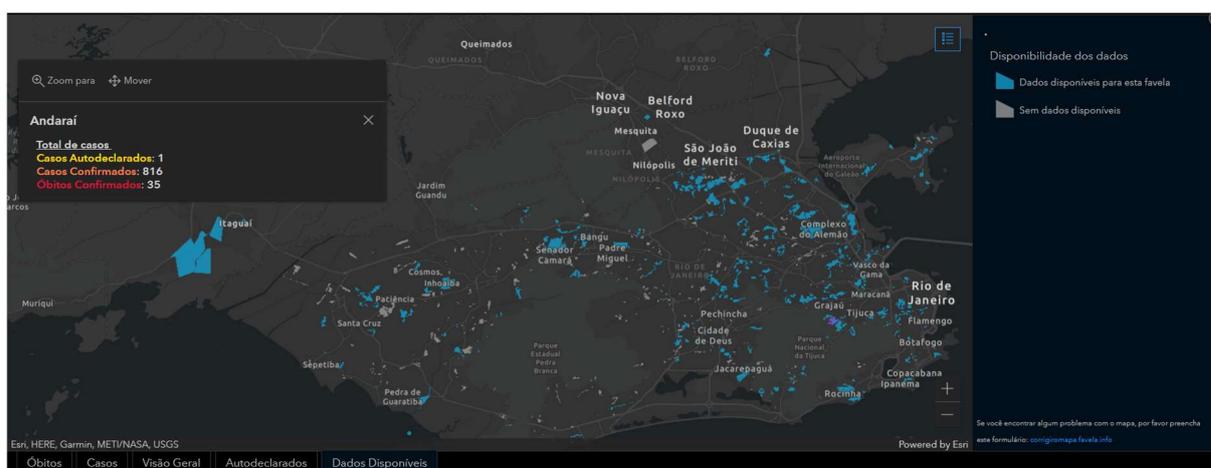
Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Figura 29 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Autodeclarados



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Figura 30 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Dados Disponíveis



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Para os quatro primeiros infográficos os dados apresentados dizem respeito à combinação da espacialização com informações quantitativas, nas quais os dados são apresentados através da representação de círculos, cujas dimensões representam, em escala, as proporções tomadas por cada um numa favela específica. A primeira informação espacial apresentada é relacionada ao número de óbitos (Figura 26). A segunda diz respeito ao número de casos confirmados (Figura 27). A terceira apresenta a Visão Geral, isto apresenta o número de casos agregados (Figura 28). A quarta reúne os dados obtidos a partir da autodeclaração, ou seja, situações em que os próprios moradores relataram a confirmação de caso e passaram a constar dentro do monitoramento (Figura 29). E a quinta (Figura 30) traz um resumo no mapa de todas as informações disponibilizadas. Nesse, para cada favela é apresentada, além da posição, as informações de casos e óbitos confirmados, além daqueles autodeclarados.

É importante destacar que todos os infográficos são interativos e é possível ampliar ou diminuir a escala do mapa para permitir melhor detalhamento dos dados dentro de cada favela. No último infográfico, que é único que não apresenta dados quantitativos comparativos, é possível verificar que ainda nem todas as favelas possuem dados disponíveis para consulta. Ainda que todas as comunidades estejam representadas no mapa, apenas aquelas sinalizadas em azul apresentam dados para consulta. Cabe destacar, também, que nas Figuras 26 a 30, estão representadas o cenário geral das comunidades, mas que caso sejam definidos filtros espaciais, o gráfico direciona o mapa para a favela selecionada.

Figura 31 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de dados – Quadro resumo

Comunidade	Confirmados	Óbitos
Complexo da Maré	15.093	381
Complexo Fazenda Coqueiro	6.450	272
Rocinha	4.856	148
Complexo da Penha	4.125	133
Complexo do Alemão	3.846	191
Vigário Geral	3.267	139
Complexo do Lins	3.254	184
Complexo de Manguinhos	2.860	120
Complexo do Caju	2.796	74
Cidade de Deus	2.671	205
Costa Barros	2.662	116
Complexo do Acari	2.537	155
Vila Campinho	2.378	136
Complexo do Jacarezinho	2.241	120
Parque Vila Isabel/Vila Isabel	2.198	114
Rio das Pedras	2.198	47
Parada de Lucas	2.113	108
Vidigal	1.852	66

Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Para complementar esse conjunto de informações apresentadas pelos mapas um segundo infográfico (Figura 31) apresenta em resumo apenas os números de casos e óbitos confirmados para cada comunidade, a depender dos filtros aplicados.

É importante destacar que todos os dados são apresentados de forma clara e didática dentro do Painel, e o mapa interativo, com a possibilidade de alteração de escala, e os sistemas de filtragem permitem o acesso específico e direto para cada comunidade facilitando a análise da pandemia, tanto para uma comunidade isolada quanto para o conjunto de favelas. Isso demonstra a complexidade e seriedade do trabalho realizado pelas organizações que constituem o Painel, a partir da organização da ComCat e será mais bem apresentado na sequência.

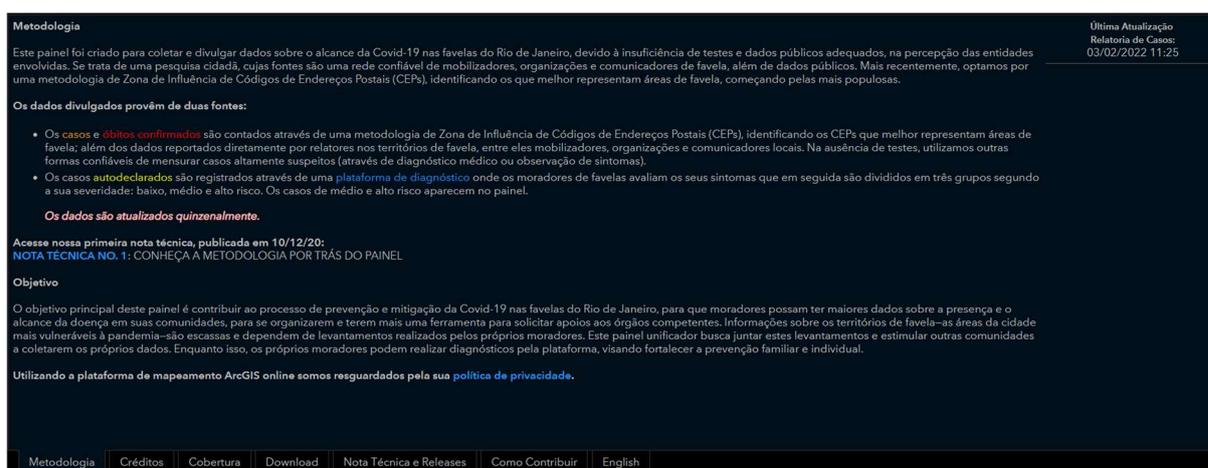
### 5.9.3.3 Painel Unificador Covid-19 - Janela de Informação sobre o Painel

Essa parte da plataforma consiste no conjunto de informações acerca do próprio trabalho realizado pela iniciativa, nos quais é possível acessar desde informações sobre os procedimentos metodológicos utilizados na coleta, organização e disponibilização de dados, bem como a apresentação dos créditos de todas as iniciativas que contribuem de alguma forma no painel e da cobertura na imprensa sobre o próprio Painel Unificador. Também é nesse conjunto de janelas que há a disponibilização de todo o conjunto de dados reunidos pelo Painel ao longo de todo o monitoramento. É interessante ressaltar que a proposta do monitoramento de dados realizado pelo Painel Unificador parte do pressuposto de que os dados são ponto fundamental para entender a realidade da pandemia dentro de qualquer território,

sobretudo nas favelas, e, portanto, sua disponibilização de forma aberta é importante para que o monitoramento atinja seu objetivo.

Em relação a esse conjunto de janelas dentro da plataforma do Painel, inicialmente é apresentado na sua forma minimizada, sendo necessário expandir o conjunto para que as informações disponibilizadas possam ser visualizadas e acessadas. A Figura 32 apresenta a versão expandida das janelas.

Figura 32 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de informação



Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

De uma forma geral, são apresentados os seguintes conjuntos de informações: Metodologia, Créditos, Cobertura (na mídia), Download (do conjunto de dados coletados e organizados), Notas Técnicas e Releases (informativos), como contribuir e a versão em inglês das informações. É interessante observar que as informações divulgadas nessas janelas, conforme pode ser observado na Figura 32, é feita de maneira direta e sucinta, justamente porque um dos objetivos da plataforma é que ela seja acessível tanto para organizações que trabalham diretamente nas favelas quanto para o próprio morador da comunidade, que pode utilizar o Painel, seja num caráter informativo, mais passivo, para entender os números da pandemia em sua comunidade, seja num caráter ativo, para autodeclarar situações de casos em seu círculo de convivência.

Para garantir isso, as informações disponíveis se caracterizam por textos curtos e com linguagem simples, se utilizando de técnicas visuais que facilitam o entendimento, como por exemplo a utilização padronizada de cores para explicar a metodologia (amarelo para o número de casos e vermelho para o número de óbitos). É possível verificar com clareza também a data de inserção e atualização dos dados

da plataforma, para uma visão mais precisa de se os dados disponibilizados refletem o cenário mais atualizado da pandemia. Outra técnica utilizada é sempre disponibilização de links que direcionam para páginas de internet acerca do assunto que está sendo apresentado ou então que disponibilizam o download de arquivos técnicos sobre o trabalho e resultados do Painel. É nesse conjunto de abas também que são divulgados a cobertura da mídia realizada sobre o trabalho desenvolvido pelo Painel.

#### 5.9.3.4 Painel Unificador Covid-19 - Janelas de Participação

O último conjunto de janelas que compõem a plataforma do Painel Unificador é formado por quatro links direcionadores que atuam no sentido principal de obter os dados da pandemia a partir dos próprios moradores das favelas. É nesse conjunto que a GCD, enquanto disponibilização de dados voluntariamente gerados por cidadãos, encontra seu principal ponto de apoio no Painel. Os dois primeiros links são direcionados diretamente para os moradores das favelas e ambos direcionam para o preenchimento de um formulário, cujas informações serão avaliadas pela equipe do Painel para que os dados possam ser alimentados na planilha geral de controle.

O primeiro é destinado para autodeclaração de sintomas por parte dos moradores, que também pode ser acessados por link externo ao Painel<sup>38</sup>, no qual um questionário com doze perguntas deve ser respondido pelo morador a cerca informações quanto a condição de saúde e presença de sintomas de covid-19, bem como em relação a indicação da comunidade na qual o morador reside, para que o monitoramento espacial possa ser realizado. A partir dos resultados, uma avaliação é realizada para definir se a notificação precisa ou não ser inserida dentro do Painel. A partir da classificação do risco realizada pela plataforma, que analisa os dados inseridos, notas orientativas também são oferecidas aos moradores, para auxiliar na tomada de decisão acerca da sua condição de saúde naquele momento.

O segundo link também é direcionado aos moradores, através de formulários Google, mas é utilizado na situação em que um caso ou óbito confirmado seja de conhecimento do morador, para que ele seja reportado e possa fazer parte do painel de forma imediata. Nessa situação o caso é sempre checado por um dos relatores do

---

<sup>38</sup> Formulário de autodeclaração disponível pelo link <<http://avaliarcovid.favela.info/>>

painel, que atuam no trabalho de reportar e relatar as informações. Ainda em relação aos relatores, os dois últimos links são direcionados a eles, na qual há uma opção para a disponibilização enquanto voluntário e relator e outro já com acesso restrito àqueles que já exercem essa função.

A partir do panorama geral de como funciona e como está organizada a plataforma do Painel Unificador Covid-19, na sequência será apresentado como é realizada a metodologia de coleta, organização, análise e posterior divulgação dos dados monitorados.

#### **5.9.4 A metodologia do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas**

Desde o início do monitoramento da pandemia nas favelas, na qual a ComCat observou em suas reuniões a possibilidade e importância de coletar dados do cenário da pandemia nas favelas, a metodologia de obtenção de dados sofreu adaptações para conseguir retratar da maneira mais fiel possível a realidade pandêmica nas comunidades cariocas. Durante o período de criação da plataforma, desenvolvida pela empresa de mapeamento Eris, os dados inicialmente usados pelos coletivos, provinham principalmente de fontes compostas por relatores e líderes locais, que variavam desde a captação de dados via formulários virtuais e redes sociais, como o WhatsApp, até a definição de grupos que faziam o monitoramento de porta em porta nas comunidades. Dados disponibilizado pela prefeitura ou conseguidos através de levantamentos em clínicas de saúde locais também eram utilizados (FIOCRUZ, 2021).

Com o decorrer dos trabalhos novas fontes de dados foram sendo identificadas e incorporadas ao Painel, possibilitando um agrupamento de dados consistente que puderam ser divulgado para análise, tanto de moradores, quanto de pesquisadores e jornalistas. A partir da consolidação do Painel e sua crescente divulgação nas mídias que utilizam a pauta das favelas, novos coletivos também foram incorporados (FIOCRUZ, 2021).

É importante considerar que o conjunto de dados se baseiam num levantamento quantitativo de casos e óbitos especializados geograficamente dentro da cidade do Rio de Janeiro, dessa forma, na sequência, serão apresentadas as definições e métodos utilizados para trabalhar esses dois pontos dentro do Painel.

##### **5.9.4.1 O Sistema de mapeamento utilizado**

Os sistemas de mapas utilizado pelo Painel Unificador Covid-19 é baseado na utilização uma *geodatabase* com duas camadas espaciais, compostas por uma tipologia vetorial, apenas com geometria, para identificar e definir os limites das favelas. A primeira camada é formada pelos limites individuais de 1.047 favelas, obtidos junto ao Instituto Pereira Passos (IPP), com as bases de dados Gráficos da Prefeitura do Rio de Janeiro, de 2010. A segunda, por sua vez, tem a mesma origem, mas não trabalha as favelas individualmente, e sim agrupadas em complexos, conforme são habitualmente conhecidas. Dessa forma 146 complexos são utilizados. Para utilização e disponibilização dos dados espaciais na plataforma do Painel são divulgadas as geometrias provenientes da segunda, devido à facilidade de compreensão e análise quando os dados são agrupados segundo os complexos de favelas. Cabe a consideração que o IPP caracteriza favela segundo condições bem específicas e define como favela ocupações irregulares, lotes pequenos ou indeferidos, vias estreitas e locais com infraestrutura de saneamento precária, sendo mais fácil a análise desses territórios quando inseridos, sempre que possível, junto a um complexo definido.

É importante considerar que o mapa base utilizado pelo Painel foi disponibilizado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 2010 e, por isso, apresenta falhas na delimitação e definição de algumas favelas, visto que a natureza dinâmica delas realiza naturalmente atualizações nos limites das comunidades constantemente. Para suprir essa demanda e incluir favelas que se encontrem em municípios vizinhos, mas que fazem parte do todo amplo de favelas da cidade, os mapas também são adaptados e construídos através da percepção e descrição das lideranças locais das comunidades. O intuito, segundo os organizadores do Painel é “criar um mapa em formato digital com o qual os moradores se identifiquem e construir, de forma coletiva, um projeto de vigilância participativa”.

#### 5.9.4.2 O Sistema de coleta de dados

Conforme já mencionado a coleta de dados para alimentação do Painel teve início a partir do próprio monitoramento realizado pelas organizações dentro das comunidades, que associavam essas informações com dados oficiais para estabelecerem um panorama geral da doença. A partir do aperfeiçoamento do Painel,

o sistema de captação de dados foi aprimorado e inseriu de forma direta e simples o morador como agente provedor de dados. Uma das últimas atualizações no sistema contou com a participação de pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), da Fiocruz, que desenvolveu uma técnica de identificar “Áreas de Influência de CEP” para as favelas, através da utilização de mapas para análises mais profundas. Esse levantamento consiste na identificação de vias caracterizadas com CEP, dentro ou próximo de favelas, e que pudessem ser configurados dentro do Painel. Essa nova informação foi associada a uma parceria realizada com o projeto “Covid por CEP”<sup>39</sup>, que utiliza a espacialização de casos oficiais de acordo com o CEP de localização, e repassa essas informações para inclusão no Painel (FIOCRUZ, 2021). De uma forma geral, os dados são obtidos das seguintes formas: Autodeclaração, através de Relatores Locais, por informações obtidas de outros painéis e através das áreas de influência por CEP, conforme detalhado abaixo.

1. **Autodeclaração:** Coleta realizada através do preenchimento de formulário online, cedido pela organização CovidCheck, relativo à existência de sintomas de covid-19. O acesso é feito pelo próprio morador através da plataforma. A partir das respostas inseridas durante o preenchimento do formulário, classifica-se o nível de risco que se encontra a pessoa que respondeu à avaliação. A partir disso um informativo é apresentado para auxiliar nas decisões a serem tomadas pelo morador. A preenchimento avaliado como risco médio/alto é automaticamente incorporado aos números de “autodeclarados” do Painel.
2. **Dados de relatores locais:** São dados obtidos por líder comunitários ou participantes de movimentos, coletivos e organizações, que atuam a algum tempo já pela causa das favelas e que fazem o serviço de levantar e relatar casos conhecidos, bem como de confirmar a notificação de “casos e óbitos confirmados” realizados diretamente na plataforma. Além de atuar na relatoria de casos, essas pessoas também realizam outros trabalhos de combate à pandemia, como distribuição de cestas básicas e campanhas orientação e prevenção da doença. Para cada favela ou complexo apenas um relator é

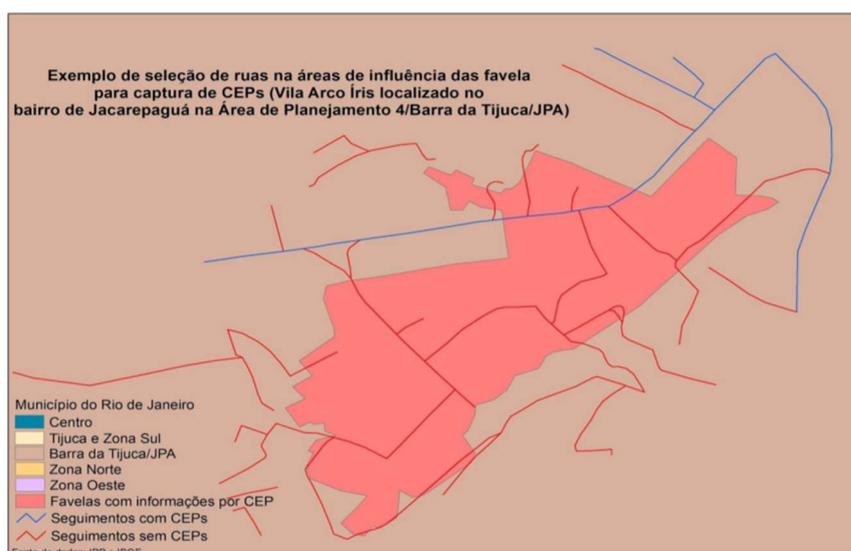
---

<sup>39</sup> Coletivo Covid por CEP – Informações disponíveis pelo link <<https://covidporcep.rio.br/>>

definido, de forma a minimizar problemas de sobreposição de dados coletados. Como cada favela tem sua própria dinâmica e complexidade, os relatores identificam casos e óbitos de diferentes formas: entrevistas com moradores, pesquisas de WhatsApp e uso de formulários online.

3. **Dados obtidos de outros painéis:** São dados que já foram coletados e organizados por outras instituições e que estão disponíveis para utilização dentro do Painel Unificador, cujas fontes contam com dados oficiais, divulgados pelas prefeituras, mas também através de levantamento dentro das comunidades. A principal organização cujas informações são adquiridas é o Painel Voz das Comunidades.
4. **Áreas de influência por CEP:** A partir da sobreposição de camadas, geográficas e de número de casos, realizadas dentro do software ArcGIS 10.5, que utiliza o Sistemas de Informações Geográficas-SIG, foi realizado um levantamento acerca dos segmentos de ruas dentro das favelas, ou em seu entorno, que possuem configuração de CEP, estendendo uma área de influência num raio de 250 metros a partir desses endereços. Dessa forma, ao estabelecer essas áreas de influência, foi possível identificar casos e óbitos a partir do sistema de informação Covid por CEP – Rio, que especializa dados oficiais de acordo com o CEP cadastrado no momento da notificação. A figura 33 exemplifica a definição de área de influência por CEP.

Figura 33 – Painel Unificador Covid-19 – Janelas de informação



Fonte: Nota Técnica 01 - Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

A Figura 33 apresenta um exemplo de definição de área de influência para a comunidade Vila Arco Íris, localizada no bairro de Jacarepaguá. A complexidade e informalidade natural dessa comunidade faz com que a maioria de suas ruas não tenha CEP cadastrado. Ao relatar dados oficiais, a necessidade de identificar o endereço faz com que o único seguimento que possui CEP e atravessa a comunidade seja utilizado como endereço de identificação. Para que a quantidade de relatos se estenda para a comunidade e não fique restrita a apenas aquele segmento especificado, uma área de abrangência foi estabelecida. Dessa forma, os casos e óbitos confirmados para aquele endereço passam a contar como sendo pertencentes ao território daquela favela.

Através dessas quatro metodologias de captura de dados é possível verificar que diversas fontes são utilizadas na construção do cenário da pandemia dentro das favelas cariocas. Associados aos dados oficiais, que são importantes e advêm da testagem da população, outros métodos de relatoria, através de levantamento dentro das comunidades são realizados, de forma a tentar suprir as lacunas que os levantamentos e monitoramentos oficiais ainda apresentam. Através desses sistemas, o Painel consegue coletar e disponibilizar dados de aproximadamente 400 favelas.

### **5.9.5 Os resultados do Painel**

Os dados coletados através de todos os métodos são alimentados em uma planilha de Excel, no qual cada linha representa uma favela (ou complexo) e as colunas apresentam as informações de caracterização do tipo fonte utilizada, zona da cidade em que se encontra a favela, o número de domicílios em cada uma (segundo o IBGE 2019), os CEPs determinados, caso a fonte utilizada seja a região de influência por CEP, e o próprio número de casos e óbitos acumulados, tanto geral, da última atualização, quanto cumulativo de cada quinzena, desde julho de 2020, frequência na qual os dados são atualizados no Painel. O conjunto de informações é disponível para consulta pública e está disponível tanto através da própria plataforma do Painel e a visão geral da planilha está evidenciado na Figura 34.

Figura 34 – Painel Unificador Covid-19 – Planilha de Dados

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
No.	Favela	Fonte	Zona	Município	CEPs atribuídos por área de influência	Número de favelas individuais contempladas	No. Domicílios IBGE 2019	Casos Cumulativos até 01/02/22	Óbitos Cumulativos até 01/02/22	Primeira Atualização	Última Atualização
					TOTAL:	409	331322	159666	7994		
1	Pavão-Pavãozinho e Cantagalo (complexo)	Painel Voz das Comunidades	S	Rio de Janeiro	n/a	2	3903	1252	34	3/6/20	01/02/22
2	Vila Kennedy (complexo)	Painel Voz das Comunidades	O	Rio de Janeiro	n/a	7	2225	1676	124	3/6/20	01/02/22
3	Morro da Providência	Painel Voz das Comunidades	C	Rio de Janeiro	n/a	2	1236	853	36	3/6/20	01/02/22
4	Vidigal	Painel Voz + Relatoria Local	S	Rio de Janeiro	n/a	1	2805	1852	60	3/6/20	01/02/22
5	Acari (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	3	6422	2537	155	3/6/20	01/02/22
6	Jacarezinho (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	8	9443	2241	120	3/6/20	01/02/22
7	Manguieira (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	4	4267	1600	60	3/6/20	01/02/22
8	Costa Barros (complexo)	Painel da Prefeitura	N	Rio de Janeiro	n/a	7	7285	2662	116	3/6/20	01/02/22
9	Caju (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	9	5545	2796	74	3/6/20	01/02/22
10	Gardênia Azul (complexo)	Painel Voz das Comunidades	O	Rio de Janeiro	n/a	4	3864	1540	112	3/6/20	01/02/22
11	Cidade de Deus (complexo)	Painel Voz das Comunidades	O	Rio de Janeiro	n/a	6	1365	2871	205	3/6/20	01/02/22
12	Parada de Lucas (complexo)	Painel da Prefeitura	N	Rio de Janeiro	n/a	3	5758	2113	108	3/6/20	01/02/22
13	Lins (complexo)	Painel da Prefeitura	N	Rio de Janeiro	n/a	12	4176	3254	184	3/6/20	01/02/22
14	Alemão (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	15	17888	3846	191	3/6/20	01/02/22
15	Vigário Geral (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	2	3006	3267	140	3/6/20	01/02/22
16	Jacaré (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	5	230	1761	80	3/6/20	01/02/22
17	Mangueiras (complexo)	Painel Voz das Comunidades	N	Rio de Janeiro	n/a	8	6449	2860	120	3/6/20	01/02/22
18	Rocinha	das Comunidades + CEPs—Região de	S	Rio de Janeiro	22450221, 224512	1	25742	5829	148	3/6/20	01/02/22
19	Maré (complexo)	Relatoria Local	N	Rio de Janeiro	n/a	16	24016	14172	380	3/6/20	01/02/22
20	Malá Machado	Relatoria Local	N	Rio de Janeiro	n/a	1	676	2	2	17/6/20	17/6/20
21	Doutor Castilho	Relatoria Local	N	Rio de Janeiro	n/a	1	55	3	0	17/6/20	17/6/20
22	Asa Branca	Relatoria Local + CEPs—Região de Influê	O	Rio de Janeiro	22775150, 227800	1	1486	321	19	17/6/20	01/02/22
23	Vale Encantado	Relatoria Local	O	Rio de Janeiro	n/a	1	SEM DADOS	8	1	17/6/20	17/6/20
24	João Lagoa	Relatoria Local	N	Rio de Janeiro	n/a	1	SEM DADOS	0	1	17/6/20	17/6/20
25	Tijuacu	Relatoria Local	N	Rio de Janeiro	n/a	1	355	0	2	17/6/20	17/6/20
26	Pica-Pau Cordovil	Ps—Região de influência/Relatoria L	N	Rio de Janeiro	n/a	1	SEM DADOS	439	20	17/6/20	01/02/22

Fonte: Captura de tela do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Segundo informações disponibilizadas pela equipe do Painel Unificador a capacidade organizativa das instituições presentes em cada comunidade é ponto chave na determinação da magnitude do monitoramento realizado dentro do seu território. Ao usar como exemplo as comunidades pertencentes ao complexo da Maré e da Comunidade do Engenho, no município de Itaguaí, o coletivo destaca que essas duas comunidades tiveram a capacidade de relatar um maior número de dados da Covid-19, tanto de óbitos quanto de casos. Isso, segundo o Painel é importante para aumentar o apoio no enfrentamento da pandemia, tanto a partir de instituições públicas quanto privadas.

Para o caso do Complexo da Maré, em dezembro de 2020, os números registrados correspondiam ao maior somatório dentre as favelas pelo levantamento feito pelo Painel, o que identifica um monitoramento consistente realizado dentro do complexo. É importante destacar que, ainda que Maré se configure como umas das maiores favelas da cidade do Rio de Janeiro, o grande número de notificações deve ser entendido principalmente no sentido do monitoramento da própria favela, e não como comparativo às demais. O grande número de casos registrados até o final de 2020 não significou que a maioria dos casos e óbitos registrados nas favelas cariocas estavam localizados no complexo da Maré, e sim que o trabalho de monitoramento lá foi bem realizado. Da mesma forma, comunidades em que os números sejam baixos ou, até mesmo nulos, podem apenas significar que o levantamento não tenha chegado até elas. De fato, o coletivo Redes da Maré realizou desde o começo da pandemia um trabalho profundo de enfrentamento da pandemia.

Ainda em relação à Maré é interessante notar que nesse mesmo período temporal, no primeiro ano de pandemia, o Painel registrava 2.449 casos no complexo, enquanto no levantamento oficial da prefeitura esse número era de 1.063. Para os óbitos os números também são divergentes, para o Painel o total era de 158 e para prefeitura 137.

Da mesma forma que na Maré, a Comunidade do Engenho também representa um dos maiores índices de casos e óbitos pelo Painel e isso decorre do trabalho realizado pela Associação de Mulheres de Itaguaí - Guerreiras e Articuladoras Sociais (A.M.I.G.A.S.), que desde o início da pandemia efetua visitas nas residências. Novamente, essa vigilância constante e direcionada atribui confiabilidade aos dados e se configura como exemplo de vigilância participativa na saúde a ser seguido.

#### **5.9.6 As limitações e dificuldades vivenciadas no dia a dia do Painel e o trabalho para contorná-las**

Ainda que o Painel se constitua como uma importante ferramenta de vigilância e monitoramento, que retrata o cenário da pandemia nas favelas cariocas, e se configure como uma ação de GCD nesses territórios, algumas limitações são impostas ao trabalho diário realizado. Segundo informações disponibilizadas na Nota Técnica 01 disponibilizada pelo Painel, em dezembro de 2020, em relação a utilização das notificações por CEP, ainda que uma área de influência tenha sido estabelecida a partir de endereços específicos, cerca de 58% dos segmentos de ruas não são caracterizados por CEP, o que dificulta esse tipo análise em toda a extensão territorial. Em relação à autodeclaração de sintomas, esse método se mostrou como o de maior dificuldade para a captação de dados (PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS, 2020).

Em relação ao dia a dia da equipe multidisciplinar do Painel, a principal dificuldade encontrada foi em relação aos relatores, no trabalho de vigilância dentro das suas comunidades, por questões culturais, políticas ou de poder local, que também se coloca como um empecilho. O próprio cenário pandêmico, que em muitos momentos não permitiu o contato direto com os moradores se tornou um grande ponto de dificuldade. Para a equipe da ComCat, por sua vez, esse problema se estendeu na

medida em que foi necessário costurar estratégias que pudessem, de alguma forma, contornar esses problemas.

Nesse sentido, para superar essas dificuldades e mostrar a importância da vigilância de dados da pandemia nas favelas, foram realizadas três campanhas em comunidades do município do Rio de Janeiro. A primeira #DadosSalvamVidas foi lançada nas redes sociais e é apresentada através de um vídeo<sup>40</sup> desenvolvido pela parceria com o LabJaca, do Jacarezinho, com o objetivo de comunicar a importância de coletar dados nas favelas e realizar ações com base nestes dados, que garantam a sobrevivência da população. Esta primeira ação também utilizou a hashtag #DadosSãoPoder, para valorizar a importância dos dados às políticas públicas. A segunda campanha, #VacinaPraFavelaJá<sup>41</sup>, chegou conjuntamente com as vacinas no Brasil, e chamou atenção para os numerosos motivos pelos quais a vacina deveria ser priorizada em territórios de favela. O artista Carlos Latuff realizou a charge solidária da campanha, que foi enviada para todos os vereadores da cidade do Rio de Janeiro e assinada por 48 instituições (Figura 35).

Figura 35 – Charge produzida por Carlos Latuff para a campanha #VacinaPraFavelaJá



Fonte: Painel Unificador Covid-19 nas Favelas (2022)

Por último, foi realizada uma campanha internacional contra a fome e por cestas básicas para os coletivos envolvidos no Painel, trazendo R\$10.000,00 (dez mil reais) em doações para cestas básicas, muitas das quais foram realizadas em parceria

<sup>40</sup> Vídeo da campanha #DadosSalvamVidas – disponível pelo link <<http://video.favela.info>>

<sup>41</sup> Página da campanha #VacinaPraFavelaJá – disponível pelo link <<http://vacinaja.favela.info>>

com pequenos produtores agroecológicos da Região Metropolitana do Rio (FIOCRUZ, 2021).

## 5.10 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Não era segredo para as instituições que trabalham diariamente pela causa das favelas que a pandemia de covid-19 traria novas dificuldades para as comunidades. Somado às já conhecidas dificuldades enfrentadas pelas favelas do Rio de Janeiro na luta diária pela sobrevivência de seus moradores, a falta de políticas públicas e a ausência do Estado no estabelecimento de ações de proteção social e acesso a serviços sanitários essenciais, sobretudo daqueles relacionados aos sistemas de saúde, dificultaram ainda mais a luta da parcela da população mais vulnerável no enfrentamento da pandemia de covid-19 (FIOCRUZ, 2020a). No caso específico da pandemia, mas se estendendo a outras questões inerentes às favelas, coletivos e instituições assumiram a posição de agente provedor tanto de informações quanto de outras formas de suprimentos necessários.

É importante ressaltar o quanto a atual pandemia de covid-19 assumiu proporções grandes em todos os setores da sociedade, sobretudo naqueles mais vulneráveis, e como a temporalidade e impactos acometidos às populações fizeram com que as lutas sociais e políticas que lidam com essa crise sanitária precisassem lidar e articular de forma dinâmica com as diversas escalas de tempo que são apresentadas, isto é, de reflexão, para o entendimento do cenário, e de como agir, conjuntamente com a de urgência e posterior ação propriamente dita, a partir das quais intervenções seriam definidas, de forma emergencial, pontual ou estrutural (FIOCRUZ, 2020b).

A partir, desse cenário, de complexidade inerente das favelas e da dinâmica de crescimento e ordenamento próprios estabelecidos em cada uma delas, a ideia de que o morador poderia se configurar como mais uma força no enfrentamento e luta diária, principalmente como agente provedor de dados acerca da realidade dos cenários surgiu e passou a ser incorporado na atuação dos grupos e coletivo, conforme defendido por Gutierrez e Milan (2019) e por Caballero (2019). Essa ideia, então, passa a ser utilizada amplamente dentro das favelas e o ativismo cidadão, através do engajamento popular na geração de dados, é reafirmado (GUTIERREZ; MILAN, 2019).

Para entender como esse processo é realizado e como a GCD se constitui dentro das favelas, a análise do coletivo Comunidades Catalisadoras (ComCat), enquanto grupo ativista, que se configura como agente intermediário, segundo definido por Meijer e Potjer (2018), com foco no trabalho realizado no enfrentamento à pandemia, através da criação do Painel Unificador Covid-19, foi realizada. De forma geral, o trabalho realizado pela ComCat segue a ideia defendida por Garcia, Young e Dombrowski (2017), no qual o trabalho de grupos ativistas se pautam sob três linhas de atuação específicas, com início em processos informativos e de formação, que de fato são uma das bases de ação da ComCat, principalmente através do ROW e da RFS, passando pela solicitação de ação do indivíduo, isto é, da inserção do cidadão como agente provedor de conteúdo, no caso do Painel Unificador como uma das formas de captação de dados, e finalizando na transformação desses dois primeiros itens na capacidade de construção e tentativa de mudança, com a disponibilização do cenário da pandemia nas favelas cariocas.

Para o caso da ComCat, com atuação nas favelas cariocas desde o ano 2000, e com missão e objetivo de trabalho desenhados a partir de 3 eixos principais, isto é, ROW, para divulgação e formação educativo, TTC, na busca de segurança fundiária, e RFS, na produção de ações pautadas em resiliência e sustentabilidade, o principal desafio foi incorporar as demandas advindas do cenário pandêmico, bem como adaptar os trabalhos já em curso a partir das restrições que foram apresentadas.

Em relação à ferramenta de GCD proposta pela ComCat, e que se desenvolve em parceria com outras organizações, o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, pode-se considerar que segue a ideia de Milan (2018), Caballero (2019) e Pellegrino et al (2019) de proposição de ativismo cidadão na sua dimensão digital, utilizando infraestruturas tecnológicas para o armazenamento e análise de dados do número de casos e óbitos relacionados à covid-19 nas favelas. De fato, o Painel pode ser considerado como um “ponto nodal e espaço estratégico” (CABALLERO, 2019, p.198) ao permitir que novas dinâmicas sociais possam ser propostas, em vista da busca de mudanças sociais propostas, e neste caso possibilitar um melhor entendimento da pandemia para a definição de estratégias a serem realizadas.

Quanto à qualificação do trabalho do Painel enquanto GCD, pode-se dizer que esse entendimento pode ser realizado em mais de uma perspectiva, sendo que em todas há a inserção do cidadão como agente provedor de dados. A primeira e mais

clara e que se configura como GCD, segundo a definição estabelecida por Silva (2017) e Meijer e Potjer (2018), como uma ferramenta cujas informações são conscientemente geradas pelos cidadãos e são usadas com o objetivo principal de promover o debate acerca de problemas públicos, buscando soluções e ganhando um caráter cívico, é a participação dos cidadãos no preenchimento de formulários de autodeclaração de sintomas e na declaração de casos e óbitos confirmados. Aqui a GCD se desenvolve a partir da produção de dados que parte do próprio cidadão sem que seja necessariamente estimulado por outra pessoa. A obtenção de dados através dos relatores, quando considerada a realização de visitas em casa e pesquisas diretas com os cidadãos, também pode ser considerada como a segunda forma de expressão da GCD, que se difere na primeira na medida em que, ainda que o cidadão seja o responsável por informar o dado, ele o faz através do estímulo de um terceiro, no caso aqui, o relator.

É interessante observar que essas duas formas de GCD, ao mesmo tempo que se aproximam uma da outra, ao inserirem o cidadão como fonte principal de dados, se distanciam na forma como esse dado é obtido. A primeira assume o caráter de ativismo digital (CABALLERO, 2019) e é desenvolvida totalmente *on-line*, enquanto a segunda acontece majoritariamente de forma presencial e se configura como a utilização de um modelo tradicional de atuação.

Sobre esse aspecto uma análise particular é necessária, já que a pandemia ampliou a necessidade de atuação, tanto dos coletivos, quanto dos moradores, para a realização de atividades em meio virtual. Uma vez que o engajamento *on-line* se mostrou menor, quando comparado ao presencial, é importante compreender sob quais aspectos essa situação pode ser explicada. Para o caso específico da atuação da ComCat, duas linhas de pensamento podem ser traçadas. A primeira considera a própria estrutura física das favelas, e dificuldade de acesso à internet que algumas ainda vivenciam, bem como a questão de acesso a aparelhos que possam permitir esse engajamento, como celulares e computadores. Já a segunda envolve um aspecto cultural de atuação, no qual o ativismo presencial já é praticado há tempo nas favelas e a mudança para o modelo virtual ainda precisa ainda ser trabalhada com os moradores, seja pela dificuldade de conseguir participar das ações, seja pela falta de confiança ainda nesse modelo.

Essa ideia corrobora com o entendimento de Han, Sparks e Towery (2017) de que, ainda que o ativismo digital esteja cada vez mais presente, o ativismo presencial ainda se apresenta de forma expressiva. De toda forma esse maior engajamento *on-line* é almejado pela ComCat e táticas para atingi-lo são realizadas pelo coletivo, como o uso de redes sociais e divulgação de conteúdo para informação e capacitação sobre os temas de interesse, ideia proposta por Milosevic e Zezelj (2016).

Nesse sentido, o trabalho realizado pela ComCat, tanto no Painel Unificador, quanto nos demais eixos de trabalho, foi, assim como em vários outros setores da sociedade, gradativamente ganhando forma e experiência no ambiente virtual. Após algum período de adaptação, a quantidade de eventos, entre reuniões, seminários e palestras on-line, aumentou e foi melhorando em qualidade consideravelmente. Se é possível considerar pontos positivos advindos da pandemia, esse ganho de experiência no trabalho virtual pode ser tomado como exemplo, principalmente para a afirmação da GCD como tática de resistência em favelas na sua dimensão digital. Ao tornar frequente e necessário trazer as demandas e desenvolver soluções para elas através fora do meio físico, o aumento do ativismo digital pode ser estimulado.

Sobre esse assunto, é importante considerar que a intenção proposta por essa discussão não é de transferir toda a forma de ativismo para o meio de digital, e sim torná-lo um tipo de prática que apresente força suficiente para conseguir se estabelecer como tática de enfrentamento de vulnerabilidades diárias. De fato, as ações presenciais são de vital importância para o dia a dia das favelas, e o trabalho da ComCat, sobretudo a partir das ações da RFS, demonstram isso. Possibilitar que os encontros voltem a acontecer, e por consequência que as ações de solução de demandas, de capacitação e de caráter lúdico também voltem, é importante para manutenção das favelas.

Adentrando novamente na análise da utilização do cidadão dentro do Painel Unificador e da importância de fomentar a participação deles nesse modelo de ativismo, a ideia defendida por Caetano, Castro e Rezende (2019), ao utilizar plataformas digitais como ponto de suporte para as ações e estratégias de âmbito social e político, principalmente buscando a inserção do cidadão com a utilização de ferramentas simples e acessíveis, conforme sugerido por Longo e Ribas (2018), pode ser estabelecida. De fato, é interessante verificar que tanto a leitura dos dados disponibilizados, quanto as plataformas oferecidas para a participação cidadã, são

feitas de formas acessíveis, com a pretensão de facilitar a utilização por parte de todos os cidadãos.

Em relação a um dos objetivos do Painel, o de retratar os números da pandemia, dentro da plataforma é possível observar que o Painel sempre deixa em destaque o número acumulado de casos e óbitos confirmados dentro das favelas cariocas. Esse destaque decorre do fato de que, por se tratar de uma somatória expressiva, tanto de casos, quanto de óbitos, esses números podem causar impacto e registrar e denunciar o cenário complexo e problemático da pandemia nesses territórios. Esse destaque também funciona na análise de cenários temporais específicos da pandemia. A alteração do número acumulado de casos e óbitos a partir apenas da mudança de horizonte temporal permite a avaliação de cenários específicos dentro da pandemia, como no caso de cada uma das “ondas” da doença ao longo de toda a pandemia, verificadas, por exemplo, naquela causada pelo espalhamento da variante *ômicron* no início de 2022. Conforme informado pelo Painel, apenas entre os dias 01 de janeiro e 03 de fevereiro de 2022 foram registrados 51.583 casos confirmados nas favelas cariocas, enquanto durante o ano todo de 2021 foram registrados 83.577 casos. É possível verificar, portanto, que o painel evidencia essa que essa nova onda realmente se configurou como um desafio para o enfrentamento nas favelas cariocas.

Para os dados obtidos pelo levantamento realizado pelo Painel pode-se dizer, então, que eles estão no centro da atuação proposta de enfrentamento da pandemia dentro das favelas e sua disponibilização de forma pública, tanto para o uso da comunidade quanto para a academia e instituições públicas, para serem utilizados sob diferentes perspectivas corrobora com o entendimento proposto por Garcia, Young e Dombrowski (2017) acerca da importância da sua obtenção e posterior análise e divulgação.

Em relação à configuração do Painel Unificador enquanto GCD, é importante evidenciar que desafios também são presentes e se apresentam diariamente no trabalho realizado pela ComCat e os demais coletivos, de acordo com a ideia defendida por Adansom (2010). Conforme identificado pela própria ComCat, o engajamento do cidadão do enquanto proposição de autodeclaração de casos e sintomas não obteve um número significativo de participações, e os dados obtidos seguiram majoritariamente as demais metodologias. É importante considerar que essa

atuação com baixa participação popular não atua no sentido de inviabilizar o trabalho realizado, seguindo a ideia defendida por Barassi (2017). De fato, a atuação da ComCat se dá forma constante e o processo, ainda que apresente falhas, se constitui como elemento de formação e conscientização cidadã.

No que diz respeito, então, ao conteúdo produzido pela GCD é importante a análise da abrangência do monitoramento realizado enquanto alcance do número de pessoas consultadas, uma vez que, ao partir da visão do cidadão sobre uma demanda selecionada, quanto maior o número de participantes maior será a delimitação da realidade estabelecida. Não se pretende aqui colocar que a GCD apenas se qualifica a partir da participação expressiva da população numa determinada campanha ou movimentação, o que se busca colocar é que tratamentos e análises devem ser desenvolvidos para superarem essa questão da quantidade de participação, que ainda se configura como um barreira a ser trabalhada pela GCD. A própria não participação deve ser entendida pelos grupos como um diagnóstico pertinente, ao mostrar que o fomento à participação ainda é algo a ser explorado pelos grupos e coletivos.

Nesse aspecto, a atuação da ComCat segue conforme proposto por Garcia e Le Dantec (2018) e Lim (2018), que defendem que o engajamento e permanência dos cidadãos como agentes ativos tem como base a necessidade de conquistar a atenção do cidadão a respeito das demandas que surgem dentro da comunidade. Assim, através do jornalismo informativo, promovido pela ROW, pelos eventos e seminários desenvolvidos por cada um dos eixos de atuação, e a partir das próprias campanhas realizadas pelo Painel, há a constante tentativa de conquistar essa atenção do público para participar ativamente das ações propostas. Essa forma de atuação da ComCat vai de encontro à ideia de Blakeley e Evans (2009) que estabelece a necessidade da criação de um sentimento comunitário expressivo para estimular o cidadão enquanto agente ativista. De fato, o trabalho é sempre no sentido de formação e estabelecimento desse imaginário coletivo.

De uma forma geral, então, ainda que possa apresentar dificuldade em reportar de forma completa o cenário em todas as favelas cariocas, o conjunto de dados fornecidos, e, por consequência, o próprio Painel Unificador Covid-19 nas Favelas se faz importante na medida em que o acesso a testagem dos moradores ainda é deficitária, e os dados oficiais não atingem a favela de forma ampla. Uma vez que a

doença apresenta sintomas característicos e alguns indicadores podem ampliar as chances de um detectar um resultado positivo, mesmo no caso da não realização de testes, como no caso de contato com pessoas infectadas, a autodeclaração de sintomas e o levantamento através dos relatores pode apresentar dados confiáveis acerca do cenário pandêmico. É importante deixar claro que a realização da testagem ainda é o meio mais eficaz de confirmar casos da doença e fazer o monitoramento da pandemia. Entretanto, como a realização de testes de forma gratuita em favelas ainda é um procedimento difícil e que pode ser burocrático e como a testagem particular, em laboratórios e farmácias, ainda não está acessível a todos, devido aos altos preços dos exames, essa alternativa é válida para o monitoramento do cenário pandêmico nas favelas cariocas.

A partir dessa discussão, então, em relação aos motivos que levam ao estabelecimento da GCD como ação de um grupo atuante em uma comunidade, é interessante observar que, a partir do estudo selecionado e da realidade de luta diária desses territórios, que também é realidade em outros coletivos, essa metodologia surge a partir de realidades vivenciadas em um determinado horizonte temporal, no qual uma demanda do momento surge como premissa para o estabelecimento de ações na comunidade de atuação. Para o caso do ComCat, por exemplo, foi a partir do estabelecimento da pandemia de Covid-19 e dos, à época, esperados problemas que seriam acometidos às favelas que o coletivo definiu o sentido da sua atuação. O que se coloca aqui é que, nesse caso, a GCD surge como diagnóstico de um problema já vivenciado e não como ferramenta que estabeleça um novo problema a ser trabalhado pelo coletivo. Ainda que o objetivo seja entender a realidade do problema e que situações não previamente visualizadas possam ser apresentadas, a temática gira em torno de um assunto pré-determinado.

A partir dessa perspectiva, é necessário considerar, então, que a GCD ainda caminha no sentido de ganhar força e forma dentro das comunidades e seu intuito de gerar dados de forma voluntária a partir de demandas elencadas e vivenciadas pelos próprios moradores, sobre os problemas urbanos que são impostos a eles, conforme defendido por Longo e Ribas (2018), ainda carece de fomento a partir dos grupos e coletivos que a desenvolvem. O que se coloca, então, é que a GCD tem o potencial de definir demandas a partir da sua aplicação, mas numa perspectiva inicial, essas demandas são previamente definidas e a GCD é utilizada o sentido de reafirmá-las.

## 6 CONCLUSÕES – GCD COMO TÁTICA DE RESISTÊNCIA POSSÍVEL

A partir da realidade de invisibilização e esquecimento consciente de territórios de favelas, no que tange a direitos urbanos e sociais básicos, cujo contexto social estabelece um cenário de invisibilidade seletiva e proposital e de grande desatenção do Estado quanto à solução de problemas públicos, os moradores desses territórios se constituem como agentes ativos no estabelecimento de soluções criativas na elucidação das demandas necessárias dentro das favelas (ARCIDIACONO; REALE, 2016; ARORA, 2019). Para possibilitar esse cenário, coletivos e grupos ativistas se configuram como atores essenciais para trazer visibilidade às vozes dessas comunidades.

A GCD, enquanto ferramenta de ação política, capaz de trabalhar no sentido da promoção de soluções públicas necessárias ao desenvolvimento sustentável de favelas, pode ser considerada, então, como tática de resistência aplicada nesses territórios, e é inserida a partir das ações de grupos que trabalham na luta diária por melhorias nas comunidades. Nesse sentido, o dado é produzido pelo cidadão, a partir do trabalho desenvolvido pelo coletivo, ou organização, que se propõe a atuar como provedor do ativismo. Para o caso de favelas, em que as condições vivenciadas no cotidiano moldam o dia a dia da vida seus moradores, pautar as ações no sentido de incluir o território nas discussões, de forma a possibilitar a efetivação de soluções práticas reais, é fundamental.

Nesse sentido, é preciso compreender que a formação e posterior desenvolvimento de determinada comunidade está relacionado a um conjunto dos fatores político-econômicos e culturais que dão forma a elas e, conjuntamente, constituem a cidade. Essa perspectiva não se refere apenas à estrutura física urbana, mas inclui também o imaginário coletivo construído sobre a cidade a partir da inclusão dos discursos que se articulam em torno dela, sejam eles públicos ou privados. Essa construção coletiva exercida dentro de um território, através do compartilhamento de vivências e da identificação de situações históricas comuns, faz com que os indivíduos saiam de um modelo de entendimento isolado para se sentirem parte de uma experiência de coletividade, a partir de experiências passadas e presentes, que podem permitir a construção de situações futuras, dentro de uma comunidade de iguais (FLEURY, 2012).

É importante considerar que a favela, enquanto conjunto urbano e social, coletivo e complexo, não pode ter suas relações e demandas restritas ao espaço territorial da comunidade. Deve ser entendida como parte integrante da cidade, como parte de um complexo urbano como um todo, cujo enfrentamento de dificuldades diárias requerem ações coordenadas, com a conexão de todos os seus setores e territórios, com a participação ativa da população, tanto na definição quanto na futura gestão de políticas públicas (FIOCRUZ, 2020b). Aqui é importante considerar que o conjunto de esforços realizados pelos coletivos nos processos de implementação, gestão e futura análise de dados de processos envolvendo a GCD, é responsável pelo sucesso que essa prática pode ter junto à determinada sociedade, e deve ser sempre pautada a partir da realidade social à qual está associada, principalmente no sentido de entender demandas necessárias para cada situação.

Nesta pesquisa, a partir da análise do trabalho realizado pela ComCat no fomento à produção de dados a partir do cidadão, que surge numa demanda imediata de problema de saúde pública, que afeta nos setores da cidade, especialmente as favelas, pode-se concluir que a produção de dados sobre a realidade informal, no papel da GCD, se estabelece como uma nova fonte de produção de conteúdo, que insere o cidadão como protagonista nessas ações.

Sob essa perspectiva, é possível concluir que a GCD ainda se estabelece a partir de demandas previamente estabelecidas pelos grupos que a desenvolvem dentro das comunidades. Pode-se considerar, entretanto, que, a partir da sua afirmação como ferramenta útil de ação política nesses territórios, futuramente essas demandas possam surgir a partir dos próprios dados gerados, isto é, que a própria GCD estabeleça cenários de interesse, e não apenas forneça diagnósticos daqueles que foram inicialmente desenhados para ela.

Para compreender, então, de forma ampla a GCD, um entendimento teórico debruçado sobre a GCD, como ponto de partida para o entendimento, tanto da sua conceituação como dos processos aos quais está submetido na busca de se configurar como tática de resistência, foi realizado e os resultados obtidos serviram de base para análise realizada junto ao trabalho do coletivo ComCat, atingindo assim, o primeiro objetivo específico definido para essa pesquisa. Na sequência, no cumprimento do segundo e terceiro objetivo, o levantamento de grupos e posterior análise da ComCat como estudo de caso representativo da aplicação da GCD,

permitiu verificar que a GCD já é aplicada na prática do ativismo em favelas, sistematizada a partir do território de cada uma, mas que sua constituição em meio digital, a partir de softwares e plataformas desenhados para atender os cidadãos na sua simplicidade, ainda demanda esforços para se consolidar à força enxergada no meio físico.

Para quarto objetivo específico, pode-se perceber que, para o caso selecionado, a GCD se desenhou a partir de uma necessidade emergente e urgente, e que precisava ser resolvida para garantir a sobrevivência dos moradores das favelas. Nessa circunstância, pôde-se perceber que o cidadão entende a importância da GCD e está disposto a contribuir com ela, entretanto, o caráter histórico de contribuição a partir do estímulo promovido a partir de ações “de porta em porta”, ainda predomina.

É interessante ressaltar que o processo histórico de organização e trabalho em rede desenvolvido pelo caso selecionado possibilitou o estabelecimento de ações no sentido de contornar as dificuldades encontradas. Nesse sentido, pode-se concluir que tanto melhor será o resultado da GCD, quanto melhor a organização realizada pelo grupo que se propõe a implementá-lo. Nesse sentido, o trabalho dos movimentos, coletivos e demais organizações que trabalham pelas causas das favelas precisam constantemente se reorganizar e trazer criatividade às suas ações, uma vez que necessitam sempre trazer sua causa em evidência, na busca da consolidação de políticas públicas efetivas (FIOCRUZ, 2020b).

Como ponto final dessa análise, em resposta ao objetivo geral proposto, é possível concluir, então, que, conforme Block et al. (2017), Pellegrino et al. (2019) e Ricaurte (2019) colocam, a GCD se estabelece para o ativismo cidadão como nova metodologia útil para a tomada de decisão acerca de problemas sociais, e, o caso aplicado no monitoramento da covid-19 se mostra como experiência que pode ser ampliada para outras esferas do cotidiano, com o objetivo de ampliar a oferta de serviços e soluções públicas, bem como ampliar a responsabilidade social do cidadão (BLAKELEY; EVANS, 2009), e se constitui, portanto, como ferramenta de ação política (GUTIERREZ, 2019), e no, caso de favelas, táticas de resistência desses territórios.

Como possíveis desdobramentos e continuidade de pesquisa a partir das conclusões obtidas por esse trabalho, e a partir do entendimento de que a GCD ainda se configura como uma modalidade recente de ativismo, que tem o potencial de se

firmar de forma mais expressiva nas favelas brasileiras, sugere-se analisar como os dados produzidos serão utilizados, num horizonte temporal expandido, como base para a implementação de políticas públicas, com a junção entre os agentes mobilizadores e atuação do Estado, para a solução de vulnerabilidades diárias em favelas.

## 7 REFERÊNCIAS

ADAMSON, Dave. Community empowerment. **International Journal Of Sociology And Social Policy**, [S.L.], v. 30, n. 3/4, p. 114-126, 27 abr. 2010. Emerald. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/01443331011033319>. Acesso em: 21 abr. 2022.

ALFANO, Bruno. **Maioria dos alunos que moram em favelas no país ficou sem estudar na pandemia.** 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/maioria-dos-alunos-que-moram-em-favelas-no-pais-ficou-sem-estudar-na-pandemia-24734437>. Acesso em: 21 abr. 2022.

AMARAL, Fernanda. LUTA E VOZ NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: representatividade, estereótipo, identidade e democracia às margens da cidade. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, n. 30, p. 78-95, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/evand/Desktop/27748-Texto%20do%20artigo-117786-1-10-20200301.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2021.

ARORA, Payal. General Data Protection Regulation—A Global Standard? Privacy Futures, Digital Activism, and Surveillance Cultures in the Global South. **Surveillance & Society**, [S.L.], v. 17, n. 5, p. 717-725, 10 dez. 2019. Queen's University Library. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24908/ss.v17i5.13307>. Acesso em: 21 abr. 2021.

ARCIDIACONO, Davide; REALE, Giuseppe. The Open Data Movement: young activists between data disclosure and digital reputation. **Partecipazione e Conflitto Pato: The Open Journal of Sociopolitical Studies**, Milão, v. 3, n. 9, p. 918-947, nov. 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/312570630\\_The\\_Open\\_Data\\_Movement\\_Young\\_Activists\\_between\\_Data\\_Disclosure\\_and\\_Digital\\_Reputation](https://www.researchgate.net/publication/312570630_The_Open_Data_Movement_Young_Activists_between_Data_Disclosure_and_Digital_Reputation). Acesso em: 21 abr. 2021.

BARASSI, Veronica. Digital citizens? Data traces and family life. **Contemporary Social Science**, [S.L.], v. 12, n. 1-2, p. 84-95, 3 abr. 2017. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/21582041.2017.1338353>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13465, de 11 de julho de 2017. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 12 jul. 2017.

BENGTSSON, Stina. The Right to the Citi(zen). **Space And Culture**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 478-489, 1 ago. 2016. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1206331215621010>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BERALDO, Davide; MILAN, Stefania. From data politics to the contentious politics of data. **Big Data & Society**, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 205395171988596, jul. 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2053951719885967>. Acesso em: 01 ago. 2021.

BERNO Monise. **Conheça 3 iniciativas populares de combate ao coronavírus nas periferias**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.agenciajovem.org/wp/conheca-3-iniciativas-populares-de-combate-ao-coronavirus-nas-periferias/>. Acesso em: 10 mar. 2022

BIER, Clerilei Aparecida et al. Participação cidadã na formulação da política pública do esporte catarinense. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 759-775, 2016. Disponível em: <https://cutt.ly/CovXNuM>. Acesso em 20 mai. 2020.

BLAKELEY, Georgina; EVANS, Brendan. Who Participates, How and Why in Urban Regeneration Projects? The Case of the New 'City' of East Manchester. **Social Policy & Administration**, [S.L.], v. 43, n. 1, p. 15-32, fev. 2009. Wiley. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9515.2008.00643.x>. Acesso em: 21 abr. 2021.

BLOK, Anders *et al.* Data Platforms and Cities. **Tecnoscienza**, S.l., v. 2, n. 8, p. 175-219, set. 2017. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/323184069\\_Data\\_Platforms\\_and\\_Cities](https://www.researchgate.net/publication/323184069_Data_Platforms_and_Cities). Acesso em: 04 fev. 2021.

BOISVERT, Kayla. **RESPONDING TO COMPLEXITY: a case study on the use of developmental evaluation for managing adaptively**::. 2017. 58 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Master Of Education In International Education, University Of Massachusetts Amherst, Amherst, 2017. Disponível em: <https://catcomm.org/wp-content/uploads/2017/06/Responding-to-Complexity-Case-Study-of-CatComm-Using-Developmental-Evaluation-to-Manage-Adaptively.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021.

BOVAIRD, Tony. Beyond Engagement and Participation: User and Community Coproduction of Public Services. *Public Administration Review*, v. 67, ed. 5, p. 846-860, 2007. Disponível em: <https://cutt.ly/AovCvk9>. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRULON, Vanessa; PECCI, Alketa. Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 47, n. 6, p. 1497-1517, dez. 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122013000600008>. Acesso em: 06 jan. 2022.

CABALLERO, Francisco Sierra. MOVIMIENTOS URBANOS Y COMUNICACIÓN TRANSFORMADORA: elementos de análisis del nuevo activismo digital. **Perspectivas de La Comunicación**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 195-219, dez. 2019. Disponível em: [https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-48672019000200195&lang=pt](https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-48672019000200195&lang=pt). Acesso em: 20 abr. 2021.

CAETANO, Ana Maria Pereira; CASTRO, Maria Luiza Almeida Cunha de; REZENDE, Marco Antônio Penido. Entre o ativismo on e off-line: o busão da comunidade conquista o espaço urbano. **Cadernos Metr pole**, [S.L.], v. 21, n. 46, p. 741-761, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4603>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CAROLINE Nathália. **Morador do Borel lança plataforma de comunica o para monitorar casos suspeitos de coronavírus**. Rio de Janeiro; 2020. Disponível em: <https://agenciauva.net/2020/06/05/morador-do-borel-lanca-plataforma-de-comunicacao-para-monitorar-casos-suspeitos-de-coronavirus/>. Acesso em: 10 mar. 2022

CEDAPS. **Centro de Promo o da Saúde**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://cedaps.org.br/antigo/historia/>. Acesso em: 10 mar. 2022

CERTEAU, Michel de. **A Inven o do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHENOU, Jean-Marie; CEPEDA-MÁSMELA, Carolina. #NiUnaMenos: data activism from the global south. **Television & New Media**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 396-411, 22 fev. 2019. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1527476419828995>. Acesso em: 27 jul. 2021.

COMCAT. **Release N . 1**: painel unificador das favelas do rio de janeiro lançado nesta quinta, dia 9/7. PAINEL UNIFICADOR DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO LANÇADO NESTA QUINTA, DIA 9/7. 2020. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/07/2020-07-07-COVID-PAINEL-RELEASE.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. **Sobre Nós**. 2021. Disponível em: <https://comcat.org/sobre-nos/>. Acesso em: 06 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Comunidades Catalisadoras**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.comcat.org/ods/>. Acesso em: 10 mar. 2022

COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A.. Data Colonialism: rethinking big data's relation to the contemporary subject. **Television & New Media**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 336-349, 2 set. 2018. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1527476418796632>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CORBETT, Susan. Digital citizenship infrastructure. In: SAXBY, Steve (ed.). The 2014 CLSR-LSPI Lisbon seminar on 'the digital citizen' – Presented at the 9th International Conference on Legal, Security and Privacy Issues in IT Law (LSPI) 15–17 October 2014, Vieira De Almeida & Associados, Lisbon, Portugal. **Computer Law & Security Review**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 163-180, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2015.01.011>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CÔRTEZ, Soraya Vargas; SILVA, Marcelo Kunrath; DRACHLER, Maria de Lourdes. Explaining Political Activism in Southern Brazil. **International Journal Of Sociology**, [S.L.], v. 41, n. 2, p. 74-93, jul. 2011. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2753/ijso020-7659410204>. Acesso em: 21 abr. 2021.

DATA\_LABE. **Data\_labe**. Rio de Janeiro; 2018. Disponível em: <https://cocozap.datalabe.org/sobre/>. Acesso em: 10 mar. 2022

\_\_\_\_\_. **O QUE É**. In: O QUE É. 2020. Disponível em: <https://datalabe.org/sobre/>. Acesso em: 1 jul. 2020

DATA RIO (Rio de Janeiro). **Rio em Síntese**. 2021. Disponível em: <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>. Acesso em: 04 ago. 2021.

DANTAS, João Gabriel Trajano; MICHELI, Denise de. A favela onde moro: o território sob a perspectiva dos jovens. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 26, n. 7, p. 2769-2782, jul. 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232021267.07552021>. Acesso em: 05 jan. 2022.

ELDEN, Stuart. **The Birth of Territory**. Chicago: University of Chicago Press, 2013. 512p.

EVANGELISTA, Ana Paula. **Covid-19 Favelas**: fiocruz aponta que pandemia tem mais impacto em áreas pobres do rio. Fiocruz aponta que pandemia tem mais impacto em áreas pobres do Rio. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/podcast/covid-19-favelas-fiocruz-aponta-que-pandemia-tem-mais-impacto-em-areas-pobres-do-rio>. Acesso em: 20 dez. 2021.

FERNANDES, Fernando; SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge. O Paradigma da Potência e a Pedagogia da Convivência. **Periferias**, Brasil, p. 1-14, maio 2018. Disponível em: <https://revistaperiferias.org/materia/o-paradigma-da-potencia-e-a-pedagogia-da-convivencia/>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FIOCRUZ. Radar Covid-19, Favelas: edição 1. Rio de Janeiro: 2020a. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/semanario-covid-favelas-fiocruz-final.pdf>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

\_\_\_\_\_. Radar Covid-19, Favelas: edição 5. Rio de Janeiro: 2020b. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/radar-05-final.pdf>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

\_\_\_\_\_. Radar Covid-19, Favelas: edição 11. Rio de Janeiro: 2021. Disponível em: [https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/radar-11\\_-\\_final\\_1.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/radar-11_-_final_1.pdf). Acesso em: 12 dez. de 2021.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias**, [S.L.], v. 14, n. 30, p. 194-222, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-45222012000200007>. Acesso em: 05 jan. 2022.

\_\_\_\_\_. Radar COVID-19: favelas. Rio de Janeiro: Fiocruz, edição 3, 2020. 33p. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/radar-covid-19-favelas-edicao-3>. Acesso em: 12 dez. de 2021.

FOGO CRUZADO. **Fogo Cruzado**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/sobre/>. Acesso em: 10 mar. 2022

FOSTER-FISHMAN, Pennie G.; PIERCE, Steven J.; VAN EGEREN, Laurie A.. Who Participates and Why: building a process model of citizen participation. **Health Education & Behavior**, [S.L.], v. 36, n. 3, p. 550-569, 18 fev. 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/24023062\\_Who\\_Participates\\_and\\_Why\\_Building\\_a\\_Process\\_Model\\_of\\_Citizen\\_Participation](https://www.researchgate.net/publication/24023062_Who_Participates_and_Why_Building_a_Process_Model_of_Citizen_Participation). Acesso em: 20 abr. 2021.

FUNDO BRASIL. **Fórum de Juventudes do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/projeto/forum-de-juventudes-rj-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 10 mar. 2022

GADENS, Letícia Nerone; HARDT, Letícia Peret Antunes; FREY, Klaus. Das práticas de gestão de grandes projetos urbanos. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 21, supl. 3, p. 21-32, dez. 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902012000700003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 25 Out. 2019.

GARCIA, Adriana Alvarado; YOUNG, Alyson L.; DOMBROWSKI, Lynn. On Making Data Actionable. **Proceedings Of The Acm On Human-Computer Interaction**, [S.L.], v. 1, p. 1-19, 6 dez. 2017. Association for Computing Machinery (ACM). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1145/3134654>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GARCIA, Adriana Alvarado; LE DANTEC, Christopher A. Le. Quotidian Report. **Proceedings Of The Acm On Human-Computer Interaction**, [S.L.], v. 2, p. 1-18, nov. 2018. Association for Computing Machinery (ACM). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1145/3274286>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GLOBAL PARTNERSHIP INITIATIVE. **Citizen-Generated Data Task Team**. 2021. Disponível em: <https://www.data4sdgs.org/initiatives/citizen-generated-data-task-team>. Acesso em: 04 ago. 2021.

GOODCHILD, Michael F. Citizens as sensors: the world of volunteered geography. **GeoJournal**, v. 69, p. 211-221, 20 nov. 2007. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10708-007-9111-y#citeas>. Acesso em: 25 jun. 2020.

GUTIÉRREZ, Miren. Participação num ambiente datificado: questões sobre literacia de dados. **Comunicação e Sociedade**, [S.L.], v. 36, p. 37-55, 20 dez. 2019. University of Minho. Disponível em: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.36\(2019\).2342](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.36(2019).2342). Acesso em: 20 abr. 2021.

GUTIÉRREZ, Miren; MILAN, Stefania. Citizens' media meets big data: the emergence of data activism. **Mediaciones**, [S.L.], v. 11, n. 14, p. 120-133, 2 fev. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/321104328\\_Citizens'\\_media\\_meets\\_big\\_data\\_the\\_emergence\\_of\\_data\\_activism](https://www.researchgate.net/publication/321104328_Citizens'_media_meets_big_data_the_emergence_of_data_activism). Acesso em: 27 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. Playing with data and its consequences. **First Monday**, [S.L.], v. 24, 3 jan. 2019. University of Illinois Libraries. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5210/fm.v24i1.9554>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HADDAD, Mônica Amaral. A Framework for Urban Environmental Planning in Brazil. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, v. 99, p. 113-125, 2015. Disponível em: <https://www.erlacs.org/articles/abstract/10.18352/erlacs.10106/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

HAN, Hahrie; SPARKS, Aaron C.; TOWERY, Nate Deshmukh. Opening up the black box: citizen group strategies for engaging grassroots activism in the twenty-first century. **Interest Groups & Advocacy**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 22-43, mar. 2017. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1057/s41309-017-0010-4>. Acesso em: 20 abr. 2021.

HARRIS, Trevor; WEINER, Daniel. Empowerment, Marginalization, and "Communityintegrated" GIS. **Cartography and Geographic Information Systems**, v. 25, n. 2, 14 mar. 2013. Disponível em: <https://cutt.ly/qovVGL1>. Acesso em: 24 jun. 2020.

KANNENGLIEßER, Sigrid. Reflecting and acting on datafication – CryptoParties as an example of re-active data activism. **Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies**, [S.L.], v. 26, n. 5-6, p. 1060-1073, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1354856519893357>. Acesso em: 01 ago. 2021.

KNIGHT, Alisson. Digital citizenship: what is it and why does it matter to law and policy-makers today?. In: SAXBY, Steve (ed.). The 2014 CLSR-LSPI Lisbon seminar on 'the digital citizen' – Presented at the 9th International Conference on Legal, Security and Privacy Issues in IT Law (LSPI) 15–17 October 2014, Vieira De Almeida & Associados, Lisbon, Portugal. **Computer Law & Security Review**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 163-180, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2015.01.011>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LABCIDADE (São Paulo). **Mortes pela covid-19 crescem 45% nos bairros pobres em uma semana**. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mortes-pela-covid-19-crescem-45-nos-bairros-pobres-em-uma-semana/>. Acesso em: 01 maio 2022

LABJACA. **Favela gerando dados**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.labjaca.com/arquivo>. Acesso em: 10 mar. 2022

LEHTINIEMI, Tuukka; RUCKENSTEIN, Minna. The social imaginaries of data activism. **Big Data & Society**, [S.L.], v. 6, n. 1, p. 205395171882114, jan. 2019. SAGE Publications. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/2053951718821146>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LENG TER, Kah. Borderless citizenship and the virtual domain. In: SAXBY, Steve (ed.). The 2014 CLSR-LSPI Lisbon seminar on 'the digital citizen' – Presented at the 9th International Conference on Legal, Security and Privacy Issues in IT Law (LSPI) 15–17 October 2014, Vieira De Almeida & Associados, Lisbon, Portugal. **Computer Law & Security Review**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 163-180, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2015.01.011>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LIM, Merlyna. Roots, Routes, and Routers: communications and media of contemporary social movements. **Journalism & Communication Monographs**, [S.L.], v. 20, n. 2, p. 92-136, 24 maio 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1177/1522637918770419>. Acesso em: 27 nov. 2021.

LONGO, Eduardo Schmidt; RIBAS, Rodrigo Pinheiro. Collaborative Mapping Through Social Networks as a Citizens' Activism in the Discussions About Florianópolis's Participative Master Plan. **Disegnarecon**, [s. l.], v. 20, n. 11, p. 1-11, jun. 2018. Disponível em: <http://disegnarecon.univaq.it/ojs/index.php/disegnarecon/article/view/382/287>. Acesso em: 04 fev. 2021.

LUKYANENKO, Roman; PARSONS, Jeffrey; WIERSMA, Yolanda. Citizen Science 2.0: Data Management Principles to Harness the Power of the Crowd. **Service-Oriented Perspectives in Design Science Research**, 2011. Disponível em: <https://cutt.ly/govV3Hs>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LUQUE-AYALA, Andrés; MAIA, Flávia Neves. Digital territories: Google maps as a political technique in the re-making of urban informality. **Environment and Planning D: Society and Space**, 2019, v. 37, ed. 3, 13 abr. 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/vovBuMn>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MACHADO, Raul; AZEVEDO, António. Determinants and Consequences of Citizens' E-Participation. **International Journal Of E-Planning Research**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 20-43, jan. 2020. IGI Global. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4018/ijepr.2020010102>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARINELLI, Alberto., PARISI, Stefania. (Smart) City and the (Open) Data. A Critical Approach to a Platform-driven Urban Citizenship. **PARTECIPAZIONE E CONFLITTO**, North America, 13, jul. 2020. Disponível em: <http://sibaese.unisalento.it/index.php/paco/article/view/22507>. Acesso em: 05 Fev. 2021.

MASTRIGT Jody Van; REIST Stephanie. **Fórum de Juventudes Lança o Aplicativo “Nós por Nós” para Denunciar Violência Policial**. Rio de Janeiro; 2016. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=18868>. Acesso em: 10 mar. 2022

MEDRADO, Andrea; SOUZA, Renata; GONÇALVES, Taynara. **Ativismo digital de favelas como formas de infraestrutura comunicacional urbana**. In: BRAIGHI, Antônio Augusto; LESSA, Cláudio; CÂMARA, Marco Túlio (orgs.). *Interfaces do Mdiativismo: do conceito à prática*. CEFET-MG: Belo Horizonte, 2018. P. 278-299. Disponível em: <https://interfacesdomdiativismo.files.wordpress.com/2018/06/artigo-15.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2021.

MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen-generated open data: a public governance perspective. **Government Information Quarterly**, v. 34, ed. 3, p. 613-621, outubro 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/SovBI9Y>. Acesso em: 25 jun. 2020.

MERTIA, Sandeep. FCJ-217 Socio-Technical Imaginaries of a Data-Driven City: ethnographic vignettes from delhi. **The Fibreculture Journal**, [S.L.], n. 29, 31 jul. 2017. *The Fibreculture Journal*. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15307/fcj.29.217.2017>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MILAN, Stefania. Political Agency, Digital Traces, and Bottom-Up Data Practices. **International Journal Of Communication**, S.l., v. 12, n. 1, p. 507-525, jan. 2018. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3055569](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3055569). Acesso em: 27 jul. 2021.

MILOSEVIC, Jasna S.; ZEDELJ, Iris L. Civic activism on-line: making young people dormant or more active in real life? **Computers In Human Behavior**, [S.L.], v. 70, p. 113-118, maio 2017. Elsevier BV. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.chb.2016.12.070>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MOBILIZE Brasil. **Mobilize-se**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.mobilize.org.br/mobilize-se/>. Acesso em: 10 mar. 2022

NOSSAS. **Nossas**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <https://www.nossas.org/about>. Acesso em: 10 mar. 2022

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. O que é favela afinal? In: SILVA, Jardel S. (Org.). *O que é favela, afinal?* Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009. p. 2-4.

\_\_\_\_\_. **Guia Cultural de Favelas**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: <http://guiaculturaldefavelas.org.br/#>. Acesso em: 10 mar. 2022

PAINEL UNIFICADOR COVID-19 NAS FAVELAS (Rio de Janeiro). **Nota Técnica No.1**: painel unificador covid-19 nas favelas 10/12/2020. Painel Unificador Covid-19 nas Favelas 10/12/2020. 2020. Elaborada por Renata Gracie e Amanda Scofano. Disponível em: <https://comcat.org/wp-content/uploads/2020/12/2020-12-10-Nota-Te%CC%81cnica-No.-1-do-Painel-Unificador-Covid-19-nas-Favelas.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2021

PATEL, Sheela; BAPTIST, Carrie; D'CRUZ, Celine. Knowledge is power: informal communities assert their right to the city through SDI and community-led enumerations. **Environment & Urbanization**, v. 24, ed. 1, p. 13-26, 30 abr. 2012. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0956247812438366>. Acesso em: 25 jun. 2020

PARIS 21. **Citizen-Generated Data**. 2021. Disponível em: <https://paris21.org/cgd>. Acesso em: 07 ago. 2021.

PELLEGRINO et al. Datafication from Below: Epistemology, Ambivalences, Challenges. *Tecnoscienza : Italian Journal of Science & Technology Studies*, 10, 89-114. 2019. Disponível em: <http://www.tecnoscienza.net/index.php/tsj/article/view/381/237>. Acesso em: 27 jul. 2021.

PÉREZ-DELHOYO, Raquel; MORA, Higinio; PAREDES, José Francisco. Using social network data to improve planning and design of smart cities. **WIT Transactions on The Built Environment**, v. 179, p. 171-178, 2018. Disponível em: <https://www.witpress.com/elibrary/wit-transactions-on-the-built-environment/179/36601>. Acesso em: 25 jun. 2020

PONTI, Marisa. **Citizen-generated data for public policy**. Gothenburg: Joint Research Centre, 2020. Disponível em: [https://ec.europa.eu/jrc/communities/sites/default/files/ponti\\_jrc\\_report\\_final.pdf](https://ec.europa.eu/jrc/communities/sites/default/files/ponti_jrc_report_final.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil. **Dados**, [S.L.], v. 58, n. 4, p. 913-950, dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201562>. Acesso em: 22 dez. 2021.

RICAURTE, Paola. Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance. **Television & New Media**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 350-365, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/1527476419831640>. Acesso em: 01 ago. 2021.

RICKER, Britta; CINNAMON, Jonathan; DIERWECHTER, Yonn. When open data and data activism meet: an analysis of civic participation in cape town, south africa. **The Canadian Geographer / Le Géographe Canadien**, [S.L.], v. 64, n. 3, p. 359-373, abr. 2020. Wiley. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/cag.12608>. Acesso em: 20 abr. 2021.

RIO DE JANEIRO (Município). Lei nº 6760, de 28 de julho de 2020. Dispõe sobre a criação de Programa Emergencial de Combate ao Coronavírus nas Favelas e Comunidades durante pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Município do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro, RIO DE JANEIRO, 28 jul. 2020.

ROLNIK, Raquel; MARINO, Aluizio; BRITO, Gisele. **Retratada pelos dados oficiais de forma imprecisa, periferia se movimenta no combate à COVID-19**. 2020. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/retratada-pelos-dados-oficiais-de-forma-imprecisa-periferia-se-movimenta-no-combate-a-covid-19/>. Acesso em: 03 maio 2022.

ROSA, Buanna. **FIOCRUZ LANÇA PLANO DE COMBATE À PANDEMIA NAS FAVELAS FINANCIADO POR DOAÇÃO DA ALERJ**. 2021. Disponível em: <https://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/50274?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SAXBY, Steve (ed.). The 2014 CLSR-LSPI Lisbon seminar on ‘the digital citizen’ – Presented at the 9th International Conference on Legal, Security and Privacy Issues in IT Law (LSPI) 15–17 October 2014, Vieira De Almeida & Associados, Lisbon, Portugal. **Computer Law & Security Review**, [S.L.], v. 31, n. 2, p. 163-180, abr. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.clsr.2015.01.011>. Acesso em: 20 abr. 2021.

SEGURA, María Soledad; WAISBORD, Silvio. Between Data Capitalism and Data Citizenship. **Television & New Media**, [S.L.], v. 20, n. 4, p. 412-419, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez433.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1177/1527476419834519>. Acesso em: 01 ago. 2021.

SILVA, Fábio. Mas o que é geração cidadã de dados?. In: **Mas o que é geração cidadã de dados?**. 15 dez. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/yovXhet>. Acesso em: 2 jul. 2020.

TAYLOR, Alex S. et al. Data-in-Place: Thinking through the Relations Between Data and Community. **CHI 15**, abril 2015. 33rd Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems, Seoul, Korea. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/2702123.2702558>. Acesso em: 25 jun. 2020.

VALLADARES, Licia. (2000), “A Gênese da Favela Carioca. A Produção Anterior às Ciências Sociais”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, nº 44, pp. 5-34.

WIKIFAVELAS. **Grupo Eco (Santa Marta)**. Rio de Janeiro; 2022. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Grupo\\_ECO\\_\(Santa\\_Marta\)#Formas\\_de\\_Ajudar\\_o\\_Santa\\_Marta](https://wikifavelas.com.br/index.php/Grupo_ECO_(Santa_Marta)#Formas_de_Ajudar_o_Santa_Marta). Acesso em: 10 mar. 2022

YAMAWAKI, Yumi. **URBANISMO E OLIMPIADAS: ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS CIDADES-SEDE DE 2000 E 2008**. 2013. 419 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Puc-pr, Curitiba, 2013.